Guia **Tô no Rumo**

JOVENS E ESCOLHA PROFISSIONAL

GUIA PARA EDUCADORES

ação educativa 20 anos

Guia **Tô no Rumo**

JOVENS E ESCOLHA PROFISSIONAL

SUBSÍDIOS PARA EDUCADORES

ação educativa 20 anos

Texto
Raquel Souza
Wilson Almeida

Equipe do projeto:
Bárbara Lopes
Gabriel Di Pierro
Maria Virgínia de Freitas
Natália Lago
Raquel Souza (coordenação)

Professores/as referência e escolas parceiras
Glafira Menezes de Oliveira – E. E. Professor Aroldo de Azevedo
Regina Miyeko Oshiro – E. E. Professor Moacyr Campos
Valéria Leão – E. E. Professor Aroldo de Azevedo
Lúcia Alves de Santo – E. E. Professor Milton Cruzeiro
Fernando Soares da Silva – E. E. Deputado Shiro Kyono / E. E. Professor Arthur Chagas Júnior

Apoio técnico
Ana Paula Corti
Elias Chagas da Silva
Silvio Bock

Preparação e revisão de texto
Carlos Eduardo Silveira Matos
Fernanda Bottallo

Projeto Gráfico
SM&A Design

Ilustrações
Fido Nesti

ação educativa 20 anos

Rua General Jardim, 660
01223-010 | São Paulo | SP
www.acaoeducativa.org

S729g

Souza, Raquel

Guia Tô no Rumo -- Jovens e escolha profissional – Subsídios para educadores / Raquel Souza.- - São Paulo : Ação Educativa, 2014.

132p. : il.

ISBN 978-85-86382-34-5

1. Juventude. 2. Ensino médio. 3. Escolha profissional. 4. Trabalho.

5. Acesso ao Ensino Superior. I. Autor. II. Título.

CDD 370

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Antonio Carlos de Souza Junior, CRB8/9119)

Sumário

| Apresentação | Atividades | Textos de apoio | Materiais de apoio | Dicas e fontes de informação |

07 11 53 103 125

Nosso profundo agradecimento a todos os jovens que, desde 2007, contribuíram com suas ideias, opiniões e iniciativas para que o Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação (Jade) fosse realizado. Sem eles, esse guia jamais teria sido possível.

Agatha Leles F.de Lima
Agnes Karoline de Farias Castro
Alessandra Maria Borges
Alisson Isidorio Vitor
Amanda Nascimento de Souza
Ana Cláudia Anchieta Ribeiro
Ana Paula do Nascimento Lucinda
Andressa Nogueira Miguel
Arthur Oliveira dos Anjos
Barbara Alves Lobato
Bêlit Tornezi Grisante
Britany Layza G. da Silva
Bruno Vinicius dos Santos
Camila Luz Soares
Camila Santana Silva
Daiane Silva Barbosa
Daniel Carvalho de Almeida
Daniela da Silva Pereira
Daniele Cavalcante Ferreira
Débora Carvalho de Aguilar
Douglas Argemiro Alves
Douglas Gerônimo da Silva
Elenice Soares Dias
Fernanda de Castro
Fernanda Ribeiro de Souza
Fidel Naves Nascimento
Flávia Lima dos Anjos
Francila Goveia Duarte
Gleicy Leal de Goes
Graziellen Bezerra Gomes
Guilherme Aparecido Ribeiro
Guilherme Cézar de Abreu e Silva
Heidy Luize Martins
Hevellem Cristina Marcondes dos Santos
Igor Emerson Souza
Igor Vitor de Oliveira
Indira Facho
Jacqueline Maria da Silva
Janaína Cinthia Alves Cardoso
Janaína Neres
Jefferson de Oliveira Pereira
Jefferson Henrique Gomes
Jéssica Modesto Lima
Jessy Kerolayne
Joice Avancini
José Givaldo Ferreira Alves
Juliane Francileide de Lima
Karen Cristina Oliveira de Jesus
Kesia Karen da Cruz
Lidiane Ferreira da Silva
Luana Taís Silva Sobral
Lucas da Silva Ferreira Veloso
Lucas da Silva Soares
Lucas Fernandes de Lima
Luis Felipe Chrystian Silva
Malu de Souza Santos
Marcela Deomesessi
Marcello Santana
Marcelo Morais
Maria Dayane dos Santos Silva
Maria Marcela Silveira
Mariane Carvalho
Monique Aparecida Novaes Mariano
Nárgira Paula de Souza
Natali Vieira da Silva
Natália Canterelli Marchezoni
Nayara Souza de Lima
Paloma dos Santos Siqueira
Pamela Muniz da Silva
Perla Graziela da Silva
Pollyanna Marques de Aguilar
Rafael Fernandes Bertoldo
Rebeca Moraes da Silva
Rhafael Augusto de Souza
Robson Silva dos Santos
Rodrigo da Cruz Araújo
Rodrigo Leo da Silva
Tawany Gabriela de Oliveira
Thalita Sales Alves de Morais
Thaluana Regina Antunes Binatti
Thayna de Oliveira Mesquita
Thiago Alberto de Souza Miranda
Vinícius Scuteri Tude Souza
Vitória da Silva Mastrorosa
Wellington Leite Evaristo
Wellisson Guedes
Wendy Carolina T. Valério

As escolas de Ensino Médio são lugares em que é possível aprender a planejar a vida e o futuro? É importante conversar com estudantes desse nível de ensino sobre os processos que envolvem a escolha de uma profissão? Faz sentido apresentar a esses jovens alguns dos caminhos possíveis para uma formação posterior ao Ensino Médio? Nós acreditamos que sim.

A presente publicação é resultado de sete anos de trabalho coletivo, que envolveu técnicos da Ação Educativa, professores e estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual de São Paulo. Foram esses sujeitos que se articularam em torno do projeto **Jovens Agentes pelo Direito à Educação (Jade)**, iniciativa que tinha como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da escola de nível médio, a partir da construção de um currículo mais conectado às demandas e necessidades dos jovens.

O projeto Jade foi realizado tendo em vista a possibilidade de romper com a lógica que infelizmente ainda é bastante comum na formulação de políticas educacionais, em que os sujeitos que concretamente vivenciam o cotidiano da escola e dão sentido aos parâmetros curriculares são com frequência alijados da possibilidade de participar da formulação de propostas. Para tanto, em seu primeiro ano de implementação (2007), alunos e docentes de cinco escolas públicas da Zona Leste de São Paulo se engajaram em um amplo processo de escuta de diferentes segmentos para identificar as demandas relacionadas à última etapa da educação básica[1].

[1] Esse processo envolveu o levantamento das opiniões de 880 estudantes das cinco escolas a partir de uma pesquisa quantitativa e a construção participativa de caminhos para a melhoria do Ensino Médio que mobilizaram 177 pessoas (entre alunos, professores, gestores de escolas, pais e mães, equipes de apoio) em grupos de diálogo com duração média de sete horas. Os resultados dessa fase estão disponíveis no relatório, publicado em junho de 2008, *Que Ensino Médio queremos?*. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2296/1/queensinomedioqueremos1.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2014.

Foi a partir desse processo que se diagnosticou um forte interesse dos estudantes e também de professores e familiares, pela inclusão de um processo de "orientação profissional" nas escolas de Ensino Médio. Isso permitiria aos jovens conectar o ensino aos seus planos de futuro, fossem eles de inserção profissional e/ou de prosseguimento dos estudos. O que se demandava era uma formação que tivesse como base informações e conhecimentos sobre o mundo do trabalho, as diferentes profissões, suas características, informações sobre cursos técnicos e universitários e as diferentes carreiras, enfim, reflexões e subsídios que permitissem estabelecer uma escolha e um percurso profissional. Parte importante deste debate relaciona-se à escolha do curso universitário e ao conhecimento das oportunidades existentes para o acesso dos adolescentes pobres ao Ensino Superior.

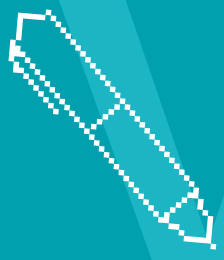
Num segundo momento do projeto, buscamos construir uma proposta que atendesse a essa demanda. Em 2008, um grupo de estudos formado por professores e jovens e assessorados por Silvio Bock – um importante pesquisador da área de orientação profissional – elaborou e implementou uma oficina em caráter piloto com três turmas de Ensino Médio. A partir de então, tendo sempre em vista a avaliação de alunos e educadores, essa metodologia foi sendo aperfeiçoada de modo a responder, de um lado, às possibilidades de ação de professores de escolas públicas e, de outro, às perguntas e inquietações de moças e rapazes sobre o tema.

O **Guia Tô No Rumo: Jovens e Escolha Profissional** foi elaborado a partir das experiências acumuladas ao longo dessa história. Além do passo a passo de como realizar as oficinas, o Guia conta com textos de apoio sobre os temas relacionados aos desafios e caminhos possíveis de efetivação dos direitos de moças e rapazes no que concerne à educação e ao trabalho, bem como às suas possibilidades de realizarem escolhas nesses domínios. Educadores encontrarão, ainda, modelos de materiais que podem ser reproduzidos para a realização de oficinas e a condução das atividades. A publicação conta também com uma seção dedicada a referências de sites, vídeos e textos complementares que podem servir de subsídio para construção de novas propostas.

As atividades são apresentadas de modo bastante didático, contendo informações sobre seus objetivos, tempo e materiais necessários para sua condução e sugestões para o encaminhamento da discussão. Elas podem ser realizadas na sequência em que estão apresentadas no Guia, que é relativamente coincidente com aquela que as escolas parceiras do projeto consolidaram nas suas experiências. No entanto, a sequência não se constitui numa "camisa de força". Cada professor pode adaptar as sugestões de atividade à sua realidade e às demandas de seus estudantes, elegendo temas prioritários ou criando novas dinâmicas e situações de trabalho educativo.

Em um contexto no qual vem crescendo a percepção de que o Ensino Médio precisa se converter num espaço interessante para os jovens e, ao mesmo tempo, capaz de cumprir sua função de garantir aos seus estudantes uma educação de qualidade, capaz de ampliar e enriquecer suas possibilidades de trajetória educacional e profissional, esperamos oferecer aos educadores um subsídio que os apoie na construção de um diálogo com seus estudantes, orientado pela perspectiva de auxiliá-los na construção de suas trajetórias. Boa leitura!

Ativ



Atividades

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL
NELSON MANDELA
Alcione
África

Atividade 1 | Apresentação e combinados

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Promover um bate-papo com os estudantes sobre o trabalho que será desenvolvido, e também pactuar compromissos para que as oficinas sejam realizadas de forma descontraída e respeitosa.

Materiais: Giz, lousa, pincel atômico e folha de cartolina.

Processo: Inicie a atividade promovendo um bate-papo com os jovens sobre seus sonhos e suas expectativas de futuro profissional: quando concluírem a escola de Ensino Médio, o que pretendem realizar? Quem quer continuar estudando, pretende estudar onde? Fazendo qual(is) curso(s)? Quem quer ingressar no mercado de trabalho (ou já trabalha), pretende procurar (ou já realiza) que tipo de trabalho?

Indague também sobre em que espaços eles costumam falar sobre esse assunto e com quem. Também vale verificar se conhecem materiais de referência (sites, vídeos, programas de televisão, revistas) sobre as oportunidades de estudo e trabalho, as diferentes profissões e carreiras existentes no país, ou se possuem o hábito de consultá-los.

Apresente a proposta de oficinas a ser realizada, enfatizando o seu objetivo: *construir um espaço de diálogo e reflexão sobre escolha profissional e sobre seus projetos de futuro profissional, além de oferecer subsídios e informações que possam apoiá-los no delineamento de projetos de futuro e estratégias para realizá-los.* Observe como os estudantes reagem à proposta e se eles possuem alguma experiência anterior de discussão: já participaram de alguma iniciativa semelhante? Gostam da temática proposta?

A partir dessa sondagem inicial, faça um levantamento com os participantes sobre as regras de convivência necessárias para que as oficinas ocorram num ambiente de tolerância e respeito mútuo. O que é preciso para que todos se sintam à vontade para expor suas ideias e consigam aprender com os demais? Registre as opiniões dos jovens numa cartolina e, se for o caso, complemente as propostas dos participantes com as sugestões listadas no quadro de compromissos apresentado a seguir:

Na lousa:
Compromissos para um diálogo:

- Falar com sinceridade sobre suas dúvidas, opiniões e pontos de vista.

- Ouvir as opiniões dos outros, mesmo quando não concorda com elas.
- Expressar suas discordâncias sem brigas ou ofensas.
- Tratar todos os participantes do grupo com respeito, interesse e confiança.

Informe aos estudantes que todos eles serão zeladores desses compromissos, que poderão ser recuperados sempre que houver situações de desrespeito, intolerância ou constrangimento ou quando algum pacto previamente acordado for quebrado (por exemplo, conversas paralelas sobre assuntos que não dizem respeito à temática da oficina). Por isso, pode ser importante que todos registrem os compromissos em seu caderno, de modo que cada um possa lançar mão deles quando julgar necessário.

Para finalizar, redija na lousa os eixos temáticos do programa de oficinas, que são apresentados de modo sucinto a seguir:

Na lousa:
Eixos temáticos das oficinas:

- Dimensões e fatores que interferem na escolha profissional.
- Informações sobre as diferentes profissões e caminhos de formação profissional.
- Alternativas para seguir estudando depois do Ensino Médio.
- Os jovens e o mundo do trabalho.

Comentários: A apresentação da proposta das oficinas é um momento muito importante. Partilhar com os jovens o objetivo e os caminhos que serão trilhados nas oficinas pode favorecer a construção de um sentido comum para o trabalho que será realizado, além de antecipar lacunas de temáticas não contempladas no programa e que poderão ser identificadas.

Atividade 2 | Entrevista bate-bola

Tempo: 1h40 (2 aulas)

Objetivo: Introduzir a discussão sobre escolha profissional a partir das características pessoais e preferências dos participantes.

Materiais: Folhas de sulfite coloridas, canetas, varal e pregadores, lousa e giz.

Processo: Distribua para cada participante do grupo uma folha de sulfite colorida e uma caneta e, depois, peça que eles formem duplas (preferencialmente, com pessoas que se conhecem pouco ou não são muito próximas umas das outras).

Explique que cada dupla realizará uma "entrevista bate-bola", que consiste numa conversa orientada por um roteiro comum, em que cada integrante desempenha tanto o papel do entrevistado quanto o do entrevistador (ou seja, primeiro um parceiro entrevista o colega e depois é entrevistado).

Escreva na lousa o roteiro a ser seguido pelas duplas, conforme a indicação do quadro abaixo:

Na lousa:
Roteiro da "entrevista bate-bola":

- Nome:
- Idade:
- Apelido:
- Minha marca registrada é...
- Merece minha admiração (pessoa pública):
- Profissões com as quais me identifico:
- Por que me identifico com essas profissões:

Após um breve período de conversa, aproximadamente 20 ou 30 minutos, informe que cada dupla deverá escrever numa folha de papel, de forma bem visível e legível, as respostas do seu entrevistado. Enquanto as duplas realizam a entrevista bate-bola, disponha na sala um varal e pregadores suficientes para pendurar todas as respostas produzidas pelos jovens.

Assim que as folhas de respostas estiverem prontas, cada dupla deve pendurá-las no varal. A ideia é de que com todas as folhas seja construída uma "galeria", na qual todos podem circular, observar e ler as respostas produzidas. Caso não tenha pregadores e varal, você pode utilizar uma fita crepe e pregar as folhas na parede, construindo um grande painel.

Depois que os estudantes tiverem apreciado as respostas dos amigos, peça para eles formarem um círculo e promova um bate-papo. A conversa pode começar com uma apresentação geral, na qual cada estudante diga seu nome, a profissão com a qual se identifica e a pessoa que admira.

Num segundo momento, explore as semelhanças e diferenças percebidas pelos jovens (pessoas admiradas, profissões, significados atribuídos ao trabalho etc.). Há profissões

que interessam a mais de uma pessoa? Quais são elas? As motivações para que estas profissões interessem a mais de uma pessoa são as mesmas? Que características possuem as pessoas que admiramos? As pessoas admiram pessoas muito diferentes ou há semelhanças? Aqueles que admiram a mesma pessoa fazem isso pelos mesmos motivos?

Também vale a pena explorar, caso apareçam nas respostas dos estudantes, informações sobre profissões pouco conhecidas. Foram apresentadas profissões com nomes estranhos ou que ninguém conhece? Se sim, quem as indicou pode falar um pouco sobre elas?

Encerre a atividade recomendando que as pessoas que têm muitas afinidades, como por exemplo, o interesse por uma mesma profissão, deem continuidade a um diálogo, trocando ideias sobre as informações e conhecimentos que já possuem sobre as profissões que os interessam. Também vale dizer para o grupo que as informações apresentadas serão retomadas em outras atividades.

Comentários: A sistematização das informações geradas por esta atividade pode resultar num material rico para compreender e conhecer melhor o perfil das moças e rapazes com os quais estamos trabalhando. Esse material também pode servir de insumo para o planejamento de novas atividades educativas e conversas. Por exemplo, a sistematização das profissões que mais mobilizam os jovens pode subsidiar o planejamento de uma pesquisa, que aprofunde o conhecimento dos jovens.

Atividade 3 | Linha do tempo das profissões

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Revelar os condicionantes sociais da escolha profissional a partir da história pessoal dos estudantes e do modo como tomaram contato com as profissões.

Materiais: Folhas de sulfite coloridas cortadas ao meio (três cores), canetas, pincel atômico e cartolina.

Processo: Distribua para cada jovem três folhas de sulfite cortadas ao meio, sendo cada uma de uma cor, e certifique-se de que todos possuem caneta para realizar a atividade. Os jovens deverão escrever nas folhas as profissões almejadas em cada fase da vida, conforme as orientações a seguir:

Na lousa:
O que eu queria (quero) ser quando...

- Tinha entre quatro e sete anos (folha amarela)
- Tinha entre oito e 12 anos (folha azul)
- Atualmente (folha verde)

Após esse processo individual, peça que os participantes se organizem em pequenos grupos, de no máximo cinco ou seis pessoas, e distribua para cada grupo uma folha de cartolina e uma caneta piloto.

Solicite que os participantes informem suas respostas no pequeno grupo e, após essa primeira troca, compartilhem quais foram as influências e motivos que os levaram a desejar essas profissões quando eram crianças, pré-adolescentes e jovens. Para facilitar o trabalho do grupo, você pode dar um exemplo: "*os desenhos animados, às vezes, trazem certas imagens de profissionais. Essas representações da televisão nos influenciam a querer (ou não) ser um médico, um dentista ou um advogado*".

As respostas do grupo devem ser redigidas em forma de itens na folha de cartolina que foi distribuída para que as respostas possam ser socializadas.

Peça que os grupos compartilhem os resultados do seu trabalho e promova uma discussão sobre as influências da família, dos meios de comunicação e do ambiente social nas imagens que projetamos sobre as profissões. Algumas perguntas podem orientar a discussão: há semelhanças e diferenças entre as profissões que nos interessavam na infância, na pré-adolescência e na juventude? Quais fatores influenciaram nossos interesses e preferências profissionais? O ambiente social em que vivemos e crescemos influência nossos interesses e preferências? Como podemos explicar as mudanças de nossos interesses e preferências profissionais?

Comentários: Essa dinâmica permite que os jovens identifiquem uma série de fatores que influenciam o processo de escolha profissional: a educação e referências dos pais e familiares, o contato com profissões e profissionais, as representações nos meios de comunicação, as oportunidades de formação e qualificação profissional, as informações que temos sobre a demanda do mercado de trabalho, nossos interesses pessoais por certas temáticas e conhecimentos científicos, entre outros.

Trata-se de uma estratégia bastante interessante para desconstruir a ideia de que nascemos predestinados a seguir essa ou aquela profissão ou de que os indivíduos possuem uma essência que os induz a seguir certos caminhos profissionais. Ninguém deseja o que

não conhece. Aquilo que aparece como um interesse individual é resultado de uma gama de possibilidades apresentadas pelo nosso ambiente cultural, que seleciona algumas alternativas enquanto bloqueia outras.

Atividade 4 | Questionário de valores

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Promover uma discussão sobre como a cultura e os nossos valores se refletem nas percepções que possuímos sobre as profissões e as escolhas profissionais.

Materiais: Canetas, folhas de sulfite e cópias do ***Material de Apoio n. 1 – Questionário de valores.***

Processo: Prepare previamente uma cópia para cada estudante do ***Material de Apoio n. 1 – Questionário de valores***, que apresenta oito afirmações (posicionamentos) associadas ao debate sobre escolha profissional. No dia do encontro, distribua as fichas para os estudantes e peça que, individualmente (sem consultar o amigo do lado) respondam o questionário.

Depois de alguns minutos, solicite que os jovens formem pequenos grupos, de no máximo cinco ou seis pessoas. Nesses grupos eles deverão comparar suas respostas, discutir suas opiniões e tentar construir um consenso para cada uma das ideias presentes no questionário de valores.

Atenção professor

O consenso é resultado de um acordo entre todos os participantes, e não entre a maioria. Não há problema se o grupo não chegar a um consenso sobre uma ou outra questão. Caso isso aconteça, o grupo deverá registrar, numa folha de sulfite, os pontos de divergência que impediram o consenso.

Após essa discussão nos subgrupos, abra uma roda de conversa com toda a turma, fazendo um debate sobre os valores expressos no questionário. Identifique com os jovens quais foram as questões que causaram mais polêmica e por quais motivos houve a discordância. Se preferir, anote na lousa os pontos de vista contrários expressos pelos jovens, de modo que eles possam visualizar os pontos de maior controvérsia. Também vale discutir com os jovens suas hipóteses sobre os pontos de vista: por que, embora façam parte de uma mesma turma, apresentam pontos de vista tão diferentes ou tão parecidos?

Comentários: No fechamento desta discussão é importante enfatizar que não é intuito da atividade encontrar respostas corretas ou incorretas, pois elas estão relacionadas às nossas crenças e valores, o que varia muito, conforme as aprendizagens na família, na igreja, na escola, nos espaços de trabalho, na relação com os nossos amigos, através dos meios de comunicação etc. Ou seja, os valores e posições sobre as coisas não são um dado natural, mas resultam do aprendizado da cultura de um determinado grupo ou sociedade.

No mesmo sentido, vale problematizar com os jovens que as opiniões também não são estáticas. Cada indivíduo pode viver experiências capazes de alterar seus pontos de vista e modos de ver o mundo. Por exemplo, muitas pessoas quando crianças gostam de certas disciplinas escolares e na adolescência, por causa de alguma experiência, mudam suas preferências. Ou seja, gostar ou não gostar de matemática pode estar relacionado a uma experiência particular, a um professor legal, a um conteúdo específico, a minha história nesta disciplina.

Além disso, a sociedade também muda bastante ao longo do tempo. Há muito pouco tempo as mulheres sequer eram admitidas em cursos de nível superior e hoje elas são a maioria dos universitários brasileiros. O mais importante nesta atividade é que os estudantes se deem conta do quanto o ambiente cultural influencia as opiniões e pontos de vista, inclusive no que diz respeito ao mundo do trabalho e às escolhas profissionais.

Atividade 5 | As partes e o todo

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Avançar na discussão sobre crenças e valores que influenciam nossas escolhas e posições sobre o mundo do trabalho.

Materiais: Folhas de sulfite, canetas, giz e lousa.

Processo: Distribua folhas de sulfite aos estudantes e certifique-se de que todos possuem uma caneta para participar da atividade. Depois escreva na lousa o roteiro a ser respondido por eles, conforme a indicação do quadro:

Na lousa

Roteiro "quem você considera"...

1) Uma pessoa de bem com a vida.
2) Uma pessoa de sucesso.
3) Uma pessoa admirável.
4) Uma pessoa bonita.
5) Uma pessoa bem-sucedida profissionalmente.
6) Uma pessoa realizada.
7) Uma pessoa batalhadora.
8) Uma pessoa feliz.

Na folha de sulfite os estudantes precisam apenas escrever o número da questão e a resposta, com o nome da pessoa que consideram ser um bom exemplo para cada situação e a justificativa da sua resposta, ou seja, o que faz dessa pessoa uma referência de beleza, felicidade, sucesso, prestígio, admiração etc.

Conforme os estudantes forem terminando de realizar este exercício mais individual, você pode incentivá-los a formar grupos de quatro ou cinco pessoas, para que comparem suas respostas, observando se há semelhanças nas indicações e se utilizaram os mesmos critérios e justificativas para a eleição das pessoas.

Após alguns minutos, solicite que dois subgrupos apresentem a síntese de suas discussões, se possível, dando exemplo de diferenças e semelhanças nas respostas de seus participantes. No debate, explore os sentidos que os jovens deram para os diferentes termos utilizados: todos eles utilizam os mesmos parâmetros para eleger uma pessoa bem-sucedida, bela, batalhadora ou feliz? Os sentidos que atribuímos ao sucesso, à felicidade, ao prestígio etc. interferem nas nossas escolhas profissionais? Como? Por quê?

Comentários: Incentivando os jovens a explicitar quem são as pessoas importantes para suas vidas e principalmente as motivações que fazem com que elas sejam referências positivas, pretende-se com essa atividade dar prosseguimento à discussão sobre como a cultura e os valores influenciam as nossas preferências e percursos em diferentes âmbitos da vida, inclusive no que diz respeito ao mundo do trabalho e às escolhas profissionais.

A atividade visa mostrar que não utilizamos os mesmos parâmetros e "réguas" para eleger e avaliar prestígio, felicidade, êxito, beleza etc. Por exemplo, podemos considerar que um executivo é bem-sucedido porque foi capaz de acumular um número significativo de bens

materiais ou, pelo contrário, tomá-lo como um mau exemplo se suas práticas comerciais forem nocivas ao meio ambiente e à vida em sociedade. Assim, é possível problematizar uma dimensão importantíssima que está em jogo no processo de escolha profissional: as expectativas de cada um sobre o mundo do trabalho e os valores nelas embutidos. A dinâmica também permite abrir uma reflexão com os jovens sobre a influência da mídia, das vivências pessoais e da família na conformação destas expectativas e valores.

Atividade 6 | Ser homem, ser mulher. O que é?

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Mapear significados que jovens associam a ser homem e ser mulher e as hipóteses que possuem sobre possíveis diferenças nas trajetórias e escolhas profissionais.

Materiais: Lousa e giz de diferentes cores.

Processo: Divida a lousa em quatro partes e pergunte aos estudantes o que vem imediatamente à cabeça deles, “sem pensar muito”, quando escutam a palavra “homem”. Enquanto os jovens falam, registre na primeira coluna as principais ideias deles, sem fazer juízos ou avaliações, de modo a organizar uma lista. Prossiga na atividade, perguntando aos jovens o que de pronto vem à mente deles a partir da palavra “mulher”, anotando também em tópicos na segunda coluna.

Realize o mesmo procedimento com as expressões “profissão de homem” e “profissão de mulher”, uma de cada vez, registrando os apontamentos dos estudantes na terceira e quarta colunas.

Quando o quadro for concluído, vale a pena fazer uma leitura em voz alta dele, de modo a destacar os principais elementos de definição trazidos pela turma. Após esta leitura, promova um bate-papo com os estudantes, explorando as ideias e características associadas por eles a homens e mulheres, bem como as profissões que associam a homens e mulheres. Explore com os estudantes suas hipóteses sobre os motivos que os fazem pensar que certas profissões são mais indicadas para homens e outras mais adequadas para mulheres.

Comentários: Essa atividade tem como propósito fazer um levantamento, uma primeira sondagem sobre algumas ideias comuns em nossa sociedade sobre as diferenças entre homens e mulheres. Por essa razão, é importante criar um ambiente no qual os estudantes sintam-se à vontade para apresentar seus pontos de vista, mesmo que estes sejam polêmicos e contraditórios.

Prepare-se para esta atividade!

O *Texto de Apoio n. 2 – Profissão de homem, profissão de mulher* foi elaborado especialmente para tratar sobre os estereótipos de gênero e sobre suas consequências para a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. O texto também apresenta algumas informações sobre a história das mulheres no mundo do trabalho. Para dar prosseguimento e aprofundar essa discussão com os jovens, você pode exibir aos estudantes o filme Billy Elliot, produzido em 2000. A sinopse do filme encontra-se na seção Dicas e Referências.

Atividade 7 | Mulheres de ontem e hoje

Tempo: 2h30 (3 aulas)

Objetivo: Debater a conquista de direitos pelas mulheres e seus reflexos no cotidiano e no mundo do trabalho.

Materiais: Dezesseis folhas de papel pardo (60 cm x 60cm), oito canetas piloto, quatro rolos de fita crepe, quatro caixas de giz de cera, lousa e giz.

Processo: Peça que os estudantes dividam-se em quatro grupos e que cada subgrupo se posicione em um canto da sala de aula. Assim que se organizarem, cada grupo deve receber um kit de materiais, contendo: quatro folhas de papel pardo, duas canetas piloto, uma caixa de giz de cera e um rolo de fita crepe.

A partir daí, será necessário dar uma série de orientações para que os grupos preparem as bases do trabalho que será realizado. São elas:

Na prática...

Orientações para o trabalho nos subgrupos

1) Com a fita crepe e as folhas de papel pardo construa um grande retângulo, que funcionará como painel para a produção de um desenho.
2) Eleja um voluntário que deve deitar-se em cima do painel, enquanto outros dois desenham o contorno de seu corpo, utilizando as canetas piloto.
3) Trace uma linha vertical cortando ao meio o perfil de corpo desenhado;
4) No topo do desenho, do lado esquerdo, escreva “mulher, brasileira, 16 anos, de 1910 (início do século XX)” e do outro lado “mulher, brasileira, 16 anos, de hoje (século XXI)”.

Depois que os perfis de mulheres forem concluídos, a proposta consiste em explorar diferentes dimensões da vida dessas jovens do sexo feminino. Para isso, você deve escrever na lousa ou orientar verbalmente as seguintes questões:

Na prática...

Orientações para o trabalho nos subgrupos

1) Na altura da cabeça desenhe um balão de ideias, do lado direito e do lado esquerdo, e responda: quais eram os sonhos da jovem que viveu no início do século XX? Quais são os sonhos de uma jovem hoje?
2) Na altura do peito desenhe um coração, do lado direito e do lado esquerdo, e responda: quais eram os direitos da jovem que viveu no início do século XX? Quais são os direitos das jovens hoje?
3) Na altura da mão desenhe uma bolsa, do lado direito e do lado esquerdo, e escreva dentro de cada uma: quais eram os afazeres/trabalhos de uma jovem mulher no início do século XX? Quais são os afazeres e trabalhos realizados por uma jovem hoje?
4) Na altura do sexo puxe uma seta, do lado direito e do lado esquerdo, e responda: qual era a relação com o sexo e com a sexualidade de uma jovem mulher no início do século XX? Como uma jovem vive hoje sua sexualidade?

Pode ser bacana deixar que durante 10 ou 15 minutos os estudantes possam colorir seus trabalhos, visto que a partir das ilustrações podem emergir representações interessantes sobre as mulheres do passado e do presente a serem problematizadas na discussão. Quando os grupos concluírem os desenhos, forme uma roda de conversa e inicie um bate-papo sobre a atividade. A conversa pode ser iniciada com a apresentação dos desenhos de cada grupo.

Algumas perguntas podem orientar o diálogo com os jovens. São elas: a vida de uma mulher jovem hoje é diferente de outra vivida no início do século XX? O que mudou na vida das mulheres? O que aconteceu para que as jovens mulheres vivam hoje de forma diferente daquelas do passado? Há coisas que permanecem na experiência de mulheres de hoje e do passado? Se sim, o que permanece e por quê? E no que diz respeito ao trabalho, o que permanece e o que mudou?

Comentários: Essa dinâmica é uma boa forma de relativizar a ideia de que existem profissões de homens e profissões de mulheres, ideia ainda bastante comum na nossa sociedade. Ela busca evidenciar como a posição profissional das mulheres hoje resulta de uma luta e da conquista de direitos por parte delas.

Uma questão a se explorar com os participantes diz respeito à representação de mulheres que eles fizeram. Qual a classe social delas? Elas eram brancas ou negras? Residiam em grandes centros urbanos ou em contextos rurais? Isso porque no início do século XX, ou seja, num período muito próximo do nosso passado escravocrata, a vida de mulheres negras e de mulheres brancas provavelmente era muito diferente. No mesmo sentido, ser mulher pobre no Brasil sempre significou conciliar o trabalho doméstico com o trabalho produtivo, em atividades que muitas vezes exigiram (e ainda exigem) grande vigor físico: carregar latas de água na cabeça, lavar roupas na beira do rio ou no tanque, ser operária de fábricas, lidar com a colheita no campo etc.

Atividade 8 | Trabalhando com rótulos

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Identificar estereótipos, preconceitos sobre determinadas profissões, refletindo como estas ideias influenciam os processos de escolha profissional.

Materiais: Etiquetas adesivas e caneta piloto.

Processo: Prepare com antecedência etiquetas adesivas com o nome de diferentes profissões. Selecione algumas carreiras que gozam de muito prestígio social e outras que são pouco valorizadas socialmente. Vale também incluir profissões que estão na moda (que são muito populares) e outras que são completamente desconhecidas. Enfim, busque construir um cardápio de etiquetas variado, conforme o exemplo abaixo.

- Atuário
- Pedagogo
- Psicólogo
- Advogado
- Astrônomo
- Professor do Ensino Fundamental
- Fisioterapeuta
- Estilista
- Técnico em oftálmica
- Engenheiro naval
- Comissário de bordo
- Professor de Educação Física
- Geógrafo
- Geólogo
- Matemático
- Secretário

No dia do encontro, divida a turma em dois grupos e peça que um deles se retire da sala de aula. Para este grupo dê as seguintes explicações: a) todos eles serão “rotulados”, recebendo nas costas uma etiqueta adesiva com o nome de uma profissão; b) nenhum deles poderá comunicar-se com o outro e menos ainda dizer o nome da profissão que carregam nas costas;

c) quando voltarem para sala de aula, cada um deverá estabelecer uma conversa com um colega do outro grupo, tentando descobrir algumas características da profissão "rótulo" que receberam, além do seu nome. Depois dessas explicações, cole os adesivos nas costas dos estudantes deste grupo e volte para sala de aula para dar orientações ao outro grupo.

Com o outro grupo comente que, daqui a poucos minutos, eles tomarão contato com o grupo dos "rotulados". Explique que a tarefa deles é dar dicas, não muito óbvias, sobre a profissão que cada estudante do outro grupo carrega nas costas. Vale ressaltar que, mais do que tentar ajudar o colega a descobrir o nome, é importante que eles deem dicas sobre o que é "estar na pele deste profissional": é ter prestígio, *status*, dinheiro, ser valorizado, reconhecido, respeitado, disputado etc.

Atenção professor!

Para não ser óbvio...

Evite:
- Dar dicas do tipo "sua profissão começa com 'mé' e termina com 'dico'".
- Soletrar a profissão.
- Buscar inventariar equipamentos utilizados pelos profissionais como, por exemplo, giz e apagador, para descrever um professor, ou telescópio, para astrônomo.

Tente:
- Descrever rotinas, o dia a dia e os diferentes campos de trabalho e inserção desse profissional.
- Falar com a pessoa simulando o comportamento que as pessoas costumam ter ao tratar com esse profissional.
- Enumerar coisas "boas" e coisas "ruins" do tipo de trabalho realizado por esse profissional.

Após essas orientações, junte novamente os dois grupos e peça que eles comecem a circular pela sala de aula, buscando estabelecer o diálogo. Depois de 10 ou 15 minutos já é possível encerrar o bate-papo e dar início a uma roda de conversa com todos sobre as questões e reflexões que a atividade suscitou. Para começar esse momento, é possível pedir que os jovens etiquetados falem sobre as pistas dadas pelos colegas. Outro caminho é solicitar que, quem descobriu a profissão que carregou nas costas, diga quais foram os comentários feitos que deram boas pistas para que ele descobrisse a profissão.

Comentários: Esta dinâmica, que costuma ocorrer de modo bastante animado com os estudantes, tem como objetivo problematizar como os estereótipos e a falta de informação

podem fazer com que tenhamos visões, muitas vezes, parciais sobre certas carreiras e profissões. Ou seja, seu objetivo é alertar os jovens para a importância de que busquem informações sobre diferentes cursos e profissões, diminuindo o risco de tomar como modelos exclusivos certas ideias que podem estar fundamentadas em preconceitos ou baseadas num número pequeno de profissionais.

Para qualificar e animar o debate pode ser interessante construir, com os participantes, noções sobre o que são **estereótipo** e **preconceito**, problematizando a influência de diferentes espaços de circulação de ideias – como a escola, a família, os meios de comunicação de massa, a igreja, os grupos de amigos etc. – na sua manutenção ou reforço. Também pode ser importante refletir sobre o quanto as desigualdades (sociais e econômicas, por exemplo) reverberam nos juízos e diferentes valorações das profissões.

Estereótipo: de acordo com o dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, algumas das definições para "estereótipo" são: 1) algo que se adapta a um padrão fixo ou geral, sendo esse próprio padrão, geralmente formado de ideias preconcebidas e alimentado pela falta de conhecimento real sobre o assunto em questão; 2) ideia ou convicção classificatória preconcebida sobre alguém ou algo, resultante de expectativa, hábitos de julgamento ou falsas generalizações.

Preconceito: segundo o dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, "preconceito" é 1) qualquer opinião ou sentimento, quer favorável, quer desfavorável, concebido sem exame crítico; 2) ideia, opinião ou sentimento desfavorável formado a priori, sem maior conhecimento, ponderação ou razão 3) atitude, sentimento ou parecer insensato, esp. de natureza hostil, assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio; 4) atitude, geralmente negativa e hostil, que leva ao julgamento de objetos, opiniões, condutas e pessoas independentemente de suas características objetivas e se exprime ou é gerada por crença estereotipada.

Atividade 9 | Classificação das profissões

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Apresentar aos estudantes estratégias de diferentes possibilidades de classificação das profissões que são comumente utilizadas para agrupar profissões de nível superior.

Materiais: Fita crepe, tarjetas com designações de profissões, tarjetas em branco, pincel atômico, cópias do ***Material de Apoio n. 2 – Oito grupos de profissões.***

Processo: Prepare com antecedência folhas de sulfite cortadas ao meio, contendo designações de aproximadamente 15 profissionais variados: arquiteto, professor de Ensino Fundamental, químico, matemático, engenheiro florestal, advogado, cientista social, engenheiro elétrico, atuário, economista, biólogo, técnico em enfermagem, tecnólogo em gastronomia etc.

No encontro com os estudantes, para começar a dinâmica, monte um quadro com essas folhas, fixando-as com fita crepe numa lousa ou parede.

Solicite que um ou dois estudantes apresentem uma estratégia para organizar o quadro, construindo algum ordenamento para dispor as folhas. Caso não apareça como proposta dos estudantes, apresente a possibilidade de eles organizarem o quadro por áreas de conhecimento específico: profissionais da área de exatas, da área de humanidades e da área de biológicas.

Após essa intervenção, incentive toda a turma a, junto com você, organizar o quadro em três colunas, utilizando essas categorias de agrupamento. Num segundo momento, é possível distribuir folhas de sulfite em branco e solicitar que os jovens insiram outras profissões para completar as três colunas. Assim, eles podem explicitar tanto o repertório de profissões que conhecem quanto dúvidas sobre o modo de classificá-las.

Faça um levantamento sobre o que os jovens sabem a respeito de cada área de conhecimento e promova um bate-papo, no qual possam ser elucidadas as especificidades de cada uma delas, bem como os lugares onde os jovens comumente vão encontrar este tipo de organização de profissões: manuais e revistas de vestibulares e sites sobre carreiras e cursos.

Explique que essa é uma forma dentre várias formas de classificação das profissões e explore com eles outras possibilidades como, por exemplo, profissões que demandam nível superior, de nível técnico ou que demandam alguma qualificação profissional ou experiência.

Distribua para os estudantes as cópias do ***Material de Apoio n. 2*** – Oito grupos de profissões, que classifica as profissões considerando as áreas de conhecimento e os diferentes campos de atuação dos profissionais. São elas: 1) profissões ligadas aos recursos naturais; 2) profissões artísticas e de entretenimento; 3) profissões assistenciais; 4) profissões científicas; 5) profissões de contato comercial; 6) profissões culturais; 7) profissões de organização; 8) profissões tecnológicas.

Peça que os alunos leiam atentamente cada um dos enunciados ou, se preferir, sugira que um voluntário faça a leitura em voz alta, para toda a turma, do documento, que apresenta brevemente características de cada categoria. Para concluir, peça para que os estudantes tentem classificar verbalmente (sem registrar na folha) as profissões apresentadas no quadro segundo essas novas categorias.

Comentários: Na hora de agrupar as tarjetas por área de conhecimento, é possível que apareçam dúvidas sobre algumas profissões. Por exemplo, normalmente, os jovens divergem sobre como classificar “arquiteto”, pois associam este profissional com a área de exatas, supondo que sua principal característica consiste no uso da matemática para a execução de projetos e construções. Ao mesmo tempo, muitos estudantes vinculam-na à área de humanas devido a sua proximidade com a produção artística, cultural e ao design. O mesmo ocorre com profissionais como biólogo, físico, matemático e químico. E se for um professor? Isso não faz dele um profissional da área de humanas?

A aparição destas questões, sejam elas motivadas pela dúvida dos estudantes ou pela provocação do professor, é uma ótima oportunidade para o debate, podendo gerar a reflexão sobre as especificidades de cada profissão, os saberes que certos profissionais precisam dominar – o que, muitas vezes, independe de uma área de conhecimento –, a relação entre as profissões e seus contextos de prática profissional etc.

A atividade evidencia os limites da classificação das profissões por área de conhecimento, que até pode funcionar bem quando estamos lidando com profissões de nível superior, mas é mais complicada quando são incorporadas carreiras que não exigem o diploma deste nível de ensino. Essa constatação abre espaço para a proposição de outra forma de classificação das profissões, apresentada no Material de Apoio e que será mais bem desenvolvida na Atividade 10.

Atividade 10 | Um primeiro contato com a diversidade de profissões

Tempo: 1h40 (2 aulas)

Objetivo: Ampliar o leque de profissões conhecidas pelos estudantes.

Materiais: Cópias do ***Material de Apoio n. 2 – Oito grupos de profissões***, quatro cópias do ***Material de Apoio n. 3 – Baralho de profissões*** (material disponível no site **Tô No Rumo:** <www.tonorumo.org.br>) e canetas.

Processo: Para realizar essa atividade, é necessário reproduzir pelo menos quatro cópias do ***Material de Apoio n. 3 – Baralho de profissões***, que está disponível no site do projeto. O baralho apresenta aproximadamente 230 cartas com o nome e uma breve descrição das atividades de diferentes profissionais existentes no Brasil.

No dia do encontro, distribua os estudantes em quatro grupos e dê, para cada grupo, um jogo de baralho de profissões. Explique aos estudantes que para realizar a atividade eles deverão utilizar o ***Material de Apoio n. 2 – Oito grupos de profissões***, distribuído na dinâmica anterior.

Explique para o grupo que eles realizarão uma atividade que tem como principal objetivo ampliar o universo de profissões conhecidas por seus membros e que, para isso, cada grupo recebeu um jogo de cartas que possui uma descrição sucinta de diferentes profissões e profissionais.

Fale para os estudantes que eles deverão fazer uma leitura de cada uma das cartas e, após a leitura, decidir em qual grupo de oito profissões (categoria) ela melhor se encaixa. Quando essa decisão for tomada, todos os membros do grupo deverão escrever o nome da profissão contida na carta em uma das oito categorias existentes.

Deixe que os estudantes realizem a leitura das cartas de profissões, tirando dúvidas quando estas aparecerem. É possível que eles constatem que há profissões cujas descrições de atividades e características são compatíveis com mais de uma categoria. Se isso acontecer, é importante assinalar que não há nenhum problema em que uma profissão se encaixe tanto num descritor quanto em outro.

Após o intervalo de aproximadamente 30 ou 40 minutos acelere o trabalho dos subgrupos. Explique que, a partir de agora, os subgrupos devem ler apenas aquelas profissões que despertem o interesse de um de seus membros ou então cartas que contêm informações de profissões de que eles nunca ouviram falar. Também sinalize que o grupo terá 15 minutos para completar a atividade.

Conclua a atividade solicitando que, primeiramente, cada jovem assinale (com um círculo ou grifo) a categoria de profissões que mais lhe chamou a atenção e, depois, que faça o mesmo com o nome das profissões que lhe chamaram a atenção. Finalize a atividade recomendando que os jovens realizem uma pesquisa na internet com o intuito de buscar mais informações sobre as profissões assinaladas por ele. Você pode indicar algumas fontes para que essa pesquisa seja realizada.

Atenção professor!

Endereços eletrônicos para a pesquisa dos estudantes

- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>.
- G1 Vestibular e Educação: <http://guiadoestudante.abril.com.br/>.
- Guia de Profissões da Unesp: <http://www.unesp.br/guia/cursos.php>.
- Guia do estudante: <http://guiadoestudante.abril.com.br/>.
- Tô no Rumo: <http://www.tonorumo.org.br>.
- UOL Vestibulares: <http://vestibular.uol.com.br/>.
- Wikipédia: <http://www.wikipedia.org/>.

Comentários: A ideia desta atividade é de que os jovens ampliem seus conhecimentos sobre diferentes profissões e suas áreas de inserção e trabalho. Para tanto, apresenta-se outra proposta de agrupamento de profissões, diferente daquela mais comumente utilizada pelas universidades nos processos seletivos (área de conhecimento) e mais fundamentada no conjunto de práticas concretas nas quais pode estar envolvido esse ou aquele profissional.

Para incentivar os estudantes a realizarem a leitura das cartas pode ser importante problematizar com eles o fato de que, muitas vezes, escolhemos seguir alguns caminhos sem que antes tenhamos clareza de todas as possibilidades. Em outras palavras, podemos orientar nossos percursos de formação e inserção profissional para certa carreira sem ter conhecimento suficiente sobre um vasto campo de trabalho existente no Brasil.

A leitura das cartas, nesse sentido, tem como propósito alargar o campo de conhecimento dos jovens e, quiçá, também, o horizonte potencial de futuro profissional. Por isso, é importante que eles tentem tomar contato com o maior número de profissões a partir do baralho, aprofundando seus conhecimentos num segundo momento com base em uma pesquisa mais sistemática; a internet pode ser um bom caminho para buscar informações.

Atividade 11 | Mímica de profissões

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Identificar o imaginário e a representação que os jovens fazem de diferentes profissões a partir de atividade lúdica.

Materiais: Pequenos papéis com nomes de 10 ou 12 profissões, uma caixa ou saco plástico (para que possam ser sorteados).

Processo: Com antecedência, prepare pequenos papéis com o nome de algumas profissões, por exemplo: arqueólogo, chefe de cozinha, dentista, engenheiro de pesca, esteticista, jornalista, juiz, médico, quiroprático, radiologista, relações públicas, terapeuta ocupacional etc. Os papéis devem conter profissões que são mais conhecidas pelos jovens e outras mais desconhecidas. Dobre os papéis e coloque-os numa caixinha ou saco plástico.

Na sala de aula, divida o grupo em dois "times" e explique que eles irão participar de uma brincadeira bastante conhecida por todos: o jogo de mímicas. Explique que o jogo terá como tema "profissões". Cada grupo deve eleger um ou dois intérpretes para representar as profissões, que devem ser orientados a respeitar as seguintes regras do jogo: a) não falar ou soletrar letras que compõem a grafia da profissão; b) não se manifestar enquanto o colega do outro grupo se apresenta.

Inicie o jogo com um dos intérpretes sorteando um papel. Cada um tem até dois minutos para representar a profissão sorteada O grupo que tiver o maior número de acertos será o vencedor.

Comentários: Ao fazer os papéis com nomes de profissões, tente mesclar ocupações muito famosas e conhecidas com outras menos comuns no cotidiano dos jovens. Vale também produzir papéis com profissões cujas atividades são facilmente interpretadas e outras que apresentam maior grau de dificuldade. Além disso, considere a possibilidade de utilizar profissões cujo campo de inserção e tipo de atividade é bastante variado. Por exemplo, um pedagogo pode atuar como professor, como coordenador pedagógico, como diretor de escola, realizando pesquisas educacionais ou atuando em empresas na área de recursos humanos.

É fundamental que o educador responsável pela condução da atividade tenha informações básicas sobre as profissões que serão utilizadas na brincadeira, de modo que, ao final, tenha condições para esclarecer dúvidas, questões dos estudantes ou lidar com equívocos cometidos por eles.

Atividade 12 | Baralho de perfis e caminhos de formação profissional

Tempo: 1h40 minutos (2 aulas)

Objetivo: Apresentar aos estudantes diferentes caminhos (cursos livres, cursos técnicos de nível médio, cursos de nível superior) de formação profissional.

Materiais: Papel sulfite, canetas, cópia do ***Material de Apoio n. 4 – Baralho de trajetórias profissionais*** e cópias do ***Material de Apoio n. 5 – Caminhos de formação profissional***.

Processo: Organize com antecedência uma cópia do ***Material de Apoio n. 4 – Baralho de trajetórias profissionais***, que contém dez pequenas descrições de profissionais e de suas trajetórias de formação e qualificação, conforme o exemplo abaixo:

FICHA DE DESCRIÇÃO **2**

Maria Fernanda tem 31 anos e é coordenadora de moda de uma loja de departamento. Nesta função ela é responsável por realizar pesquisas de tendência, antecipando o que vai ser moda nas próximas coleções. Ela acompanha desfiles, faz pesquisas de comportamento, realiza levantamentos de cores, aviamentos, acessórios, tecidos e estampas que não podem faltar nas vitrines. Seu trabalho orienta a produção de empresas que fornecem todo tipo de materiais para a produção de roupas e acessórios.

EXPERIENCIA E FORMAÇÃO **2**

Terminou o Ensino Médio aos 17 anos. Dois anos depois ingressou num curso técnico em Vestuário, em uma escola privada. Frequentou um curso livre de Desenho de Moda, mas não chegou a concluí-lo. Com 21 anos ingressou em uma faculdade particular e em três anos formou-se no curso de Tecnólogo em Vestuário. Já graduada, foi fazer cursos de inglês para acompanhar as tendências internacionais do mundo da moda. Atualmente, realiza uma pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Varejo.

Além dele, reproduza cópias individuais do ***Material de Apoio n. 5– Caminhos de formação profissional***, que é um glossário que apresenta as especificidades de diferentes caminhos de formação profissional no Brasil.

No dia do encontro, solicite a seus alunos que formem até 10 pequenos subgrupos. Depois de já formados, peça que cada subgrupo eleja um representante, que deverá sortear uma

Ficha de Descrição. Este representante deverá ler em voz alta, para toda a sala, a descrição do profissional que sorteou: "Fulano tem tanto anos e trabalha como...".

Quando os representantes de subgrupos já tiverem sorteado suas fichas, oriente todos sobre o trabalho que deverão realizar: cada subgrupo, a partir da descrição, deverá levantar uma hipótese sobre o percurso formativo que esse profissional realizou. Que cursos ele realizou? Quantos cursos ele realizou? Qual nível de formação possui? Ele fez faculdade? Fez curso técnico? Distribua folhas de sulfite para que cada grupo redija suas respostas e deixe-os trabalhar por alguns minutos.

Abra uma roda de conversa e peça que cada subgrupo retome brevemente o perfil sorteado e apresente sua hipótese de trajetória profissional. Incentive que todos os participantes comentem as respostas apresentadas, propondo inclusive sugestões e outras possibilidades de formação. Depois desta primeira rodada, você pode apresentar as Fichas de Trajetória correspondentes a cada perfil e solicitar que os estudantes comparem suas respostas com as contidas nas fichas.

A partir daí sugerimos que o bate-papo seja orientado a partir de dois caminhos. O primeiro diz respeito às trajetórias individuais descritas, pois elas contêm informações e combinam uma diversidade bastante significativa, que merece ser problematizada. Um segundo caminho de discussão é chamar a atenção dos estudantes para os diferentes níveis (médio ou superior) e modalidades (livres, técnico, tecnológico, *lato sensu*, especialização, *stricto sensu* etc.) de cursos realizados pelos personagens.

Para animar esta última discussão, peça aos subgrupos que retomem a leitura de sua ficha, destacando os "tipos" de formações que encontram nela. Você pode registrar esses destaques na lousa e incentivar os estudantes a descrever o que conhecem, quais são as diferenças e semelhanças de um ou outro tipo de formação.

Para consolidar as informações sobre esses caminhos e percursos de formação profissional, distribua as cópias do ***Material de Apoio n. 5 – Trajetórias profissionais***, que apresenta, sinteticamente, a definição de alguns caminhos de formação profissional em nosso país. Solicite que os estudantes façam uma leitura atenta do material, registrando suas dúvidas.

Comentários: A ideia desta atividade é suscitar um bate-papo sobre os caminhos de formação profissional, considerando exemplos de trajetórias individuais e os diferentes caminhos de formação existentes no Brasil (cursos livres, cursos técnicos, graduação, pós-graduação, formação militar etc.).

É importante enfatizar com os adolescentes e jovens que não existem respostas certas ou erradas para as trajetórias profissionais, a ideia da dinâmica é justamente desmistificar essa percepção, mostrando a diversidade de trajetórias de formação e inserção profissional.

Há, por exemplo, percursos mais lineares enquanto outros são mais "labirínticos", envolvendo muitas experimentações.

Além disso, a depender das condições e necessidades de vida, é possível que os percursos formativos e de trabalho articulem demandas de sobrevivência (fazer um curso para se inserir rapidamente no mercado de trabalho) com projetos profissionais de médio e longo prazo (aquilo que eu quero ser no futuro).

Os perfis e trajetórias também demonstram que profissionais de uma mesma área – exemplo do design gráfico, dos pedagogos e professores de educação física – podem ter rotinas de trabalho completamente diferentes, razão pela qual se torna arriscado decidir-se por um ou outro caminho profissional a partir do exemplo de um conhecido, da representação deste profissional na televisão ou, pior ainda, com base no "ouvi dizer que".

Atividade 13 | Dinâmica do sorvete

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Discutir o processo de escolha como um ato de coragem, que implica assumir certos riscos e responsabilidades, e não como algo "certo" ou "errado".

Materiais: Giz colorido e lousa.

Processo: Com giz colorido amarelo e verde, por exemplo, desenhe na lousa dois sorvetes do tipo picolé, um do lado do outro. Abaixo do primeiro desenho escreva apenas "sorvete de sabor X", e do segundo, "sorvete de sabor Y".

Apresente o seguinte problema para os jovens: "*cada um vocês terá que tomar uma importante decisão que é escolher um sorvete que nunca tomou na vida. Para facilitar essa tarefa, quem impôs essa decisão de escolha definiu que você poderá escolher apenas um tipo de sorvete, o picolé, e apenas dois sabores, o sabor X e o sabor Y*".

Apresente para os participantes também as regras que eles deverão seguir para fazer essa decisão, a saber:

1) Não poderão dar uma lambida antes para depois escolherem o sorvete (vocês não podem experimentar 100 profissões para depois escolherem).

2) Só poderão escolher um sorvete, isto é, não poderão escolher os dois (vocês não podem escolher ao mesmo tempo 100 profissões).

3) Querem fazer a melhor escolha, com o menor risco possível e com a maior chance de "sucesso".

4) Esta escolha é importante. Não é para o resto da vida (como uma profissão também não é), mas durante certo tempo você só poderá tomar este sorvete.

Peça aos participantes do grupo que pensem em perguntas para ter mais elementos sobre os sorvetes – por exemplo, qual o sabor deles? – e em hipóteses para equacionar o problema da escolha de um sabor do sorvete – por exemplo, fazer uma pesquisa de opinião ou perguntar para quem já experimentou o sorvete. Um participante de cada vez deve manifestar como resolveria a questão.

Anote na lousa quais foram as hipóteses dadas pelos adolescentes e jovens sobre como realizar uma boa e consciente escolha do sorvete. E, ao longo do bate-papo, conforme a demanda dos participantes, apresente novas pistas sobre cada um dos sorvetes. Também é importante polemizar as soluções apresentadas pelos jovens para realizar as suas escolhas e a fragilidade de cada sugestão encontrada.

Na lousa

Pistas que podem ser dadas sobre os dois sorvetes

	Sorvete X	Sorvete Y
Embalagem	É predominantemente branca	É predominantemente marrom
Ingredientes	Conservante tipo I Açúcar Leite Chocolate (e outros ingredientes)	Conservante tipo II Açúcar Água Abacaxi (e outros ingredientes)
Quem já experimentou diz	Tem suas desvantagens, mas quem escolhe não se arrepende	Não existe nada melhor no mundo
Quais são as vantagens	É mais nutritivo	É mais refrescante

>>

Quais são as desvantagens	Engorda Por ser gorduroso pode causar espinhas	É ácido e, por isso, pode causar afta
Qual é o mais consumido	O sabor mais vendido no Brasil e o consumo é equilibrado entre homens e mulheres	É menos consumido pelas mulheres
Qual é o preço dos sorvetes	É mais caro	É mais barato

A atividade deve ser encerrada com uma reflexão sobre o significado da "escolha", que pode estar amparada em uma série de informações, opiniões e pesquisas, mas que, em última instância, é um ato de coragem.

Comentários: Com essa atividade pretende-se chamar a atenção dos jovens para o fato de que nada garante a "melhor escolha", nem do sorvete e tampouco de nossa profissão. Isso porque qualquer escolha, em última instância, é uma aposta, envolve algum risco, mesmo que ele possa ser muito diminuído com informações e reflexões. Buscar informações, pesquisar, conhecer quem já experimentou esse ou aquele sorvete ou profissão, entre outras estratégias, são ações importantes para uma escolha responsável e consciente, mas nenhuma é capaz de atestar ou resultar na "boa escolha". Nesse sentido, escolher envolve sempre uma dose de coragem.

Prepare-se para esta atividade!

O *Texto de Apoio n. 1 – Escolha Profissional, que caminhos seguir?* foi elaborado especialmente para apoiá-lo a pensar nas dimensões que estão em jogo quando o tema é escolha profissional. Além disso, há alguns filmes (Frances Ha e Eu não faço a menor ideia do que eu tô fazendo com a minha vida) indicados na seção Dicas e Referências, que podem tanto ajudá-lo na reflexão como servir de recurso didático para aprofundar essa discussão com os estudantes.

Atividade 14 | Caminhos de formação pós-educação básica

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Disponibilizar informações sobre instituições públicas de Ensino Técnico e Superior e programas de qualificação profissional.

Materiais: Cópias de documento contendo informações de instituições públicas de Ensino Técnico e Superior e de programas de qualificação profissional.

Processo: Organize um documento contendo uma lista de estabelecimentos públicos de Ensino Técnico de nível médio e Superior no Estado, de programas de qualificação profissional existentes e de outras iniciativas que possam ampliar as oportunidades de estudo para os jovens (Programa Universidade para Todos – ProUni, programas de crédito e financiamento estudantil, cursinhos populares ou alternativos etc.)

O documento pode estar organizado segundo as diferentes modalidades de formação (superior, técnico, profissionalizante) e conter dados como: nome da instituição/programa, site para mais informações, existência e tipo de processo seletivo. Se possível, inclua informações sobre caminhos que possam facilitar o acesso de jovens pobres, negros e de estudantes de escolas públicas às vagas dos estabelecimentos de Ensino Técnico e Superior.

Na prática...
Exemplo de um item da ficha

Instituições de Ensino Superior em São Paulo
Universidade de São Paulo (USP)
Site: <www.usp.br>
Processo seletivo: O ingresso nos cursos de graduação da Universidade de São Paulo é feito por meio de vestibular. As provas de seleção são aplicadas anualmente.
Inclusão: Estudantes de escola pública podem ter bônus de até 20% na nota final do vestibular. Para propiciar a permanência dos aprovados no vestibular que tenham desvantagens socioeconômicas, a instituição oferece bolsas de iniciação científica e auxílios específicos (moradia, creche, alimentação, saúde e vale livros) durante a graduação.

No dia do encontro, inicie um bate-papo com os estudantes sobre os estabelecimentos de Ensino Superior e técnico que eles conhecem na cidade e no Estado e liste-os na lousa. Solicite aos jovens que façam uma distinção entre os estabelecimentos públicos e privados apresentados por eles. Caso tenham dúvidas, ajude-os nessa identificação. Do mesmo modo, indague sobre o conhecimento de programas de qualificação profissional públicos e que são dirigidos a jovens.

Após essa primeira sondagem, distribua as cópias do documento organizado por você e peça que os jovens o comparem com as informações fornecidas por eles. Dê continuidade à conversa a partir de algumas questões: eles tinham conhecimento de todas as instituições e programas públicos existentes? Que instituições/programas são mais conhecidos pelos estudantes? Por quê? Já tiveram a oportunidade de conhecer esses espaços/programas? Já visitaram o site deles? Pretendem estudar em algum desses estabelecimentos ou participar de algum programa após concluir o Ensino Médio?

Deixe que, por alguns minutos, os alunos façam uma leitura das informações contidas no documento e, caso necessário, esclareça possíveis dúvidas. Para concluir a atividade, incentive os alunos a realizar uma pesquisa no site dos estabelecimentos listados.

Comentários: Em cidades como São Paulo, onde a concentração de estabelecimentos públicos de Ensino Técnico e, principalmente, Superior é significativamente menor do que a de estabelecimentos privados, é comum que os estudantes manifestem maior conhecimento sobre os últimos. Esse desconhecimento é agravado na medida em que propagandas e estratégias de divulgação dos estabelecimentos públicos de Ensino Técnico, Superior e de programas de formação voltados para jovens são bastante modestos, se comparados com as estratégias de *marketing* dos estabelecimentos privados.

Também é comum haver certa confusão, por parte dos alunos, entre as ideias de público e gratuito. Por exemplo, alguns cursos técnicos ou de qualificação profissional oferecidos pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) são gratuitos, mas a instituição Senai é gerida pelo setor privado. Ao mesmo tempo, algumas universidades privadas oferecem bolsas de estudo integrais/parciais ou participam do programa do governo federal ProUni, mas continuam a ser estabelecimentos privados.

Além disso é comum que estudantes de escolas públicas vejam o Ensino Superior público como caminho pouco viável para seguir seus estudos, principalmente em alguns estabelecimentos. A existência de ações afirmativas confirma a existência de grandes obstáculos para certos grupos brasileiros, mas podem ser estratégica para que os estudantes vislumbrem possibilidades de seguir esse caminho. Por isso, vale apontá-las como brechas para lidar com os exames de acesso ao Ensino Superior público que tendem a ser marcados por uma intensa disputa.

Prepare-se para esta atividade!

Os *Textos de Apoio n. 3 – Ensino Superior público: missão possível!* e *n. 5 – Quando o caminho é o Ensino Superior privado* – foram especialmente elaborados sobre questões relacionadas ao Ensino Superior brasileiro e aos desafios para tornar a possibilidade de acesso a esse nível de ensino um direito para todos aqueles que desejam se engajar num curso de graduação. Eles podem ser pontos de partida para a estruturação de outros diálogos e bate-papos sobre os caminhos de acesso ao Ensino Superior.

Atividade 15 | Um currículo construído de modo desigual

Tempo: 1h40 (2 aulas)

Objetivo: Refletir como as desigualdades sociais e educacionais afetam as trajetórias e oportunidades na vida dos jovens brasileiros; refletir sobre a importância de ações afirmativas que buscam diminuir os efeitos dessas desigualdades na vida de jovens pobres, negros, egressos de escolas públicas e deficientes.

Materiais: Cartolinas, fita crepe, caneta, lápis, canetas coloridas, régua, revistas de moda, cópia do ***Material de Apoio n. 6: Três roteiros de como elaborar um currículo.***

Processo: Explique que o grupo será subdividido, formando três equipes que terão como desafio construir um currículo para um trabalhador experiente que está buscando uma recolocação profissional. E, para simular uma situação de contratação, o grupo, ao final do encontro, vai escolher o currículo mais bem apresentado.

Após dividir os subgrupos, solicite que cada um se dirija para um canto da sala. Explique que, a partir desse momento: a) nenhum subgrupo poderá se comunicar com o outro; b) poderão ser utilizados apenas os materiais disponibilizados especificamente para a realização da atividade; c) o professor, que está moderando a atividade, poderá ou não responder dúvidas existentes nos subgrupos.

Após essa organização, distribua o material para a realização das atividades da seguinte maneira:

• Grupo 1 – ofereça apenas uma cartolina e uma caneta e disponibilize o Roteiro de Currículo A, que contém pouquíssimas informações sobre como deve ser organizado o documento que será produzido por eles.

• Grupo 2 – ofereça apenas uma cartolina e uma caneta e disponibilize o Roteiro de Currículo B, que contém alguns tópicos de como deve ser estruturado o documento que será produzido por eles.

• Grupo 3 – ofereça uma diversidade de materiais (lápis, canetas de diferentes cores, régua, revistas de moda, cola) e disponibilize o Roteiro de Currículo C, que contém tópicos e itens de como deve ser estruturado o documento que será produzido por eles, bem como a área em que a empresa contratante trabalha e para qual vaga estão demandando currículo (confecção de roupas femininas/estilista).

Deixe que os grupos trabalhem aproximadamente 30 minutos na preparação do currículo. Caso os membros dos outros grupos questionem a presença de maior volume de materiais no Grupo 3, invente uma desculpa como: *"Concentrem-se na apresentação de vocês!" ou "Sejam criativos e se esforcem com o que têm em mãos!"* etc.

Antes da apresentação dos Grupos 1, 2 e 3 respectivamente, informe a toda a turma para qual empresa eles irão apresentar o currículo e para qual vaga ela demanda um novo profissional. Para incrementar a dinâmica, o educador poderá mostrar-se pouco interessado pelo trabalho dos grupos 1 e 2.

Após a apresentação promova uma discussão, que pode ser orientada pelas seguintes questões: todos estavam estruturando um currículo para um trabalhador (ou seja, representavam uma pessoa tão humana como qualquer outra), mas os grupos possuíam iguais condições para produzir o currículo desse trabalhador? O que percebemos na dinâmica? O que isso tem a ver com a vida real? O que essa dinâmica nos diz sobre o mundo do trabalho e do acesso à educação de nível superior? O que aconteceria se todos os grupos tivessem um currículo excelente? Haveria emprego "para três candidatos"? Como lidar com isso?

Vale a pena incentivar os estudantes a elencarem propostas que poderiam apoiar os diferentes grupos a participarem de um processo seletivo em condições mais equânimes.

A atividade deve ser encerrada com uma apresentação feita pelo educador sobre a situação educacional brasileira, com ênfase em aspectos relacionados ao acesso e presença dos jovens pobres e negros no Ensino Superior e das políticas de reserva de vagas nas universidades públicas (cotas) para estudantes de escolas públicas, pobres e negros atualmente em curso no Brasil.

Comentários: As cotas sociais e raciais no Ensino Superior público costumam mobilizar posições e debates acalorados, muitas vezes, orientados pelo senso comum ou pelas opiniões predominantes nos grandes meios de comunicação. Essa atividade permite introduzir a discussão sobre esse tema, incitando inicialmente os estudantes a pensar no modo como a desigualdade impacta as possibilidades de acesso das pessoas a diferentes oportunidades (inclusive educacionais) e, num segundo momento, a formular propostas para equacioná-las.

Após a realização da atividade é importante apresentar, de modo didático, como se dão as políticas de cotas nas universidades públicas, bem como outros programas de inclusão realizados por alguns estabelecimentos de Ensino Superior (cursinhos, bônus e pontos, por exemplo). Para quem são as cotas? Como funciona esse mecanismo? Como participar dos programas? Quais são seus objetivos e limites?

Prepare-se para esta atividade!

Mais informações sobre essa temática estão disponíveis no *Texto de Apoio n. 4: As ações afirmativas estão aí, vamos conhecê-las?* O texto também apresenta alguns dados sobre a presença de jovens pobres, negros e oriundos de escolas públicas de educação básica no Ensino Superior brasileiro. Na seção Dicas e Referências você vai encontrar a sugestão de filmes como Nota de Corte, Raça humana e Brasil em preto e branco que também abordam o assunto.

Atividade 16 | Produzir um guia de profissões (orientação para pesquisa individual)

Tempo: 2h30 (3 aulas)

Objetivo: Produzir um guia de cursos e profissões, a partir de pesquisa individual e trabalho em pequenos grupos.

Materiais: Canetas, tarjetas e fita crepe.

Processo: Primeiro encontro (2 aulas – 1h40) – orientação para pesquisa

Comece o encontro distribuindo para cada estudante uma folha de sulfite cortada ao meio e solicite que nela cada estudante escreva, de forma legível, o seu nome e o nome de um curso de formação profissional (de nível técnico ou superior) que o mobiliza atualmente a seguir estudando. É importante que o aluno apresente uma única proposta e que ela reflita, de fato, seus desejos e interesses.

Depois de alguns minutos, peça que cada estudante apresente sua resposta à turma e, com ajuda da fita crepe, disponha na lousa a folha que redigiu. Quando todos terminarem a sua apresentação, junto com a turma, organize o quadro de cursos considerando afinidades apontadas pelos jovens: cursos técnicos ou de graduação, cursos de um mesmo campo de atuação (administração e negócios, artes, informática, saúde, entre outros).

A partir desta organização, solicite que os estudantes formem grupos considerando as afinidades temáticas acenadas pelo painel.

Explique aos jovens que a turma irá confeccionar um guia de profissões e que cada grupo terá a tarefa de estruturar uma pesquisa sobre o conjunto de cursos que congrega. Ou seja, cada grupo se responsabilizará pela construção de fascículos contendo informações úteis sobre os cursos que mobilizam seus integrantes.

Mas quais são as informações úteis? O que o nosso guia precisa conter? A construção de um roteiro comum de pesquisa é a primeira tarefa dos pequenos grupos que devem formular um esboço inicial, a ser apresentado para toda a turma, de modo a se construir uma proposta comum a toda a turma.

Na prática...

Roteiro de pesquisa: exemplo de construção

As informações listadas abaixo resultam do trabalho educativo realizado com uma turma de moças e rapazes, que tinham majoritariamente o interesse por acessar o Ensino Superior, mas não exclusivamente (alguns jovens interessavam-se por cursos técnicos).

Nome do curso
Nível de ensino
( ) Curso técnico de nível médio ( ) Graduação de nível superior ( ) Outro. Qual?
O que é possível fazer depois de formado? (três parágrafos, no máximo)
Onde estudar
Instituição pública
Nome Cidade
Realiza processo seletivo? Como é o processo?
Número de vagas por ano
Horários do curso (matutino/vespertino/diurno/integral)
Duração do curso (anos) Site da instituição
Tem programa de ações afirmativas para estudantes de escola pública, negros, indígenas etc.? Como funciona?
Instituição privada
Nome Cidade
Realiza processo seletivo? Como é o processo?
Número de vagas por ano
Horários do curso (matutino/vespertino/diurno/integral)
Valor da mensalidade
Tem programas de bolsa de estudo? Qual(is)?

Para finalizar este momento de planejamento, combine o prazo para a entrega dos fascículos, com as informações previamente acordadas pelo grupo. Também pode ser importante dar algumas sugestões de caminhos que poderão ser trilhados pelos estudantes para realizarem suas pesquisas: busca de informações na internet, realização de ligações telefônicas, a visita a estabelecimentos de ensino etc.

Segundo encontro – (uma aula – 50 minutos) – montagem do guia
Solicite que os estudantes façam uma avaliação dos caminhos de pesquisa e das informações obtidas a partir deles. Nesse sentido, vale começar o encontro incentivando os estudantes a partilhar as estratégias adotadas, as descobertas realizadas, bem como as dificuldades e problemas na realização do trabalho.

Após esse bate-papo inicial, solicite que os estudantes se organizem na sala de aula conforme a composição dos grupos de pesquisa. Os grupos devem trocar seus trabalhos de modo que cada grupo consiga ler os fascículos produzidos por outro e, se necessário, apontar para ajustes ou adequações no trabalho produzido pelos colegas: há algum dado confuso ou que pode ser mais bem explicado? Faltaram informações? Por fim, incentive os estudantes a pensar um nome para o guia produzido e estratégias para que ele sirva como material de informação para outros jovens.

Comentários: Por se tratar de uma atividade de pesquisa individual, realizada fora do espaço de sala de aula, os encontros descritos aqui se centram no momento inicial, de planejamento da atividade que será realizada pelos participantes, e final, de avaliação da pesquisa e construção do guia da turma.

A produção e confecção do guia foram pensadas como uma atividade de "mergulho" e aprofundamento de informações sobre uma determinada profissão e/ou um curso. Por essa razão, nossa sugestão é que a pesquisa não se constitua num ponto de partida para a discussão sobre as profissões, mas numa etapa intermediária ou final do trabalho realizado com a turma de estudantes.

O ideal é que antes moças e rapazes tenham a oportunidade de tomar contato com uma variedade de informações sobre profissões, cursos, instituições de ensino etc., sendo a definição do objeto de pesquisa um momento em que cada um deve explicitar seu interesse por um ou outro caminho a seguir. A aposta é em um primeiro momento alargar o leque de profissões conhecidas pelos jovens, para só depois afunilar e aprofundar os conhecimentos numa ou noutra área.

O guia pode ser disponibilizado na biblioteca da instituição de ensino ou fazer parte de um blog da turma. Aliás, a informação de que o trabalho final será objeto de apreciação de outros sujeitos, para além do educador que irá corrigi-lo e eventualmente atribuir uma nota, pode ser uma estratégia para animar e engajar ainda mais os estudantes no processo.

Atividade 17 | Sentidos sobre o trabalho

Tempo: 1h40 minutos (2 aulas)

Objetivo: Identificar os sentidos e expectativas de adolescentes e jovens em relação à experiência de trabalho.

Materiais: Folhas de sulfite cortadas ao meio, canetas piloto, fita crepe.

Processo: Cada participante deve receber uma folha de papel em branco e responder às questões: “Quando você pensa em trabalho, qual a primeira ideia ou palavra que lhe vem à cabeça?” ou “Trabalho para mim é...”.

Cada um deve redigir em seu papel apenas uma palavra ou ideia. Caso deseje expressar mais de um posicionamento, o participante deverá solicitar uma nova folha de sulfite.

Após alguns minutos, peça que cada jovem apresente sua resposta e, após a apresentação de cada um, com o apoio e sugestões do grupo, construa um mural com as respostas, utilizando a fita crepe para anexar as respostas na lousa ou na parede, por semelhanças e aproximações nas respostas.

Depois que todos tiverem realizado a sua apresentação, inicie uma discussão com o grupo sobre o mural construído. Algumas questões podem mobilizar a discussão: quais são as respostas mais comuns ou predominantes entre os participantes desse grupo? As respostas mapeadas mostram uma visão mais positiva ou negativa do grupo sobre o mundo do trabalho? Essas percepções estão associadas a experiências efetivas ou a expectativas que possuímos sobre o futuro profissional? Quando responderam, as moças e os rapazes estavam pensando em qualquer trabalho existente e acessível aos jovens ou em um trabalho em especial?

Comentários: Ajudar a família, ter renda própria, conquistar independência e autonomia, realizar meus projetos e sonhos, aprender coisas novas e desenvlver-me. Essas são respostas mais comumente mobilizadas pelos jovens a partir da dinâmica proposta. Elas mostram um repertório bastante positivo sobre os sentidos e expectativas dos estudantes de Ensino Médio com relação ao mundo do trabalho.

De modo geral, elas revelam muito mais certos projetos de futuro, a serem construídos dentro e fora dos contextos de trabalho, do que vivências concretas e experiências profissionais dos participantes. Em outras palavras, os jovens acabam apresentando o trabalho que gostariam de ter e não os trabalhos que estão disponíveis para eles.

Problematizar essas expectativas, sem que isso invalide as expectativas dos adolescentes e jovens sobre suas experiências profissionais, é um caminho educativo bastante profícuo. A dinâmica abre espaço para a introdução de leituras e discussões sobre o trabalho no mundo contemporâneo, sobre a situação do trabalhador, particularmente do trabalhador jovem, e para a luta pelo direito ao trabalho decente.

Prepare-se para esta atividade!

Mais informações sobre essa temática estão disponíveis no *Texto de Apoio n.6: Jovens e mundo do trabalho*. O material contém uma série de dados e informações que ajudam a compreender os sentidos do trabalho, ou de sua ausência, na vida de moças e rapazes.

Atividade 18 | Desafio dos jovens trabalhadores

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Identificar com os participantes quais são os principais desafios que os jovens trabalhadores enfrentam.

Materiais: Folhas de cartolina e pincéis atômicos.

Processo: Comece a atividade fazendo um breve levantamento da situação dos estudantes no mundo do trabalho. Quem está trabalhado? Quem já trabalhou, mas está desempregado ou abandonou o trabalho? Quem está procurando trabalho? Quem pretende procurar trabalho?

Explique para o grupo que, independentemente da situação vivida por eles, cada um certamente possui uma leitura sobre as principais dificuldades que os jovens encontram para conseguir trabalho ou permanecer nele, e que o levantamento desses problemas é o principal objetivo dessa atividade.

Peça que os jovens se organizem em pequenos grupos de no máximo cinco ou seis pessoas. Cada grupo deve receber uma folha de cartolina e um pincel atômico. Solicite que os grupos realizem um bate-papo a partir da seguinte questão: "*Quais são os principais desafios e dificuldades que os jovens enfrentam no mundo do trabalho?*".

Após aproximadamente 15 ou 20 minutos, peça para que o grupo utilize uma das folhas de cartolina e o pincel atômico para sistematizar a discussão, que deve conter, em forma de

tópicos, os principais desafios e dificuldades identificados pelos grupos. Explique que o cartaz será apresentado por um relator ou relatora para os demais participantes.

Forme uma grande roda e deixe que cada representante de grupo faça sua explanação. Com o término das apresentações, identifique quais foram os consensos e questões que foram apresentados por mais de um grupo. Além disso, caso necessário, peça que o grupão destaque questões que não foram discutidas por todos, mas são avaliadas por eles como pontos importantes, completando o quadro produzido pelos subgrupos.

Ao final, tente grifar ou circular com uma caneta piloto de cor diferente as principais dificuldades e desafios.

Comentários: Essa atividade costuma ser mais mobilizadora quando é realizada com a participação de jovens estudantes que já tiveram alguma experiência no mundo do trabalho, jovens trabalhadores ou que estão procurando emprego e trabalho. Por isso, antes de realizá-la, pode ser importante fazer um levantamento que considere as experiências e trajetórias laborais dos participantes.

Um bom ponto de partida para a discussão nos subgrupos consiste na partilha de experiências pessoais. Por isso, incentive os participantes a começarem a discussão falando de suas próprias experiências ou de relatos que já ouviram de amigos, irmãos mais velhos, vizinhos, entre outros.

Explique que talvez algumas questões também afetem a vida de adultos, mas que seus efeitos podem trazer prejuízos particulares para a juventude trabalhadora. Por exemplo, nas grandes capitais, trabalhar exige das pessoas grandes deslocamentos, realizados através do transporte público, de modo geral, insuficiente e superlotado. Sem dúvida, essa situação causa sofrimento e transtornos para o conjunto dos trabalhadores, mas no caso dos jovens trabalhadores e estudantes, tal problemática pode ser determinante na capacidade destes de conciliarem essas duas atividades.

Atividade 19 | Trabalho decente para jovens

Tempo: 1h40 minutos (2 aulas)

Objetivo: Incentivar os jovens a pensar propostas de políticas públicas que possam contribuir para a efetivação dos direitos dos jovens no mundo do trabalho e apresentar a Agenda Nacional do Trabalho Decente para Jovens.

Materiais: Folhas de cartolina, pincéis atômicos, fita crepe e ***Material de Apoio n. 7 – Agenda de Trabalho Decente para a Juventude***.

Processo: O ponto de partida para iniciar essa atividade pode ser a retomada dos apontamentos feitos pelos jovens nas Atividades 16 e 17, que tiveram como produto final a construção de um diagnóstico sobre os sentidos atribuídos pelos jovens ao trabalho e os desafios que estes encontram em suas experiências de busca ou inserção profissional.

Com base nestes apontamentos, sugira que os participantes formem pequenos grupos, que terão como objetivo discutir a seguinte questão: "*Que iniciativas poderiam ser realizadas para melhorar a situação dos jovens no mundo do trabalho?*".

Deixe as moças e rapazes discutirem por aproximadamente 20 ou 25 minutos e, depois deste período, peça para sistematizarem por escrito suas propostas, que serão apresentadas em plenária. Para essa tarefa, distribua folhas de cartolina e pincéis atômicos para cada subgrupo. É também importante pedir para que os jovens se organizem para apresentar suas propostas, elegendo um relator ou representante.

Forme uma grande roda com todos os participantes do encontro e peça que os representantes apresentem as ideias que foram construídas em seus subgrupos. Ao final de cada apresentação, o material escrito deve ser anexado na lousa ou numa parede com fita crepe. Aos demais participantes, enfatize a necessidade de que estes registrem em seus cadernos as propostas que são mais recorrentes nas apresentações, além daquelas que, apesar de não serem tão frequentes, eles julguem importantes.

Peça que os jovens identifiquem as propostas que merecem destaque – tanto aquelas que são consensos quanto outras que considerem importantes. Para facilitar a visualização, você pode grifar nos cartazes produzidos pelos jovens as recomendações mais fortemente defendidas pelos participantes.

Para dar prosseguimento à atividade, distribua para os participantes uma cópia do ***Material de Apoio n. 7 – Agenda de Trabalho Decente para a Juventude***. Peça que os participantes leiam o documento, dedicando especial atenção aos quadros que apresentam uma síntese das quatro prioridades para a efetivação dos direitos da juventude no campo do trabalho e promoção de trabalho decente para a juventude brasileira. Ao final, promova um bate-papo sobre a Agenda, que pode ser iniciado com a comparação entre as propostas formuladas pelos jovens e aquelas contidas no documento.

Comentários: Um desdobramento possível para essa atividade consiste no mapeamento de ações e políticas públicas de trabalho para jovens. Ao final da atividade, os participantes podem ser provocados a fazer uma pesquisa no *site* da prefeitura, do governo estadual, bem como nos portais do Ministério do Trabalho e da Educação e da Secretaria Nacional de Juventude.

Atividade 20 | O desemprego em debate

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Promover uma discussão sobre os possíveis motivos que geram o desemprego no Brasil.

Materiais: Cópias do ***Material de Apoio n. 8 – As quatro teses sobre o desemprego***, canetas, lousa e giz.

Processo: Oriente os estudantes a se organizar em pequenos grupos, de quatro ou cinco pessoas, e distribua para cada grupo uma cópia do ***Material de Apoio n. 8 – As quatro teses sobre o desemprego.*** O material apresenta quatro ideias para justificar o desemprego no Brasil que, grosso modo, podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

Na prática...

Síntese das quatro teses sobre o mundo do trabalho

1. O desemprego é causado pela baixa escolaridade da população brasileira.
2. O problema é o excesso dos encargos sociais e trabalhistas.
3. Somente os acomodados sofrem com o desemprego. A responsabilidade de conseguir trabalho é das próprias pessoas.
4. O desemprego é causado pelo modelo de desenvolvimento capitalista, que busca o lucro em primeiro lugar.

Explique aos estudantes que o material apresenta algumas explicações (porquês) sobre o desemprego no Brasil, que devem ser discutidas por cada subgrupo por aproximadamente 15 minutos.

Após esse período, o grupo deve assinalar, a partir de um consenso, se concorda ou discorda de cada uma das ideias. A atividade prossegue com a formação de um grande círculo, em que um representante eleito pelo grupo pode primeiro fazer um relato sobre a discussão realizada e, posteriormente, apresentar os consensos e dissensos de seus participantes. Durante a discussão, pode ser importante esclarecer para o grupo o que significa “encargos sociais e trabalhistas”, visto que muitos jovens desconhecem o sentido do termo.

Atenção professor!

O que são encargos sociais e trabalhistas?
Uma das teses utilizadas nesta dinâmica é a de que o excesso de encargos trabalhistas e sociais desestimularia a criação de postos de trabalho no Brasil, contribuindo para a informalidade e para o desemprego. Trata-se de uma ideia bastante disseminada em nosso país e, por isso, também é muito conhecida pelos jovens. Todavia, muitas moças e rapazes têm pouca clareza do que são encargos trabalhistas e sociais. E conhecer estas definições faz muita diferença na hora de se posicionar.
Uma estratégia que utilizamos no debate dessa tese consiste em, num primeiro momento, deixar os estudantes se posicionarem a partir de seus conhecimentos prévios e, depois, dar exemplos e uma breve explicação sobre o que são encargos trabalhistas (como férias, 13º salário, vale-transporte, adicional de remuneração por hora extra, entre outros) e encargos sociais (fundo de garantia por tempo de serviço, previdência social etc.).

Comentários: Os indicadores do desemprego no Brasil mobilizam frequentemente intensos debates entre especialistas, sindicatos, agentes governamentais e empresários. Esses debates chegam aos nossos ouvidos por meio dos meios de comunicação que, muitas vezes, apresentam ideias e hipóteses sobre os motivos para o crescimento ou diminuição do número de desempregados no país. Verifique com os jovens se eles já tinham parado para pensar sobre este tema, se já tinham escutado alguma dessas ideias e onde escutaram.

A proposta dessa atividade é promover uma discussão com os estudantes sobre essas ideias que buscam explicar os motivos do desemprego em nossa sociedade. É possível prosseguir no tema a partir do uso de outros suportes como a produção cinematográfica, visto que há muitos filmes (ficções e documentários) que tratam do assunto e podem apresentar nuances da questão ou ser objeto de análises e interpretações.

Atividade 21 | Recados e retratos

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Promover uma reflexão sobre a identidade pessoal de cada um e sobre os diferentes olhares pelos quais somos percebidos pelo outro.

Materiais: Folhas de sulfite e canetas.

Processo: Peça que a turma forme subgrupos de cinco ou seis pessoas. É importante que os grupos sejam formados de forma espontânea, segundo as preferências e afinidades dos estudantes. Ou seja, para essa atividade, as famosas "panelinhas" de amigos e colegas de escola são bem-vindas. Cuide apenas para que os grupos não sejam muito grandes.

Distribua a cada jovem uma folha sulfite, na qual ele deverá escrever seu nome na parte superior. Cada estudante deve oferecer a sua folha para o colega do lado esquerdo que, por sua vez, deverá descrever o dono do papel a partir do seu olhar a respeito de suas atitudes, comportamentos e modos de agir. A descrição deve ser realizada por escrito em, no máximo, cinco linhas.

Quando terminar de redigir a sua descrição, o jovem "descritor" deve dobrar a folha, de modo que seu retrato não seja lido, e repassar para o amigo da esquerda. A dinâmica segue até que o papel chegue à mão de seu dono, que deverá ler o que foi escrito (leitura individual e para si).

Assim que todos os jovens tiverem lido os retratos feitos pelos seus colegas, abra uma rodada de intervenções e comentários. Peça que os jovens comentem se há coerência entre o modo como foram descritos e a maneira como eles se veem.

Comentários: A escolha profissional e as trajetórias futuras que queremos seguir estão relacionadas ao contexto social e histórico do qual fazemos parte. Assim, a cultura na qual estamos inseridos e seguimos sendo socializados ao longo da vida, as desigualdades sociais e econômicas que permeiam a sociedade brasileira e também nossas trajetórias, bem como os acontecimentos, muitas vezes, inesperados, que acometem as nossas famílias e grupos de amigos certamente impactam nossas possibilidades de ação.

Todavia, as distintas dimensões da vida social afetam cada um de nós de uma determinada maneira, ou seja, não reagimos a elas do mesmo modo. Nesse sentido, tentar compreender quem somos e como lidamos com diferentes experiências cotidianas e desafios da vida, é tão importante quanto compreender como é a sociedade na qual vivemos. Mobilizar os estudantes a pensarem sobre "quem eu sou" é o principal objetivo desta atividade.

Entre jovens que estão concluindo processos de formação de longa duração – como é o caso de estudantes do terceiro ano do Ensino Médio –, esta atividade costuma despertar certa cumplicidade entre os estudantes, bem como deixá-los bastante sensíveis. Isso porque parte dos retratos também inclui recados, declarações de afeto e estima, bem como votos de felicidades e sucesso.

Atividade 22 | Síntese individual

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo: Incentivar que cada jovem, com apoio de um amigo, realize uma primeira síntese individual sobre seus projetos de futuro profissional.

Materiais: Folhas de sulfite, canetas, lousa e giz.

Processo: Distribua folhas de sulfite aos estudantes e solicite que cada um escreva a situação atual da sua escolha e projetos de formação profissional: "hoje meu(s) projeto(s) é(são)". Nesse momento é importante que se faça uma diferenciação entre sonhos e projetos: todos nós temos sonhos, idealizamos certas situações, o que faz parte da beleza da vida e da nossa condição humana. Mas quando pensamos em carreira/profissão, é importante elaborar projetos, que nada mais são do que os passos concretos que pretendemos seguir para realizar as coisas que queremos na vida. Assim, quando começamos a elaborar projetos, damos um salto da idealização para a concretização.

Para facilitar essa compreensão, pode ser importante dizer que mais do que pensar "quando crescer eu quero ser", neste exercício é central a reflexão sobre as apostas e caminhos de futuro. Quer dizer, além de pensar numa profissão, cada estudante deve buscar responder questões como: Onde estudar? O que estudar? Por onde começar ou como prosseguir no mundo do trabalho? Quais serão as diferentes etapas para chegar até lá?

Após alguns minutos, solicite aos estudantes que formem duplas. Cada integrante da dupla deverá ler o projeto do colega, analisando e verificando informações que estão ausentes ou insuficientes em relação à profissão escolhida e aos caminhos apontados. Para fazer a análise apresente na lousa o seguinte roteiro:

Na lousa...
Roteiro para o bate-papo das duplas

1) O que você conhece sobre essa profissão?
2) Você sabe quais instituições (escolas, centros, universidades) oferecem cursos voltados para essa profissão? Quais dessas instituições são públicas? Quais são privadas?
3) Sobre as instituições públicas: você sabe se essa instituição possui programas voltados para o acesso de estudantes de escola pública, de famílias de baixa renda ou para negros e indígenas? Você conhece a relação candidato/vaga nos exames de acesso

para o curso que lhe interessa? Você conhece a nota de corte do curso que lhe interessa? Será necessário fazer cursinho ou criar outras estratégias para se preparar para os exames? Quais?
4) Sobre as instituições privadas: você sabe o valor da mensalidade dessa instituição? Você sabe como é o processo seletivo para o ingresso nessa instituição? Você se informou sobre a qualidade do curso nessa instituição? Como e com quem você buscou essas informações? Você sabe se essa instituição oferece bolsas de estudo, ou se há programas sociais que facilitam o acesso a essa instituição?

Peça que depois da análise dos projetos, os estudantes registrem no mesmo papel (no verso) se o colega tem informações suficientes para traçar seus planos, indicando inclusive questões que merecem uma investigação mais aprofundada. Ao final, é possível abrir uma roda na qual as duplas são solicitadas a partilhar a conversa realizada, as semelhanças e os pontos em comum.

Comentários: A proposta desta atividade consiste em criar um espaço em que os estudantes possam partilhar um primeiro esboço de suas perspectivas de escolha profissional e de projetos de futuro.

Você pode solicitar que cada jovem, a partir dos apontamentos do colega, busque novas informações e, em casa, reelabore o documento contendo seu projeto profissional. O resultado deste trabalho pode ser objeto de nova apreciação e análise em sala de aula e também servir de suporte para a realização da Atividade 23, voltada para a avaliação de todo o trabalho realizado.

Atividade 23 | Atividade do tribunal

Tempo: 2 aulas (1h40)

Objetivo: Encerrar as discussões e fomentar a avaliação dos alunos sobre seus projetos de futuro profissional.

Materiais: Cópias do ***Material de Apoio n. 9 – Declaração à sociedade*** e canetas.

Processo: A atividade tem início com a apresentação de uma situação imaginária. Peça que os estudantes considerem a seguinte sociedade: “imagine que vocês vivem em uma sociedade em que o governo decide a ocupação das pessoas. Ou seja, são as autoridades políticas que determinam quem pode formar-se nesse ou naquele ofício e/ou carreira e exercer certos tipos de trabalho. No entanto, nessa sociedade cada cidadão tem a oportunidade de, uma vez por

ano, solicitar a mudança de profissão, recorrendo a um tribunal que irá avaliar o caso".

Após a apresentação dessa situação imaginária, peça para que os estudantes formem pequenos grupos, com no máximo seis jovens, e explique que cada subgrupo funcionará como um pequeno tribunal e que, ao mesmo tempo, cada integrante fará uma reivindicação de mudança profissional aos juízes que compõem o tribunal.

Distribua, para cada estudante, uma cópia do **Material de Apoio n. 9 – *Declaração à sociedade*** e certifique-se de que todos possuem uma caneta para preencher o documento. Reserve um tempo (aproximadamente 20 minutos) para que cada participante preencha o documento. Após esse período, solicite que o grupo inicie as atividades do tribunal.

Para iniciar, um voluntário deverá apresentar a sua solicitação aos demais colegas de seu subgrupo que, por sua vez, terão como função fazer questões e comentários com vistas a se certificarem de que o "demandante" está munido de informações suficientes sobre a profissão que pretende seguir e os caminhos para chegar lá. É possível sugerir aos juízes algumas perguntas como: Por que você quer seguir essa profissão? Quais são suas "fortalezas" para tornar-se esse profissional? Por que ela é importante para nossa sociedade? Qual a diferença que esse profissional pode fazer na nossa sociedade? Você considerou os aspectos negativos e positivos dessa profissão? Quais são eles? Há outras profissões que lhe interessam? Por que não segui-las?

Quando se esgotarem as questões, os "juízes" deverão se reunir para deliberar sobre a situação do amigo e, feito isso, comunicarão a ele uma decisão com as devidas justificativas. A atividade prossegue até que todos tenham defendido sua solicitação, bem como recebido o parecer dos colegas.

Para encerrar a atividade, promova um bate-papo com toda a turma, avaliando como transcorreu o trabalho dos subgrupos e verificando quais dúvidas, questões e inquietações ainda permeiam os projetos dos participantes.

Comentários: Para garantir um clima de respeito e solidariedade entre os participantes, pode ser importante deixar claro que o papel do tribunal não é "bombardear" o amigo com perguntas e questões que possam deixá-lo inseguro sobre seus projetos de futuro. A proposta é apenas verificar se ele consegue conectar sua escolha a suas aspirações pessoais e de inserção na sociedade, bem como verificar lacunas ou questões que podem ser mais bem esclarecidas de modo a garantir maior segurança sobre essa escolha.

Outro toque que pode ser dado à turma é de que a dinâmica não encerra e nem determina uma escolha. Pode ser que no grupo pessoas tenham muitas dúvidas e muitas opções de projeto profissional futuro. Por isso, o jogo do tribunal pode servir como um bom teste para colocar um desses possíveis caminhos à prova.

Textos de Apoio

Nelson Mandela
Diário de Classe
Manual do Professor
POVOS IV
POVOS V
POVOS VI
Álgebra I
Álgebra II
Álgebra III
QUÍMICA

Texto de Apoio 1 | Projetos de vida e escolha profissional

Dar prosseguimento aos estudos e buscar formação profissional se constituem, cada vez mais, em perspectivas de futuro de jovens estudantes do Ensino Médio público. Escolher um caminho, no entanto, exige apoio e reflexão.

Os caminhos de continuidade dos estudos no Ensino Técnico e Superior, as chances e possibilidades de escolha e construção de um projeto profissional, os dilemas e percalços em busca de inserção profissional ou de conciliação entre estudo e trabalho. Essas são questões que causam inquietação a um número significativo de jovens, principalmente àqueles que estão próximos de concluir o Ensino Médio ou já concluíram a etapa final da educação básica. São dimensões cruciais que remetem aos planos de futuro profissional de moças e rapazes, importantes no processo de amadurecimento deles.

Responder e equacioná-las, no entanto, não é tarefa fácil, sobretudo se tal desafio se realiza sem que os jovens contem com espaços mediadores, capazes de auxiliá-los na reflexão sobre seus desejos e visões de mundo e, ao mesmo tempo, de informá-los sobre o contexto social em que estão vivendo.

No Brasil, há um campo bastante consolidado de especialistas e de serviços de orientação profissional, estruturados, sobretudo, em torno dos profissionais da psicologia e através de atendimentos pagos. Esses serviços têm, em geral, atingido com mais intensidade as camadas médias e altas da população, que podem pagar por serviços realizados em clínicas ou centros particulares. Essa realidade está fortemente relacionada ao fato de que historicamente foram essas as classes que chegaram aos níveis mais elevados de escolarização, como o Ensino Técnico e Superior, e que foram percebidas pela sociedade como sujeitos com possibilidade e direito a realizarem escolhas.

Para os jovens pobres, até pouco tempo atrás, restava o destino do trabalho precoce, e quando uma qualificação profissional era cogitada, sempre aparecia como alternativa de segunda linha, para o aprendizado de habilidades específicas para o desempenho de um ofício. Em função da baixa escolaridade a que a maioria da população brasileira foi submetida, a orientação profissional se firmou como um fenômeno dos estratos mais privilegiados da população (Bock, 2010).

Entretanto, a expansão da educação básica, particularmente do Ensino Médio, tem alterado substantivamente a quantidade de jovens que tem acesso à escola e gerado uma demanda de ensino cada vez maior pelos níveis subsequentes, notadamente pelo Ensino Superior. Em resposta a essa pressão, temos acompanhado no país a emergência de políticas de inclusão e de programas de ação afirmativa, que buscam atender as expectativas de formação e qualificação profissional de moças e rapazes oriundos de famílias pobres e que querem dar prosseguimento aos seus estudos.

Apesar de sinalizarem importantes avanços na luta pela democratização da educação e no enfrentamento da exclusão educacional dos jovens pobres, essas iniciativas não vieram acompanhadas de programas que apoiem ou orientem moças e rapazes em seus processos de escolha e delineamento

de projetos profissionais. Nesse sentido, a escola de nível médio e outros espaços de formação de jovens – como projetos sociais, estruturados por associações comunitárias e ONGs, centros públicos de apoio a trabalhadores etc. – podem desempenhar um importante papel de apoio, principalmente para a trajetória de jovens das camadas populares.

O papel estratégico da instituição escolar e de outros espaços educativos por onde circulam os jovens é reforçado se considerarmos que, em muitos casos, estes sujeitos se constituem como a primeira geração de suas famílias que atingem níveis mais elevados de escolarização e, por isso, podem construir projetos de vida e perspectivas de profissionalização que se distanciam daquelas mais comumente realizadas por seus familiares adultos. Assim, ainda que se constituam como suportes importantes para as trajetórias educacionais e profissionais de seus filhos, os conhecimentos e informações a que pais e mães das classes populares e com baixa escolaridade têm acesso tendem a ser mais limitados, se comparados aos de famílias de classe média e alta, com passagens pelo ensino superior.

Jovens pobres fazem escolhas?

Uma primeira questão que se coloca quando o assunto são as escolhas profissionais de jovens das camadas populares está relacionada às próprias possibilidades de que esses sujeitos realizem escolhas. É evidente que no Brasil nem todo mundo tem as mesmas oportunidades de escolha. As desigualdades sociais impõem limites para as possibilidades individuais, sobretudo de jovens pobres e filhos de trabalhadores. A trajetória profissional desses segmentos, muitas vezes, se apresenta mais como resultado da luta cotidiana pela sobrevivência ou para suprir necessidades – pessoais e familiares – do que de uma escolha individual. Também é bastante comum que suas alternativas e opções sejam mais restritas quando comparadas às de outros indivíduos, que têm condições socioeconômicas e educacionais mais vantajosas.

A partir da análise de pesquisas feitas sobre jovens universitários brasileiros, Paulo César Carrano (2009) constatou que os estudos que se debruçam sobre as experiências de jovens universitários pobres, de modo geral, verificam estratégias bastante particulares desse segmento para obter níveis mais elevados de formação e qualificação profissional. Tais estratégias estão fortemente relacionadas às suas condições financeiras e educacionais: fazer cursinhos populares e alternativos, para participar de exames de acesso de concorrência acirrada; realizar cursos profissionalizantes e de qualificação profissional, para uma rápida inserção profissional e, somente em um segundo momento, inserir-se no Ensino Superior; conciliar trabalho e frequência a cursos ofertados no período noturno; negociar suas expectativas de formação com as possibilidades de ingressar em cursos cujos exames de acesso são muito concorridos e/ou muito caros. Esses são alguns exemplos que demonstram como em uma sociedade como a nossa, nem todo mundo orienta suas expectativas e perspectivas profissionais com a mesma liberdade e segundo os mesmos critérios.

De todo modo, sustentar que aqueles que vivem em condições socioeconômicas e culturais adversas estão alijados de qualquer possibilidade de escolha, atribuindo-lhes nenhum grau de autonomia, significa negar-lhes, individual ou coletivamente, qualquer chance de romper com as determinações

sociais, forjando histórias singulares, inclusive no que diz respeito à formação profissional e inserção no mundo do trabalho. Em seu livro *Orientação Profissional: uma abordagem sócio-histórica* (2002), Silvio Duarte Bock afirma que o "indivíduo escolhe e não escolhe sua profissão ao mesmo tempo".

Saiba +

Uma escolha multideterminada:

O sujeito escolhe e essa escolha é um momento de seu processo pessoal de construção de sentidos. Mas essa construção utiliza como recurso ou matéria prima não só a irredutível existência singular dos sujeitos, suas experiências e os afetos que dedica a cada momento vivido, mas o conjunto de significações e de formas de relacionamento e produção social em que acontecem e que circunscrevem as experiências vividas pelo sujeito.

A vida social, na qual estão os determinantes importantes das escolhas profissionais, como a ideologia dominante, as formas de trabalho, o funcionamento do mercado de trabalho, o papel da educação, os valores, os grupos de pertencimento, não é algo externo ao indivíduo. Ao construir sentidos subjetivos sobre a escolha ou sobre o futuro profissional, o sujeito estará também, e ao mesmo tempo, internalizando a vida social e contribuindo para a construção da subjetividade, que é coletiva. Sujeito e sociedade são âmbitos de um mesmo processo de escolha, é preciso estudar seu movimento pessoal (seus sentidos) e o conjunto de significações e condições objetivas e sociais no qual está inserido.

Fonte: BOCK, Silvio Duarte. *Orientação profissional para as classes pobres*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 48.

Com esse argumento, o autor busca refutar a ideia de que todos são livres e, ao mesmo tempo, afirmar que as trajetórias individuais são multideterminadas: os indivíduos escolhem, mas suas possibilidades de escolha dependem das condições econômicas, sociais, culturais em que vivem, bem como dos contextos históricos e políticos particulares. Essa posição se afasta de certas perspectivas, muito presentes no senso comum, em que adolescentes e jovens são percebidos como super-heróis, capazes de fazer qualquer coisa a partir de sua vontade, natureza ou esforço pessoal. Visão que tende a responsabilizá-los, quase exclusivamente, pelo eventual sucesso ou fracasso. De outro lado, também se afasta de certas visões em que os jovens, especialmente os mais pobres, são compreendidos como incapazes de atuar sobre sua realidade.

Uma boa escolha

Não é fácil escolher uma profissão. Esse processo desperta uma série de sentimentos e é permeado por muitas dúvidas e questionamentos, que estão relacionados a questões de diferentes naturezas. De um lado, há elementos de ordem mais subjetiva, que dizem respeito à realidade interna dos indivíduos, como o medo de não realizar sonhos, de errar na escolha profissional, ou a insegurança de que certo percurso de formação e inserção no mundo do trabalho será de fato realizado. De outro, existem questões mais objetivas que dificultam esse processo, como a falta de informação e de oportunidades de acesso a cursos e programas de qualificação, as dificuldades financeiras, entre outras. Além disso, a escolha profissional costuma se realizar em meio a uma série de expectativas e interferências externas.

Tendo em vista essa dimensão conflitiva da escolha, muitos jovens e também adultos tendem a imaginar a existência de "gurus" ou "oráculos" capazes de responder de modo adequado o que devem fazer de suas vidas. É desse modo que muitos estudantes lidam com a figura do orientador profissional ou com testes vocacionais, muitos deles encontrados na internet, em vez de os perceberem como mais um suporte à disposição para os auxiliarem nesse processo. Ora, se há alguém ou algum instrumento capaz de responder qual o melhor caminho a ser seguido, isso significa atribuir ao outro ou a um instrumento o "poder" da escolha, que deixa de ser resultado de uma reflexão e de um ato de coragem de cada um.

Pontos de discussão
Quando a estratégia é falar com um profissional

Muitas vezes a opinião de um profissional ou de uma autoridade que tenha experiência em uma área específica se constitui como o caminho para que jovens busquem informações sobre determinadas carreiras. Essa estratégia é, com frequência, adotada por escolas que, com o intuito de ajudar seus estudantes, organizam feiras de profissões, convidando pessoas que possam contar sobre suas experiências e trajetórias.

Sem dúvidas, esse é um caminho interessante tanto para os jovens quanto para as instituições de ensino, visto que pode representar uma aproximação sobre o "mundo real" das profissões. No entanto, é preciso tomar cuidado para que a posição de um profissional ou especialista não seja considerada como único indicador ou como "a verdade" desta ou daquela profissão. É importante lembrar que a opinião de um profissional é sempre uma percepção parcial, porque é fruto de vivências muito particulares.

Por exemplo, uma diretora de escola chamada para falar sobre a carreira de uma Pedagoga pode falar sobre sua rotina como gestora de uma instituição de ensino, sobre suas experiências anteriores como docente em escolas de Educação Infantil ou Ensino Fundamental. Mas será que ela conhece o cotidiano de quem trabalha como pesquisador na área educacional ou de uma professora que atua na alfabetização de adultos?

Além disso, falar com um profissional de uma determinada área pode corresponder a

perguntar para uma pessoa que só experimentou um tipo de sorvete, o que ela acha dele. A pessoa pode responder que gosta ou não, mas isso não significa que outros indivíduos tenham a mesma percepção e experiência, inclusive aquele que formula a questão! O fato de alguém preferir um caminho indica que o outro deva seguir o mesmo? Será que dois profissionais partilham da mesma história e percepção sobre a carreira que seguiram?

Escolher uma profissão, como toda escolha feita no dia a dia, envolve tomar decisões, o que mobiliza, sobretudo, a seleção de critérios. Esses critérios, por sua vez, estão fortemente relacionados aos valores, crenças e interesses de cada indivíduo e do grupo do qual ele faz parte. Por exemplo, quando se escolhem roupas para comprar, há diversos modelos, com diferentes preços para cada roupa, marca, composição do tecido, tamanho etc. Qual ou quais parâmetros são utilizados para saber se a escolha feita foi mais acertada, aproximou-se mais daquilo que foi eleito como importante para efetuar a escolha?

Nesse exemplo específico, alguns elementos serão provavelmente considerados: conforto, se a roupa combina com seu jeito de ser ou estilo (discreto, radical, esportivo), qualidade do tecido, valor/preço, a ocasião em que usará a roupa (dia a dia, festa, trabalho), e assim por diante. No entanto, quase sempre, ainda que dois indivíduos possam ter critérios semelhantes para tomar a decisão, o grau de importância conferido a cada um desses elementos será distinto, variando em múltiplas combinações possíveis. E no caso da escolha profissional?

É importante que os jovens procurem, ao pensar na escolha profissional, a existência de uma série de fatores que interferem nesse processo: aspectos mais singulares de suas existências (suas identificações, valores, sonhos, interesses, preferências, objetivos almejados, possibilidades abertas); expectativas nutridas por familiares (pais, irmãos, parentela) e pelo círculo mais próximo da sua vida (grupos de amigos, namorado, namorada, professores, colegas de trabalho, colegas da escola); opiniões e valores disseminados nos vários meios de comunicação de massa (mídia impressa, televisiva, redes sociais, rádio etc.); momento econômico por que passa o país (desemprego baixo ou alto, inflação alta ou inflação controlada) e estrutura e dinâmica do mercado de trabalho (campo de trabalho da profissão escolhida, tendências do mercado como saturação ou, ao contrário, se está com a demanda aquecida, necessitando contratar mais pessoas).

O que se percebe é que toda escolha, na medida do possível, envolve uma seleção de critérios, ou seja, os vários elementos que são eleitos e colocados à reflexão. Tomados em conjunto, em interação, são esses elementos que permitirão a tomada de decisão, formarão a escolha. Segundo, e muito importante nesse ponto, essa seleção de critérios consiste num processo individual no sentido de que é algo de cada um, portanto, singular. Logo, no fundo, o processo de escolha profissional não permite a existência de receitas prontas ou de padrões a serem seguidos indistintamente por todos.

É por isso que o acesso a informações (sobre o mundo do trabalho, sobre as carreiras e diferentes profissões, sobre as oportunidades de formação), a reflexão sobre a sociedade em que vivemos e a análise de como esta interfere na construção de nossos valores e significados sobre o mundo do

trabalho, bem como a busca pelo autoconhecimento são ações importantes para que o processo de escolha profissional e delineamento de projetos de futuro se realizem de modo reflexivo e consciente. Apesar disso, é importante dizer que nenhum desses procedimentos atesta ou resulta necessariamente na "boa escolha".

Quando estamos lidando com o futuro, deparamo-nos com o imponderável e, nesse sentido, não existe indicador capaz de apontar de antemão qual a escolha certa a se fazer. Qualquer escolha implica riscos. Enfim, escolher algo, como uma profissão, pressupõe que a pessoa conheça a realidade que contextualiza a decisão, que conheça a si mesma e esteja informada das possibilidades.

Um processo orientado de reflexão sobre a escolha profissional é um passo fundamental para "racionalizar" a escolha e ajudar o indivíduo a assumir o planejamento da sua vida. Entretanto, nenhuma escolha vem com certificado de garantia: ela precisará ser colocada em prática com responsabilidade e empenho. Ou seja, é preciso ter coragem, o que pressupõe comprometimento com a decisão tomada. Um ato de coragem embute a ideia de que todos os esforços serão realizados para que a escolha "dê certo".

Referências bibliográficas:

BOCK, Silvio Duarte. *Orientação profissional para as classes populares*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Orientação profissional*: uma abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2002.

CARRANO, Paulo. Jovens Universitários: acesso, formação, experiências e inserção profissional. In: SPOSITO, Marilia Pontes (Orga.). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira*: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 179-228.

Texto de Apoio 2 | Profissão de homem, profissão de mulher?

Estereótipos e desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho podem influenciar a escolha profissional dos jovens.

“Um homem trabalhando em creche? Impossível. Só se for para fazer um filme de comédia.” Foi assim que um estudante de Ensino Médio de uma escola pública de São Paulo expressou, durante uma conversa sobre escolha profissional, sua opinião sobre a adesão de homens ao curso de Pedagogia e à eventual possibilidade de trabalharem em creches e escolas de Educação Infantil. Para expor melhor seu ponto de vista, ele deu a seguinte explicação: “Homem não tem jeito, não sabe cuidar de criança. É muito atrapalhado”.

A afirmação do jovem é sintomática de uma série de ideias e estereótipos que ainda circulam pela sociedade brasileira e que continuam a interferir na formação de moças e rapazes. A principal é a de que as atividades que envolvem cuidar de crianças ou de outras pessoas são naturalmente voltadas às mulheres. Poderíamos considerar a visão do jovem apenas uma dissonância, se as estatísticas nacionais não corroborassem sua visão.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação, indicam que 97,1% dos profissionais que atuavam na Educação Infantil em 2011 eram do sexo feminino; no Ensino Fundamental esse percentual era de 81,2%, no Ensino Médio, de 62,8% e no Ensino Técnico profissionalizante, de 45,6%. Ou seja, conforme avançam os níveis de ensino, há uma masculinização da profissão docente, com aumentos nos níveis salariais do professor.

A hegemonia das mulheres na sala de aula, principalmente nos anos iniciais da educação básica, faz parecer que a docência é uma profissão feminina. O que pouca gente sabe e discute é que nem sempre foi assim! Foi somente no século XIX que tornar-se professor passou a ser um caminho profissional possível para as mulheres brasileiras. Antes desse período, para esse segmento da sociedade, o acesso à sala de aula era limitado, seja na condição de professoras seja até mesmo na condição de estudantes, restrição ainda mais contundente a certos grupos, como as negras escravizadas e as mulheres mais pobres, absorvidas precocemente pela demandas de trabalho.

Durante o período colonial, a mulher brasileira esteve afastada da escola. Os colégios e escolas que existiam na época e que eram administrados pelos jesuítas destinavam-se apenas aos homens. Às mulheres brancas cabia a aprendizagem e a dedicação a tarefas ditas “próprias ao seu sexo” (costurar, bordar, lavar, fazer rendas e cuidar das crianças). Somente após a independência do país essa situação começou a mudar.

Pela lei de 15 de outubro de 1827, a mulher adquiriu o direito à educação, através da criação de escolas de primeiras letras para meninas. Com isso também surgiram as primeiras vagas para o sexo feminino no magistério primário, e sua possibilidade de instrução foi ampliada. A Escola Normal, para

formação de professores, então, passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, de as mulheres prosseguirem seus estudos além do primário. Ela abrigou tanto mulheres que pretendiam lecionar efetivamente, como outras que buscavam apenas dar continuidade aos estudos e adquirir boa formação geral antes de se casarem (Demartini e Antunes, 1993). E é importante enfatizar que essa possibilidade não se estendeu da mesma forma para mulheres negras, indígenas e pobres.

Assim, é possível afirmar que a presença predominante de mulheres no magistério não possui nada de natural. Faz parte da história de uma sociedade, onde as mulheres lutaram e ainda lutam por direitos e novas possibilidades de inserção social. No mesmo sentido, a carreira diplomática, o quadro de funcionários do setor bancário e as forças armadas (exército, marinha e aeronáutica), que até muito pouco tempo eram atividades quase exclusivamente masculinas, hoje possuem um universo cada vez maior de profissionais do sexo feminino.

Saiba +
O dia internacional das mulheres

Renato Pompeu

O Dia Internacional da Mulher, comemorado desde o início do século XX, é uma data que remete a todo um período de lutas por melhores condições de trabalho, diminuição da jornada de trabalho, principalmente das trabalhadoras americanas, pelo direito à educação e ao voto feminino. As trabalhadoras americanas vinham comemorando um Dia da Mulher para marcar um calendário de lutas.

Em 1911, em Nova York, dezoito dias depois do Dia da Mulher, em março, houve um grande incêndio numa conhecida indústria têxtil, a Triangle Schirwaist Company, cujo patrão, como era comum fazer à época, trancou a porta de saída à chave, o que num andar alto e num ambiente sem ventilação e com materiais inflamáveis, tornou-se fatal. Quando os bombeiros chegaram, 147 operárias já haviam morrido. Após essa tragédia, a solidariedade entre as trabalhadoras estreitou-se e suas lutas deram origem às primeiras leis de proteção à vida e aos direitos das trabalhadoras.

Já em 1910, Clara Zetkin, socialista alemã, propôs que o Dia da Mulher se tornasse "uma jornada especial, uma comemoração anual de mulheres, seguindo o exemplo das companheiras americanas". Sugeria ainda que o tema principal fosse a conquista do direito ao voto. Surge, então, o Dia Internacional da Mulher. A partir daí, as operárias europeias e russas assumiram essa data que, em 1914, foi comemorada no dia 8 de março. Consolidando essa data, em 1917, no dia 23/02 no calendário juliano (8 de março) [no calendário gregoriano, em vigor no Ocidente] as operárias russas desencadearam uma greve geral, cujas manifestações precipitaram a Revolução Russa. Depois das grandes guerras, na década de 1960, os movimentos de libertação das mulheres em todo o mundo retomaram essas comemorações. No Brasil, em plena ditadura, a partir dos anos 1970 o movimento de

mulheres ressurge colado às lutas pela democracia e em 1975, quando a ONU organizou uma Conferência Mundial de Mulheres, o movimento de mulheres retoma as lutas coletivas mais abertamente.

Fonte: POMPEU, Renato. Um pouco da história do Dia Internacional da Mulher. In: MAZZEU, Francisco José Carvalho et al. *Mulher e Trabalho.* São Paulo: Unitrabalho – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho; Brasília: Ministério da Educação, 2007. p.55.

Principalmente a partir da segunda metade do século XX, acompanhamos a luta de mulheres que reivindicaram com maior força e vigor, entre outras coisas, a possibilidade de trabalhar, terem seus direitos garantidos e serem tratadas como cidadãs plenas, podendo ter maior autonomia econômica e tomar decisões nos diferentes domínios da vida (político, doméstico, afetivo, sexual etc.).

É o resultado dessa luta que tem ampliado as possibilidades educacionais e de inserção profissional das mulheres. Isso não significa, como muitos acreditam, dizer que as mulheres brasileiras tenham um passado sem trabalho. Pelo contrário, a escravidão, em nosso país, não poupou mulheres negras e indígenas que, desde a colonização, foram submetidas ao trabalho forçado. Além disso, o ideal de "senhoras do lar" consistiu numa experiência restrita a um número pequeno de mulheres, não representando a experiência da maioria das mulheres pobres brasileiras, que, desde cedo, representaram uma força de trabalho significativa em nossa sociedade (Rago, 2001; Figueiredo, 2001).

Aprendendo a ser homem e mulher

A ideia de que homens e mulheres são "naturalmente" diferentes e de que estas diferenças os conduzem a ocupações distintas no mundo do trabalho ainda é bastante disseminada no Brasil. De um lado, em nossa sociedade, persiste a ideia de que homens são naturalmente mais afeitos do que as mulheres ao raciocínio lógico, aos cálculos matemáticos, bem como a percepção de que estes são dotados de maior vigor físico. Por outro, às mulheres são atribuídas características como maior afetuosidade, paciência, cuidado e uma propensão para atividades que não exigem força.

Tais noções são aprendidas por todos nós, homens e mulheres, mesmo antes de nascemos. O conhecimento sobre o sexo biológico do bebê já é o suficiente para que diferentes membros da família – pai, mãe, avó, avô, tios – passem a se comportar de acordo com parâmetros culturais que, em nossa sociedade, distinguem como um menino ou uma menina devem ser recebidos e educados. Por exemplo, na decoração do berço do bebê é comum que um escudo de futebol seja colocado caso a família aguarde um belo menino, mas um enfeite cor-de-rosa é mais comum se a expectativa da família é de receber em sua casa uma menina. Antes mesmo que o bebê possa falar, seu grupo familiar já lhe impõe um conjunto de símbolos.

No entanto, é um equívoco pensar que as nuances de comportamento existentes entre pessoas de sexos diferentes sejam determinadas biologicamente. Pelo contrário, o que homens e mulheres fazem em seu cotidiano está relacionado sobretudo à cultura em que estão inseridos. Ou seja, as atividades

realizadas por mulheres numa determinada sociedade podem ser feitas pelos homens ou por ambos em outras culturas, outros contextos socioeconômicos e históricos.

Roque de Barros Laraia afirma que "qualquer sistema de divisão sexual do trabalho é determinado culturalmente" (2009), e descreve como em certos grupos indígenas é o homem o "protagonista mais importante do parto". Após o nascimento de uma criança, são eles, e não as mulheres, que se recolhem e fazem o resguardo, considerado importante para a sua saúde e a do recém-nascido. Por seu turno, em países como Suécia e Finlândia, as legislações permitem que também os homens possam se afastar do trabalho para cuidar dos bebês.

Se estes dois exemplos parecem estranhos aos nossos olhos, visto que, na sociedade brasileira, mais comumente, são as mulheres que assumem os cuidados com os recém-nascidos, eles atestam o fato de que mesmo atividades aparentemente relacionadas ao plano biológico, como é o caso da reprodução humana, recebem diferentes significados e são realizadas por homens e mulheres segundo diferentes manifestações culturais, políticas públicas, orientações ideológicas etc.

O comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de socialização. Um homem e uma mulher agem diferentemente não em função de seus hormônios ou em decorrência de suas disposições físicas, mas como resultado do que aprenderam. Essa aprendizagem começa muito cedo e se realiza nos diferentes espaços por onde circulamos: primeiramente na família, e depois se amplia para a escola, a igreja, a convivência com as pessoas do bairro, o grupo de amigos e também a partir das referências apresentadas pelos meios de comunicação.

No Brasil e no mundo, o movimento de mulheres tem problematizado o fato de que a delimitação dessas diferenças tem causando constrangimento a muitas pessoas que não querem corresponder a esses padrões. Assim, muitos e muitas jovens que assumem comportamentos e identidades que não são socialmente esperados estão mais vulneráveis a serem estigmatizados, discriminados e até vítimas de violência. Além disso, essa classificação entre coisas de homens e coisas de mulheres prejudicou as últimas, reservando a elas atividades menos valorizadas, pior remuneradas, e um papel secundário na ciência, na política e nos negócios.

Na prática
Enquete com os amigos

Proponha para sua turma de estudantes que eles organizem uma enquete a ser realizada com um grupo de cinco ou 10 amigos. O foco da pesquisa são as atividades domésticas que eles costumam realizar em casa: lavar e secar a louça, varrer o chão, cuidar das crianças pequenas (irmãos, primos, filhos), colocar o lixo para fora, lavar o banheiro, tirar o pó dos móveis, passear com o cachorro etc.

O questionário a ser elaborado deve considerar a frequência com que os entrevistados realizam estas atividades e quanto tempo diário imaginam empregar na realização delas. Com os resultados já tabulados, promova um encontro de reflexão sobre os resultados da enquete, comparando o levantamento com os dados obtidos pela pesquisa Perfil da Juventude Brasileira. Meninos e meninas se responsabilizam igualmente pelas atividades domésticas?

Escolha profissional, rendimento e *status*

Até bem pouco tempo atrás, as profissões mais almejadas por rapazes e moças no Ensino Superior estavam fortemente marcadas por uma divisão sexual de carreiras e profissões. Para eles a Medicina, as Engenharias, o Direito, as profissões vinculadas às ciências tecnológicas. Já para elas o conjunto de profissões historicamente relacionadas ao cuidado, como a Pedagogia, o Serviço Social, a Enfermagem.

Essa situação tem se transformado nos últimos anos no Brasil. As mudanças no mundo do trabalho, com maior abertura para mulheres nos diferentes setores tem animado principalmente as jovens, que já são maioria no Ensino Superior, a buscar cada vez mais caminhos diversificados de formação e inserção profissional.

Apesar dessa movimentação feminina no campo universitário, certos ramos profissionais permanecem ainda bastante segmentados. É o que demonstram alguns dados do vestibular de 2013 da Universidade de Campinas (Unicamp). As áreas de maior interesse das candidatas femininas são Arquitetura, Enfermagem, Fonoaudiologia, Letras e Pedagogia. São também um grupo significativo frequentados pelas mulheres os cursos de Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Matemática. O interesse feminino parece estar menos voltado para áreas de tecnologia e computação.

	N. Total	Masculino (%)	Feminino (%)
Arquitetura e urbanismo	2.914	25,4	74,6
Ciências da computação	1.069	85,3	14,7
Ciências econômicas	1.723	60,7	39,3
Enfermagem	2.35	14,5	85,5
Engenharia ambiental	832	44,1	55,9
Engenharia civil	4.150	64,5	35,5

>>

	N. Total	Masculino (%)	Feminino (%)
Engenharia da computação	2.046	86,8	13,2
Fonoaudiologia	284	6,0	94,0
Letras	358	28,2	71,8
Matemática	343	53,9	46,1
Medicina	13.998	35,0	65,0
Pedagogia	311	12,5	87,5

Fonte: Comissão permanente para os vestibulares (COMVEST).

Mas o que chama a atenção nos indicadores da Unicamp é que cursos tradicionalmente percebidos como áreas de atuação feminina, continuam a despertar pouco ou quase nenhum interesse de rapazes. Assim, se as expectativas profissionais das jovens têm transitado por domínios historicamente restritos a elas, o mesmo movimento não acontece entre os rapazes. Esse é o caso dos cursos de Fonoaudiologia, Nutrição, Pedagogia, Letras e Enfermagem.

Parece que as mulheres já vêm há muito tempo rompendo com os estereótipos e cruzando as fronteiras do "feminino", dedicando-se a atividades profissionais antes exclusivas do universo masculino, o que também ocorre com relação às formas de se vestir, falar, consumir. Mas o contrário parece estar ocorrendo muito pouco: os homens ainda não cruzaram as fronteiras do "masculino" e estão ainda distantes dos papéis sociais reservados às mulheres, o que limita seu horizonte de possibilidades. Indagada sobre seu papel submisso no lar, uma idosa afirmou "Eu submissa? Dependente do marido? Eu sei cozinhar, limpar uma casa, ele não sabe. Ele é que depende de mim!" (Debert, 2012).

É evidente que parte dessa "dificuldade" em transpor fronteiras não está relacionada exclusivamente aos estereótipos do que é masculino e feminino, mas também à desvalorização dos setores e postos de trabalho tidos como femininos. A partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, o Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea), construiu um *ranking* com as carreiras de nível superior que possuem melhores índices de desempenho trabalhista e que oferecem as remunerações mais elevadas no mercado de trabalho brasileiro. Médicos, dentistas e engenheiros civis lideraram a lista das profissões que possuem as melhores remunerações, condições de trabalho e taxas de ocupação. Enquanto isso, carreiras fortemente relacionadas à docência destacaram-se como aquelas que ofereciam condições menos vantajosas (Letras, Matemática e Pedagogia) para os trabalhadores (Ipea, 2013).

Como afirma Gouveia, "é como se a lógica do avanço fosse apenas em direção ao que é considerado masculino"[2] . Em outras palavras, ao longo dos séculos XX e XXI, em nosso país foram e são realizadas muitas lutas para que as mulheres conquistem novos espaços sociais. No entanto, aqueles espaços

que já eram ocupados por elas continuam a ser pouco valorizados e os homens não foram incentivados a ocupá-los, pois os espaços tidos como feminino continuam a ser considerados inferiores.

Não por acaso, em 2013, durante o I Seminário Nacional de Mulheres Jovens[3] , que reuniu centenas de jovens brasileiras para construir propostas de políticas públicas que atendessem suas necessidades e direitos, os programas de ação afirmativa voltados para a formação de mulheres em alguns setores profissionais – como, por exemplo, no campo da tecnologia da informação – foram tão destacados quanto aqueles capazes de valorizar os espaços de inserção profissional predominantemente ocupados por elas.

Referências bibliográficas

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira:* análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2005.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice:* socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2012.

DEMARTINI, Zelia de Brito; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 141-188.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

[2] Comunicação pessoal. Taciana Gouveia, psicologa e feminista, 2012.
[3] O evento foi realizado pela Secretária Nacional de Juventude (SNJ), em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), responsáveis, respectivamente, pelo desenvolvimento e articulação de políticas que atendam os direitos da juventude e das mulheres brasileiras no âmbito federal.

Texto de Apoio 3 | Universidade pública: missão possível!

Ingressar e permanecer nas universidades e institutos públicos de Ensino Superior são grandes desafios para jovens brasileiros, principalmente para os mais pobres. Programas governamentais, iniciativas da sociedade civil e a mobilização política podem abrir caminho para tornar esse projeto mais acessível.

Estudantes e ex-estudantes da escola pública brasileira passaram a contar com um importante instrumento para lutar por seus direitos educativos e dar prosseguimento aos seus estudos após a conclusão do Ensino Médio. Em agosto de 2012, o governo brasileiro sancionou a Lei de Cotas (Lei n. 12.711), que obriga as universidades e institutos tecnológicos federais a destinarem 50% de suas vagas a estudantes de escolas públicas e, dentro disso, 25% a candidatos pretos, pardos e índigenas.

Saiba +
A implementação da Lei de Cotas

O texto que deu origem à Lei 12.711 começou a tramitar no Congresso no final dos anos 1990 e surgiu com o intuito de reformular o sistema de ingresso universal, o vestibular. Mas o projeto foi sendo modificado com o tempo: em meados dos anos 2000, quando o Estado começou a implementar políticas públicas a favor de ações afirmativas, as cotas sociais e raciais passaram a ser a principal bandeira.

As universidades e institutos federais implementarão as cotas/reserva de vagas gradualmente. Em 2013, terão que oferecer, pelo menos, 12,5% do número total de vagas ofertadas nos diferentes cursos e terão até quatro anos para atingir o percentual estipulado pela lei (50%). Depois de 10 anos da implementação será realizada avaliação e revisão do programa, considerando sua efetividade na mudança na presença da população a quem se destina no Ensino Superior. Mais informações: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>.

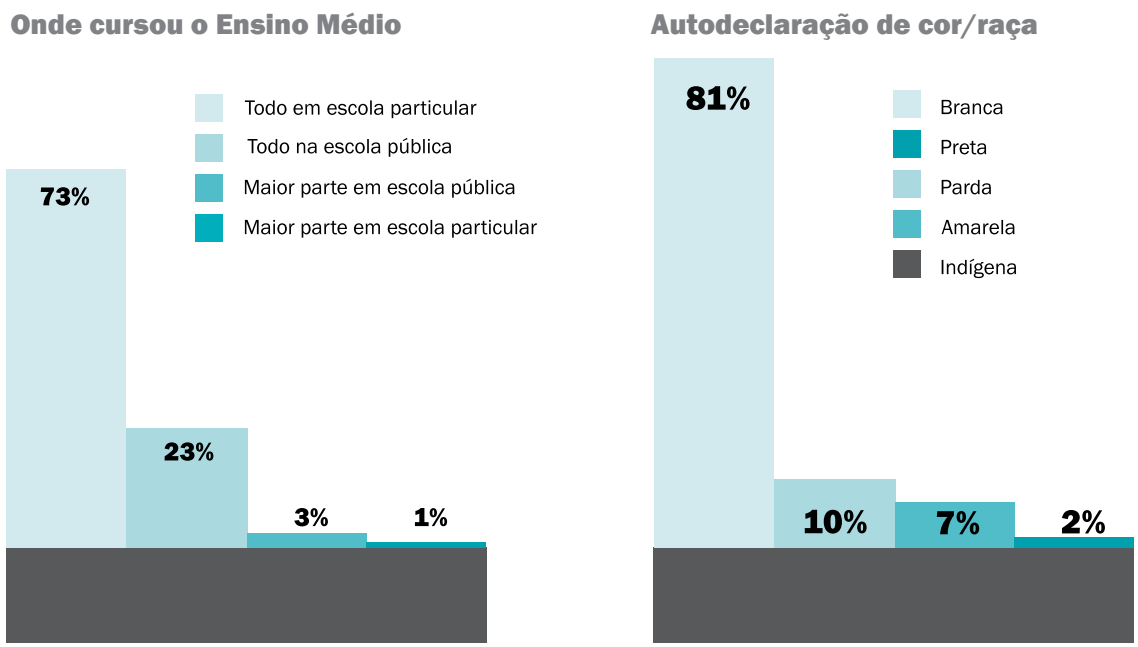
A reserva de vagas não acaba com os processos de seleção. A medida busca apenas corrigir distorções sociais num curto prazo, promovendo uma melhor forma de “competição” pelas vagas existentes. A ideia é diminuir as assimetrias entre candidatos que, em decorrência de suas origens sociais e trajetórias educativas, encontram-se em condições muito desiguais ao concorrer a uma vaga em universidades e institutos federais.

A lei evidencia a debilidade do Ensino Básico no País, mas representa um grande passo para a luta contra as desigualdades educacionais, econômicas e raciais que marcam a sociedade brasileira.

Afinal, pesquisas no Brasil apontam que os estudantes das escolas públicas – principalmente negros e indígenas – enfrentam muitos obstáculos para conseguir atingir níveis altos de escolaridade, sobretudo o mais alto, que é o Ensino Superior. Quando o Ensino Superior é público, ou seja, mantido pelo Estado, a situação se complica ainda mais, pois existem poucas vagas que são disputadas por muitas pessoas que procuram uma Instituição de Ensino de qualidade e, ao mesmo tempo gratuito.

Uma conta que não bate

Na Universidade de São Paulo (USP), um dos estabelecimentos de ensino mais importantes e renomados da América Latina, as 11.082 vagas oferecidas para o ano de 2013 foram disputadas por pouco mais de 138 mil inscritos no vestibular da Fuvest[4] (12,4 candidatos para cada vaga existente), e o perfil dos aprovados pelo processo seletivo apontou uma baixa participação de estudantes de escolas públicas, bem como de negros (pretos e pardos) e indígenas.



Fonte: Fuvest (<www.fuvest.br>)

Entre os aprovados no processo seletivo da USP, apenas 23% tinham estudado todo o Ensino Médio em escolas públicas e esse percentual era mais reduzido quando consideradas algumas carreiras. Candidatos oriundos do Ensino Médio público representavam apenas 21,1% dos aprovados no curso de Odontologia, 18,5% no curso de Medicina, 15% no curso de Design e 13,4% no curso de Direito. Se considerarmos que os 8,3 milhões de estudantes do Ensino Médio brasileiro encontram-se majoritariamente na escola pública (87,3%), os indicadores de uma das mais importantes universidades do país apontam um processo perverso, no qual aqueles que cursam esse nível de ensino em estabelecimentos privados encontram meios mais favoráveis para se dar bem nos exames de acesso ao Ensino Superior público.

[4] A Fundação de Amparo ao Vestibular (Fuvest) é a instituição responsável pela realização dos exames vestibulares para seleção dos estudantes da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

CURSINHO

MAIS VAGAS NO ENSINO SUPERIOR!
CURSINHO

A situação é ainda mais complexa quando considerada a presença de negros e indígenas na universidade. Isso porque apenas 17 pessoas (0,1%) aprovadas pelo vestibular da USP declararam-se como indígenas, 196 (1,6%) pretos e 1.190 (9,9%) pardos. Ou seja, a grande maioria dos candidatos aprovados para essa universidade se autodeclarou como branca (81%). No curso de Medicina, por exemplo, dos 275 aprovados, apenas um declarou-se como preto, um era indígena, 17 eram pardos. A subrepresentação destes grupos sociais é evidente, principalmente quando considerada a composição racial do povo brasileiro, inclusive da população juvenil, em que a população negra e indígena está longe de ser a minoria.[5].

Uma conta que não bate: educação e desigualdades

Não são poucos os aspectos que nos ajudam a compreender por que o Ensino Superior público se tornou um espaço tão difícil de ser acessado por jovens oriundos de escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio, principalmente por pobres e negros. Mas uma dimensão importante diz respeito à história da educação formal, sobretudo do nível superior, da qual até muito pouco tempo atrás a maior parte da população estava sistematicamente excluída.

Foi só partir da década de 1970 que tivemos, para valer, uma primeira expansão do Ensino Superior em nosso país, mas esse processo acabou favorecendo principalmente estudantes de renda média para cima. Além do mais, esse crescimento foi feito, sobretudo, na rede privada de Ensino Superior, onde para se ter direito à vaga é preciso pagar mensalidades muitas vezes com valores bem altos. Não houve um forte investimento do Estado brasileiro com o objetivo de criar as condições para um acesso universal na educação superior pública. Como o número de vagas na rede pública de Ensino Superior é bem restrito quando comparado com o número de alunos que desejam entrar, é preciso passar por um exame de ingresso disputadíssimo.

Vale lembrar que na história educacional brasileira existiram exames de ingresso que serviram como requisito para que crianças e adolescentes avançassem entre as séries do que hoje denominamos educação básica. Até a década de 1970, havia, na passagem entre os níveis escolares, o chamado “exame de admissão”. Resultado: a população mais pobre não tinha acesso à escola e, quando tinha, permanecia pouco tempo em seu interior.

Na prática
Acesso à educação ontem e hoje

Familiares e vizinhos mais velhos podem ser bons informantes sobre a história da educação brasileira. A partir de seus relatos, é possível construir um quadro das transformações pelas quais a escola – e com ela a vida de milhões de brasileiros – passou nos últimos anos. Com sua turma, discuta a possibilidade de realizar uma entrevista com pessoas mais velhas do bairro,

[5] O Brasil possui pouco mais que 51,3 milhões de habitantes com idade entre 15 e 29 anos, segundo dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE. Os jovens negros representavam 55,5% desta população (47,6% pardos e 8% pretos). Já os indígenas perfaziam 0,4% dos jovens brasileiros.

com pais, mães e familiares. A construção do roteiro para as entrevistas pode ser realizada em pequenos grupos. Caso os estudantes disponham de câmeras (ou aparelhos celulares modernos) e se animem com a proposta, as entrevistas podem ser documentadas em vídeo e, posteriormente, podem se tornar objeto de análise e discussão.

Nos últimos 40 anos, a escola pública de Ensino Fundamental e Médio se expandiu, mas sem que investimentos financeiros e materiais fossem realizados de modo compatível com seu crescimento. A ampliação de vagas nesses níveis de ensino se realizou a partir da lógica "atender mais com menos dinheiro". Até hoje, sentimos os efeitos desse processo: salas de aulas superlotadas, escolas com infraestrutura deficitária, ausência de laboratórios ou bibliotecas, falta de recursos materiais para atividades práticas, falta de equipes e quadros de apoio, condições de trabalho e remuneração incompatíveis com o trabalho docente etc.

Essa situação, de um lado, afeta a capacidade das escolas de ofertarem uma educação de qualidade, na qual professores e estudantes construam conhecimentos significativos para suas vidas no tempo presente e no futuro. De outro, impacta negativamente a relação de crianças e adolescentes com a escola e, principalmente, com o conhecimento escolar. Em outras palavras, as condições degradadas da escola pública têm efeitos negativos tanto nas condições de ensino quanto de aprendizagem, o que prejudica a maioria da população estudantil brasileira, principalmente pobres e negros.

Mas se melhorar a escola pública de educação básica é um passo importante para ampliar as chances de acesso de moças e rapazes ao Ensino Superior, também é preciso pensar em outras dimensões que afetam igualmente as trajetórias educativas desta população. Por exemplo, se para alguns jovens a transição do nível médio para o Ensino Superior é percebida como um caminho quase natural, para outros, sobretudo os mais pobres, até mesmo as possibilidades de dar continuidade aos estudos estão condicionadas ao ingresso ou à permanência no mundo do trabalho. Assim, as exigências de ordem econômica podem se constituir como barreiras e/ou afetar as margens de escolha de jovens para o Ensino Superior.

Além disso, não é apenas a frequência a uma escola particular, capaz de condicionar os estudantes para os exames de acesso ao Ensino Superior, que impacta positivamente as chances destes jovens de obterem êxito nesses exames. Estudos realizados com jovens oriundos de famílias de elite e de estratos médios indicam que esses indivíduos estão imersos em uma série de investimentos extras que contribuem para sua formação: cursos de línguas, viagens para o exterior, frequência a academias de ginástica, acesso a tecnologia e internet, hábitos de lazer e de cultura etc. Ora, sabemos que jovens moradores da periferia de grandes cidades brasileiras têm acesso limitado a essas oportunidades.

Enfim, o desafio de equalizar e enfrentar as desigualdades que afetam as oportunidades educacionais dos jovens, sem nenhuma dúvida, requer investimentos capazes de melhorar a educação pública onde a maiora se encontra, mas também ações que incidam em outras dimensões que afetam a experiência e as aprendizagens desses sujeitos, reproduzindo desigualdades.

Informação é poder – Como eu posso desejar o que o meu pensamento não alcança?

Trata-se de uma pergunta fundamental para refletir sobre o Ensino Superior e a mobilização dos jovens a buscar uma vaga nas instituições públicas de ensino. Isso porque pesquisas feitas com estudantes e ex-estudantes do Ensino Médio público brasileiro mostram que a maioria deles sequer sabe da existência de universidades públicas em seu Estado e, menos ainda, sobre como funcionam e o que é necessário fazer para se tornarem estudantes delas. Assim, o primeiro desafio a ser enfrentado é justamente vencer o obstáculo da informação e do conhecimento.

Quais são os estabelecimentos públicos de nível superior da minha cidade e do meu Estado? Onde eles estão localizados? Como são estes estabelecimentos? Que cursos oferecem? Qual a duração deles? Como são os exames e provas de seleção para novos estudantes? Como e quando se inscrever? Esses estabelecimentos possuem programas que podem favorecer o ingresso (isenção, bônus, cotas etc.) e permanência (moradia estudantil, bolsas de estudo, auxílio transporte etc.) de quem fez a educação básica em escolas públicas?

Essas informações podem ser esclarecidas, em boa medida, a partir de pesquisas na internet. Afinal, a maioria dos estabelecimentos de Ensino Superior público brasileiro possui sites que apresentam informações úteis, ainda que nem sempre facilmente localizáveis, àqueles que estão interessados em tornar-se um futuro estudante de uma universidade pública. Mas outros caminhos podem ser igualmente frutíferos na busca por informações e conhecimentos. É possível organizar, por exemplo, uma visita às instituições de Ensino Superior públicas, o que permite não apenas obter informações, mas também conhecer um pouco do "clima" das instituições e da vida universitária.

Algumas instituições até promovem feiras e visitas monitoradas, com o intuito de apresentar suas atividades. A Universidade de Campinas (Unicamp) realiza todos os anos um evento chamado "Unicamp para Todos" [6], quando são realizadas palestras e oficinas apresentando os projetos sociais e acadêmicos da instituição. Também a Universidade Federal do ABC (UFABC) realiza anualmente o "UFABC para Todos"[7]. Além de palestras e oficinas que apresentam os diferentes cursos e campi da universidade, os participantes podem se engajar em atividades práticas e lúdicas, que abordam conteúdos de cursos e disciplinas.

Também posso, por que não?

Quem quer ingressar em um estabelecimento público de Ensino Superior precisa ter tempo e energia para se preparar e ficar atento às novidades que cercam esses exames, municiando-se de informações, caminhos, brechas e dicas. Mas, se estudar e se preparar para exames são passos fundamentais, também é preciso ter uma boa dose de confiança em si mesmo. Sem ela, não se tem energia, motivação e segurança para seguir adiante e se preparar para o vestibular, para o Enem ou para qualquer coisa na vida – pedir alguém em namoro, procurar um emprego, falar em público...

[6] Mais informações podem ser obtidas no endereço: <http://www.upa.unicamp.br/>.
[7] Mais informações podem ser obtidas no endereço: <http://paratodos.ufabc.edu.br/>.

Muitos jovens egressos de escolas públicas são pouco otimistas sobre suas chances de obter sucesso em exames e provas como o Enem e os vestibulares e, antecipando um possível fracasso, evitam participar desses processos. Parte desse pessimismo está associado a juízos muito negativos sobre o aluno da rede pública, disseminados na escola, nos meios de comunicação e, às vezes, até mesmo pelas autoridades políticas: "não sabem nada", "não aprendem", "não têm capacidade". Essa avaliação negativa de si próprio está fortemente associada à percepção que os estudantes possuem de suas aprendizagens na escola.

Em que pesem as dificuldades da escola pública, de um lado, é importante considerar que ela também é um espaço que promove aprendizagens. Certamente, as condições de trabalho da escola pública não são as mais favoráveis, mas a passagem por ela não produz saldo zero. De outro, não podemos desistir da ideia de que os jovens têm condições e capacidades de prosseguirem aprendendo ao longo de suas vidas. Isso não significa assumir uma postura ingênua, do tipo, "basta pensar positivo". A questão é confiar na sua capacidade de se organizar e de se preparar para esse e outros desafios da vida.

Ações coletivas e redes de apoio

Os estudantes de escolas públicas que almejam ingressar no Ensino Superior, especialmente em estabelecimentos públicos de ensino, podem se organizar de forma coletiva, seja a partir da formação de grupos de estudo na escola, seja se integrando em redes e articulações que podem favorecer a conquista de seus direitos educativos. A mobilização em torno do Ensino Superior pode ser coletiva!

Desde o final da década de 1990, por exemplo, multiplicaram-se os cursinhos pré-vestibulares populares, comunitários e alternativos. O fato de se configurarem como um movimento de cursinhos "populares" já indica que existe um contingente cada vez maior de jovens desse estrato social que está aspirando por uma vaga no Ensino Superior. De modo geral, gratuitamente ou com mensalidades mais acessíveis, esses espaços oferecem aulas voltadas para a preparação de jovens para exames como o vestibular e o Enem.

Além de oferecer uma "capacitação técnica", ou seja, instrumentalizar os estudantes para os exames de acesso, via aulas de reforço, muitos cursinhos também se constituem em espaços de formação política, mediante a sensibilização e mobilização voltadas para questões que envolvem o debate sobre a implementação de ações afirmativas, cotas e de inclusão no nível superior de ensino.

Pontos de discussão!
O esforço vale a pena?

Se a maioria das vagas disponíveis no Ensino Superior brasileiro concentra-se hoje em estabelecimentos privados de ensino, por que se envolver em uma disputa tão acirrada por uma vaga pública? Não é mais fácil arrumar um emprego e custear as mensalidades

de um estabelecimento privado? O que há de especial em universidades, institutos e faculdades públicas? Essas são perguntas que muitos jovens estudantes de nível médio público se fazem, quando pensam em dar continuidade aos seus estudos e procurar um curso de graduação. Podemos responder a elas a partir de alguns argumentos.

Em primeiro lugar, se quisermos fazer valer o direito à educação pública para todos, inclusive para aqueles que desejam cursar o Ensino Superior, é importante nos mobilizarmos. A história da educação brasileira mostra que, sem demanda por mais escolas, por vagas e por melhores condições de ensino e estudo, os avanços nas políticas educacionais são bastante limitados. Assim, o crescimento do número de jovens procurando cursar universidades públicas, bem como outras formas de mobilização pelo Ensino Superior, é um importante sinal às autoridades e à sociedade de que é necessário investir mais na educação.

Outra dimensão importante diz respeito ao prestígio e à qualidade do ensino oferecido pelos estabelecimentos públicos de nível superior. É claro que existem também boas universidades e faculdades privadas! Mas as mais importantes e renomadas são públicas. Na maioria dos casos, além de contarem com professores muito qualificados, elas oferecem condições diferenciadas de aprendizagem. Por exemplo, muitas delas articulam atividades de ensino com outras voltadas para a produção de conhecimento e de projetos de intervenção na sociedade. Assim, desde o início da graduação, estudantes podem envolver-se com projetos de pesquisa e de ação direta, que complementam e aprofundam sua formação em sala de aula.

Um bom exemplo dessa experiência é o famoso “HC”, o Hospital das Clínicas, o maior complexo hospitalar da América Latina. O nome completo dele é Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Ou seja, sem os conhecimentos obtidos pela Faculdade de Medicina da USP, ele não teria todo esse sucesso e projeção. Já ouviu falar da Embraer, a empresa brasileira que exporta aviões? Ela surgiu do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o famoso ITA, localizado na cidade paulista de São José dos Campos. O ITA é uma instituição federal de Ensino Superior.

Vale dizer ainda que, se os processos de seleção que marcam o ingresso nesses estabelecimentos são penosos, sobretudo para certos grupos sociais, vencidas essas barreiras, alguns estabelecimentos de ensino oferecem programas de apoio estudantil que podem favorecer os estudos superiores sobretudo dos jovens mais pobres e em desvantagem educacional, como: grupos de estudo, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, bibliotecas, laboratórios de pesquisa, assistência média e odontológica, bolsas de estudos, entre outros.

Texto de Apoio 4 | As ações afirmativas estão aí, vamos conhecê-las?

As universidades públicas brasileiras têm implementado diferentes modalidades de ações afirmativas para permitir e ampliar o ingresso de determinados grupos sociais ao Ensino Superior.

No primeiro semestre de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) validou a adoção de políticas de reserva de vagas para garantir o acesso de negros[8] e índios a instituições de Ensino Superior em todo o país. Os ministros avaliaram que as políticas de cotas raciais nas universidades estão de acordo com a Constituição Federal de 1988 e são necessárias para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil[9]. No mesmo ano, depois de 10 anos de tramitação no Congresso Brasileiro, foi aprovada a Lei 12.711, que estabelece a reserva de 50% das vagas nos processos seletivos em todas as universidades e institutos federais para alunos que cursam/cursaram o Ensino Médio em escolas públicas e com percentual mínimo de acordo com critérios de renda e com o número de pretos, pardos e indígenas de cada unidade da Federação.

Apesar do avanço no campo político e jurídico, a adoção de ações afirmativas, notadamente da reserva de vagas/cotas no Ensino Superior, continua a gerar discussões acaloradas, mobilizando polêmicas. A controvérsia decorre de dois posicionamentos sobre a adoção dessas medidas: 1) aquele que defende as ações afirmativas, como medidas imprescindíveis para o enfrentamento das desigualdades educacionais brasileiras, que remontam a um processo histórico de exclusão de certos grupos da população (negros, pobres, indígenas); 2) aquele que critica as ações afirmativas porque elas supostamente não valorizam o mérito individual, incentivam a discriminação e não incidem sobre o principal causador das desigualdades educacionais, que é a baixa qualidade da educação básica.

Antes de tomar um posicionamento favorável ou contrário ao tema, é importante, acima de tudo, informar-se sobre o assunto. O que são ações afirmativas? Por que essas medidas? O que elas buscam responder?

Ações afirmativas na educação. Por quê?

O termo “ações afirmativas” define um conjunto de iniciativas que buscam neutralizar os efeitos da discriminação ou da desigualdade racial, de gênero, de idade, de origem. Elas podem ser realizadas pelo setor público e pelo setor privado, e têm sido experimentadas por diferentes países como Índia, África do Sul, Canadá, Nigéria, Estados Unidos e Brasil. No campo da educação, a emergência e consolidação de medidas voltadas para a inclusão de certos segmentos – notadamente de negros, indígenas e/ou pobres – está fortemente vinculada à luta de diversos grupos e organizações sociais

[8] O IBGE considera como negros a soma de pretos e pardos pautado em duas justificativas: 1) do ponto de vista estatístico, a realidade de pretos e pardos é muito similar (acesso às políticas sociais, níveis de renda, situação de moradia etc.); 2) sociologicamente, o que aproxima a realidade dos pretos e pardos é o fenótipo, colocando os segundos em situações similares de discriminação e preconceito às quais estão submetidos os pretos. Além disso, os pardos são herdeiros, assim como os pretos, do processo escravocrata, que teve fim há pouco mais de 120 anos.

[9] Em dois dias de julgamento, foi discutida a validade da política de cotas raciais adotada pela Universidade de Brasília (UnB), em 2004, que reserva por dez anos 20% das vagas do vestibular exclusivamente para negros e um número anual de vagas para índios no seu vestibular.

FACUL

DADE

que, a partir da década de 1990, denunciam o caráter excludente do Ensino Superior e reivindicar medidas capazes de reverter um quadro de exclusão educacional de jovens pobres, negros e egressos da educação básica.

Foi nesse período, por exemplo, que proliferaram em várias cidades brasileiras movimentos sociais com um duplo objetivo: preparar segmentos populares para o acesso ao Ensino Superior, mediante a organização de cursinhos pré-vestibulares, gratuitos ou sem fins lucrativos; e pressionar órgãos de governo por ações afirmativas de inclusão social no que tange às oportunidades de continuar os estudos em nível superior (Mitrulis e Penin, 2006). Vinculados a organizações sociais do movimento negro e/ou ao movimento estudantil, os cursinhos populares elegeram como foco o atendimento aos grupos excluídos dos bancos universitários, preferencialmente alunos egressos de escolas públicas sem condições financeiras de pagar um cursinho comercial e/ou de dedicar-se exclusivamente aos estudos, abrindo mão de uma inserção no mercado de trabalho.

Esses movimentos procuraram (e ainda procuram) munir os estudantes dos saberes e habilidades demandados nos exames de acesso ao Ensino Superior e, ao mesmo tempo, formar o aluno para uma visão crítica da sociedade, introduzindo, nos espaços de aula, disciplinas ou temas relacionados aos direitos humanos e ambientais, além de propiciar uma abertura para atividades culturais e orientação profissional. Essas estratégias deram visibilidade aos interesses de novos grupos concluintes da educação básica e fortaleceram a mobilização de moças e rapazes, seja individualmente seja a partir da ação coletiva, por acesso ao Ensino Superior.

Também datou desse período uma forte mobilização de organizações e grupos de defesa de direitos da população negra, que retomaram uma bandeira histórica do movimento: a estruturação de políticas capazes de garantir a inclusão de homens e mulheres negros em diferentes âmbitos da vida social. Um marco importante dessa luta consistiu na Marcha Zumbi dos Palmares, que em 1995 reuniu milhares de pessoas numa caminhada até Brasília, numa denúncia do mito da democracia racial e da pobreza a que está submetida a maior parte da população negra, em função do racismo.

Saiba +

Racismo à brasileira*

A identidade nacional brasileira, a partir da década de 1930, foi construída sob o mito da democracia racial, ou seja, sob a crença de que somos uma nação onde pessoas de todas as raças vivem em harmonia, sem conflitos ou segregações. Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul, onde houve um "racismo oficial", a segregação racial não foi diretamente adotada no Brasil, ficando as desigualdades veladas sob o mito da democracia racial. E é essa uma das razões que fazem com que as reivindicações de movimentos sociais negros e antirracistas, especialmente a adoção de políticas públicas específicas para os(as) afrodescendentes, pareçam absurdas para grande parte da população brasileira.

A discriminação racial no Brasil é mesmo bastante particular e precisa ser vista com atenção. Não tivemos *apartheid*[1], mas o racismo persiste na nossa sociedade, muitas vezes sem se declarar, aparecendo mais em atitudes e menos frequentemente na fala. Mesmo nesse último caso, o preconceito é jogado para o campo da "brincadeira" – que, teoricamente, não machuca ou prejudica ninguém –, pois não é bem visto dizer que somos racistas ou que temos atitudes preconceituosas.

Se perguntarmos, aleatoriamente, se existe preconceito racial no Brasil, as pessoas responderão que sim. No entanto, ao perguntarmos se a pessoa é racista, ela provavelmente dirá que não. Como, então, conseguimos ter racismo se ninguém o pratica? Isso caracteriza o racismo à brasileira, que, mesmo considerado sutil ou cordial, tem consequências práticas graves e de alto custo social. Indicadores sobre a desigualdade social no Brasil evidenciam o que o movimento negro denuncia há décadas: a existência de mecanismos de discriminação racial na sociedade brasileira que colocam em xeque o modelo de democracia racial.

(...) Indicadores dessa desigualdade profunda podem ser observados na saúde pública, no mercado de trabalho e na educação, em particular no Ensino Superior. Todos esses serviços deveriam ser oferecidos aos cidadãos e às cidadãs, independentemente de cor, raça, gênero, orientação sexual, origem, renda etc. No entanto, o que os números mostram é que, mesmo nos serviços públicos e universais, ou seja, que deveriam atender a todos e todas da mesma forma, as pessoas negras recebem tratamento diferenciado e pior.

* Adaptação feita com base no texto Cotas raciais: por que sim?, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase/Observatório da Cidadania, 2006.
[1] Regime de segregação racial oficialmente adotado pelo governo da África do Sul de 1948 a 1990.

A reivindicação do movimento negro por ações afirmativas está orientada por uma perspectiva de reparação, tendo em vista a escravização da população afro-brasileira no país e a ausência de iniciativas públicas comprometidas com a integração dos negros, quando findado o regime escravocrata no Brasil, no final do século XIX. De outro lado, suas demandas refletem o diagnóstico de que – como consequência dessas injustiças históricas (escravidão e ausência de políticas de reparação) e do racismo – a população negra no país encontra-se em situação pouco vantajosa nos diferentes âmbitos da vida social, entre eles a educação.

Seja pela mobilização de cursinhos comunitários seja por meio das ações do movimento negro, a seletividade do Ensino Superior em termos de classe e de cor/raça passou a figurar nos debates educacionais brasileiros. Concursos como os vestibulares e, mais recentemente, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passaram a ser questionados como processos que, de um lado, obscurecem o fato de que o Ensino Superior, especialmente o público, possui um número de vagas limitado e muito aquém daquele necessário para atender à demanda crescente da população; e, de outro, de que esses processos, ao tratarem as pessoas que de fato são desiguais como iguais, somente ampliam as desigualdades iniciais entre elas.

Que desigualdades são essas? Primeiro, até chegar ao vestibular, os candidatos já passaram por muitos processos de exclusão, resultando em que apenas uma reduzida parcela preencha os requisitos para prestar os exames: concluir o Ensino Médio. Segundo, é fato que os jovens mais pobres que chegam a esse nível de ensino têm acesso a conhecimentos e experiências educativas bastante desiguais quando comparados àqueles obtidos por jovens da classe média e alta, tanto porque se encontram em escolas públicas – cujas condições de funcionamento e infraestrutura são mais precárias, o que repercute negativamente em seus processos de aprendizagem –, quanto pelo fato de que suas famílias têm condições financeiras limitadas para realizar investimento "extras" em sua formação – pagar cursinhos comerciais caros, contratar professores particulares, investir em cursos de línguas e viagens internacionais – e, principalmente, para retardar o ingresso desses jovens no mercado de trabalho.

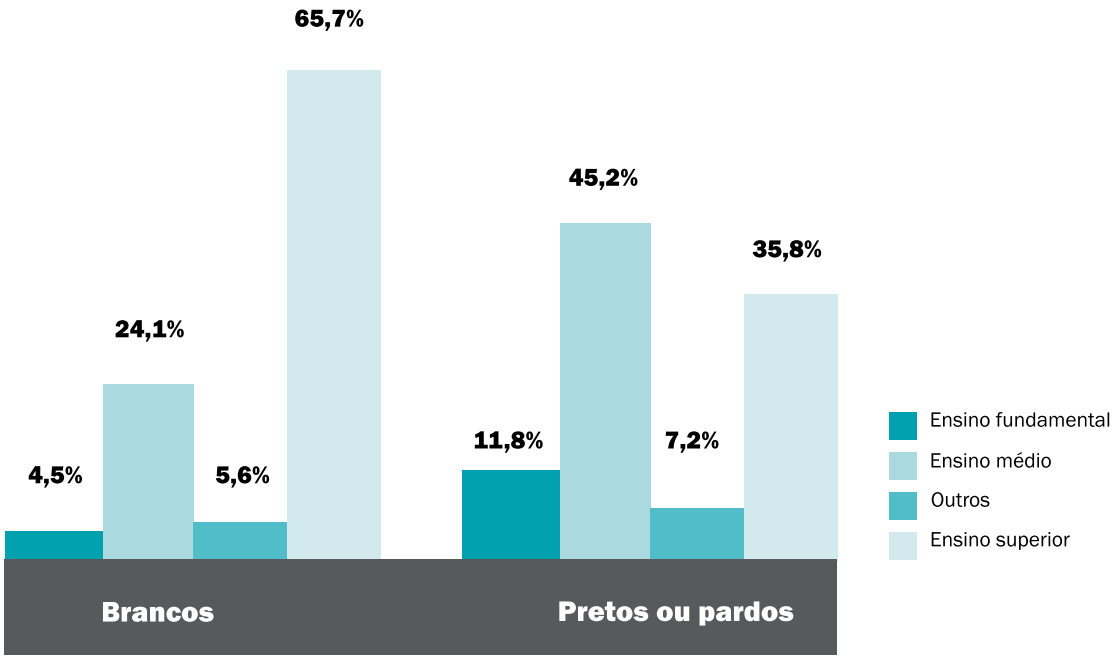
Saiba +

Os dados das desigualdades educacionais brasileiras

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, em 2011, enquanto apenas 36,8% da população com idade entre 15 e 17 anos oriunda de famílias de baixíssimo rendimento estavam no Ensino Médio, esse percentual era de 74,5% para os jovens de famílias com rendas mais elevadas. A pesquisa realizada pelo IBGE também comprova uma desigualdade entre jovens brancos e negros (pretos e pardos). Isso porque o referido estudo mostra que entre a população branca com idade entre 15 e 17 anos, 60% estavam no Ensino Médio, enquanto que entre negros esse percentual era de apenas 45,3%.

As desigualdades raciais se revelam mais perversas no acesso ao Ensino Superior. Entre a população estudantil com idade entre 18 e 24 anos, faixa etária considerada ideal para frequência a esse nível de ensino, é possível verificar a existência de enormes disparidades entre jovens brancos e negros. No ano de 2011, enquanto os estudantes brancos dessa faixa etária eram majoritariamente universitários, a realidade mais comumente partilhada pelos estudantes negros era ainda frequentar o Ensino Fundamental e, principalmente, o Ensino Médio.

Gráfico 1 – **Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos de idade, por nível de ensino frequentado, segundo a cor ou raça: Brasil (2011)**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar 2011.
2 – Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.
3 – Graduação, mestrado ou doutorado.

A conquista de políticas de ações afirmativas que favorecem o ingresso de certos grupos sociais – estudantes de escolas públicas, pobres, negros e indígenas – no Ensino Superior não invalida a defesa de uma escola básica de qualidade e tampouco a luta pela expansão de universidades públicas em quantidade suficiente para receber um número mais expressivo de jovens. Mas essas ações exigem o investimento e a adoção de medidas de longo prazo. Agora, imagine se nada for feito enquanto essas mudanças não se processarem? Se em nosso país o acesso de jovens pobres e negros tiver de esperar reformas que podem levar 10 ou 15 anos para acontecer, provavelmente, uma ou mais gerações inteiras ficarão excluídas desse nível de ensino.

Modelos de ação afirmativa no Ensino Superior

Há hoje no Brasil duas grandes frentes de ação que buscam lidar com a desvantagem de certos segmentos da juventude em relação à alta concorrência que marca a disputa por vagas nas universidades públicas. A primeira e mais disseminada são, de fato, os programas de cotas/reserva de vagas, mas há também programas de bônus/pontuação acrescida nos exames de acesso de algumas universidades. Além disso, tendo em vista que o maior número de vagas se concentra hoje no Ensino Superior privado e que, nesses casos, um dos grandes obstáculos do jovem de escola pública e de baixa renda consiste na falta de dinheiro para pagar as mensalidades desses estabelecimentos, desde 2005, o governo federal, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), tem oferecido bolsas de estudo para jovens que queiram se graduar em estabelecimentos privados de nível superior.

Cotas sociais e raciais – No sistema de cotas, os candidatos oriundos de escolas públicas (independentemente de suas características de cor e raça), negros (pretos e pardos) e indígenas, devido às desvantagens históricas já apontadas neste texto, disputam entre si as vagas das universidades e institutos. Ou seja, uma parte das vagas dos estabelecimentos já é destinada para esse grupo, chamado de cotistas, que terão que competir somente com pessoas que também são egressas de escolas públicas e/ou possuem as mesmas características de cor e raça, que são identificadas a partir da autodeclaração. As outras vagas disponíveis são destinadas para os demais estudantes, que fizeram escolas particulares durante o Ensino Médio ou que não queiram participar dos processos de seleção a partir da reserva de vagas. Estes constituem o grupo dos não cotistas.

A disputa nos exames de seleção se dá em dois grupos separados, de acordo com o tipo de educação feita (pública ou privada) e segundo critérios de cor e raça, que deverão ser indicados pelos candidatos no momento da inscrição para esses processos seletivos. Assim, os parâmetros para reserva de vagas buscam beneficiar candidatos oriundos de escolas públicas de educação básica e articulam estratégias de classificação étnico-racial, visando garantir a inserção de negros, indígenas e quilombolas; e social, buscando beneficiar a parcela mais pobre da população. Mas fique atento: em alguns cursos pode haver maior demanda de jovens que preenchem as características de cotistas, e nesse caso, a competição e a relação candidato-vaga pode ser maior para este grupo quando comparado com o dos não cotistas.

Bônus no vestibular– O modelo de bônus (também chamado de pontuação acrescida) adiciona pontos à nota dos estudantes oriundos de escolas públicas e de negros e indígenas a fim de melhorar as chances de sucesso desses indivíduos na obtenção de uma vaga num estabelecimento público de Ensino Superior. Nesse formato, a disputa pela vaga no vestibular difere do modelo de cotas, pois os candidatos disputam uma vaga entre si, independentemente de suas trajetórias escolares (escola pública ou privada) e características sociais e étnico-raciais. A diferença é que os candidatos das escolas públicas, negros e indígenas podem ter pontos adicionados/somados às suas notas, visando a equilibrar a disputa com outros candidatos socioeconomicamente mais bem situados.

Esse sistema foi adotado primeiramente pela Universidade de Campinas (Unicamp), estabelecimento da rede estadual de Ensino Superior de São Paulo, com o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS). Desde 2005, juntamente com um programa de isenções da taxa de inscrição no vestibular[10], os estudantes das escolas públicas foram beneficiados com 30 pontos e, caso se autodeclarassem negros, pardos ou indígenas, teriam 40 pontos de acréscimo em sua nota final. Posteriormente, em 2007, numa versão mais tímida, a Universidade de São Paulo (USP) inspirou-se no modelo da Unicamp para criar o seu Programa de Inclusão Social (Inclusp), que instituiu um bônus às notas da primeira e da segunda fases do vestibular para candidatos que fizeram toda a educação básica na rede pública, que pode atingir até 15% sobre a nota.

[10] Para participar do exame de seleção às vagas da Unicamp para o ano de 2014, cada candidato teve que pagar uma taxa de inscrição no valor de R$135,00. O valor corresponde a mais de 1/5 do salário mínimo nacional, o que certamente é bastante oneroso para jovens trabalhadores e/ou oriundos de famílias de baixa renda. Para facilitar o acesso de moças e rapazes de baixa renda ao Ensino Superior e aumentar a participação de egressos de escolas públicas, a instituição tem concedido isenções a candidatos com esses perfis.

Bolsas de estudo – Criado em 2005 pelo governo federal, o Programa Universidade para Todos (ProUni) distribui bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) para que estudantes de baixa renda possam frequentar cursos de graduação em estabelecimentos privados de Ensino Superior, que em troca recebem isenções fiscais. A iniciativa se volta para jovens egressos de escolas públicas ou que tenham estudado em escolas privadas na condição de bolsistas, para pessoas com deficiências e para professores da rede pública de educação básica. As bolsas são concedidas àqueles candidatos que tenham renda bruta familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa (R$ 1.017, valor em março de 2013). No caso de bolsas parciais, o limite de renda sobe para três salários mínimos per capita (R$ 2.034, valor em março de 2013).

Para concorrer às bolsas do ProUni, os interessados precisam participar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e obter pontuação mínima de 450 pontos na média das cinco avaliações que compõem o exame (ciências da natureza, ciências humanas, linguagens e seus códigos, matemática e redação). E é importante destacar que o candidato não pode zerar na sua nota de redação! Os resultados do Enem são usados como critérios para a distribuição das bolsas de estudos, isto é, as bolsas são distribuídas conforme desempenho na nota e a renda familiar .

Uma questão de mérito individual?

Entre jovens é comum encontrar posições contrárias às ações afirmativas, principalmente às medidas como reserva de vagas e cotas no Ensino Superior. Um elemento importante para justificar essa resistência diz respeito ao fato de que muitos desconhecem os meandros da implementação dessas medidas. As informações que recebem sobre o tema (quando recebem!) os levam a crer que, para ter acesso à universidade pelo sistema de cotas, não é necessário passar por nenhuma avaliação. Ou seja, de que basta apresentar-se como egresso de escola pública, pobre e/ou negro que sua vaga no Ensino Superior estará garantida.

É o que constatou estudo empreendido por Gislene Aparecida dos Santos (2012), junto a estudantes de Ensino Médio de escolas públicas paulistanas. O referido estudo também constatou que a resistência de moças e rapazes está fortemente relacionada à ideia de que participar de políticas de ação afirmativa poria em xeque o mérito de seus beneficiários. Isso porque ideias como a universidade "*não é lugar para qualquer um*", "*todo mundo é igual*", "*vai tirar a vaga de quem se esforçou mais*", "*tem que ser pela capacidade da pessoa*" são bastante disseminadas entre os estudantes.

Ora, trata-se um profundo equívoco! Como evidenciamos, nenhuma medida adotada no país prescinde de que o mérito acadêmico dos candidatos seja avaliado por meio de exames e provas. O que se estabelece, na verdade, são mecanismos que tentam garantir uma concorrência menos desigual entre pessoas que se encontram em condições dispares de disputar uma vaga no Ensino Superior. Não há dúvidas de que, como seres humanos, todos partilham de condições de aprender ao longo da vida, mas prender-se a esse argumento significa desconsiderar o fato de que as condições de aprendizagem não estão "soltas no ar". Elas estão condicionadas às oportunidades

que uma sociedade oferece ao conjunto de seus cidadãos e, no caso brasileiro, o que os estudos mostram é que essas oportunidades são muito desiguais.

A capacidade individual de cada um de aprender também é social. Em outras palavras, não se trata exclusivamente do esforço individual: "Pedro é esforçado e estudioso, portanto vai para o Ensino Superior" e "João é preguiçoso, não tem garra, portanto está fora dos bancos universitários". Se fosse assim, certamente um número maior de estudantes pobres estaria nas melhores universidades do país. O acesso ao Ensino Superior está condicionado à pobreza, que recai de maneira predominante sobre a população negra, à qualidade da escola pública, ao apoio familiar e comunitário, entre outros fatores. Logo, quem entrou numa universidade por meio de ações afirmativas teve mérito sim. Aliás, dadas suas condições sociais e as inúmeras barreiras que teve de enfrentar, põe mérito nisso.

Pontos de discussão!!
Mitos e verdades sobre as ações afirmativas

Desde que foram adotadas no Brasil, as cotas para o ingresso de negros e indígenas em estabelecimentos públicos de Ensino Superior tornaram-se alvos de inúmeras críticas. Muitos analistas e formadores de opinião disseminaram ideias sobre os "riscos" que esse tipo de política pública poderia ocasionar. Atualmente, estudos e pesquisas contrariam a maioria dos prognósticos.

O quadro que reproduzimos abaixo foi extraído da reportagem "Por que as cotas raciais deram certo no Brasil", publicada na Revista *IstoÉ* (edição n. 2264, abril de 2013). Ele sintetiza alguns mitos e verdades sobre as políticas de inclusão de negros nas universidades brasileiras

O mito	A verdade
As cotas estimulariam o ódio racial	Uma pesquisa feita em quatro universidades federais chegou a uma conclusão interessante: 90% dos professores entrevistados afirmaram que as cotas não estimulam o racismo.
Os cotistas largariam a universidade no meio do caminho	No prestigioso curso de Medicina da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a evasão entre cotistas e não cotistas é similar. Em 2004, 94 candidatos a médicos passaram no vestibular da universidade. Entre eles, 43 cotistas. Em 2010, 86 se formaram e só oito desistiram do curso: quatro cotistas e quatro não cotistas.

>>

O mito	A verdade
As cotas raciais comprometeriam o nível de ensino e degradariam o currículo da universidade.	Estudos mostram que o desempenho dos cotistas é muito parecido com os de não cotistas. Em alguns casos, até superior. A UERJ comparou a performance acadêmica dos estudantes em um período de 5 anos. Os cotistas negros alcançaram resultado ligeiramente pior: 6,37. Na Unicamp, os alunos que ingressaram na universidade por meio do PAAIS superaram seus colegas que não participaram desse programa.
Com as cotas, o vestibular teria discrepâncias. A pontuação dos alunos aprovados como cotistas seria muito menor do que a pontuação dos candidatos aprovados pelo sistema tradicional. Pior: ficariam de fora candidatos que tiveram notas muito mais altas do que os cotistas.	A distância entre o beneficiado e o barrado é mínima. Segundo dados do Sistema Nacional de Seleção Unificada (Sisu), em 2013, as cotas favoreceram 36 mil estudantes de universidades federais. Em medicina, o curso mais concorrido do Brasil, a nota de corte dos cotistas foi de 761,67. Para os não cotistas foi de 787,56. Isso dá uma diferença de 25,9 pontos ou 3%.

Fonte: Por que as cotas raciais deram certo no Brasil. Revista *IstoÉ*. edição nº 2264, abril de 2013

Referências bibliográficas:

IBASE. *Cotas raciais*: por que sim? 2. ed. Rio de Janeiro: Ibase/Observatório da Cidadania, 2006.

MITRULIS, Eleny; PENIN, Sônia Teresinha de Sousa. Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 128, p. 269-298, maio-ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a02.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2014.

NOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2014.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *Reconhecimento, utopia, distopia*: os sentidos da política de cotas raciais. São Paulo: Annablume, 2012.

Texto de Apoio 5 | Quando o caminho é o Ensino Superior privado

No Brasil, a maioria das vagas no Ensino Superior é oferecida por estabelecimentos privados de ensino. De acordo com o Censo do Ensino Superior, realizado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), em 2011, dos 2.365 estabelecimentos de nível superior no país, apenas 12% eram públicos. As matrículas dos estudantes de nível superior não escapam dessa proporção desigual: 72,2% deles encontravam-se no Ensino Superior privado, frente a 27,8% de matrículas nos estabelecimentos públicos.

Tabela 1 – Estabelecimentos e matrículas no Ensino Superior brasileiro (2011)

Brasil	Instituições		Matrículas	
	Total	%	Total	%
Pública	284	12,0	1.595.391	27,8
Federal	103	4,4	927.086	16,1
Estadual	110	4,7	548.202	9,5
Municipal	71	3,0	120.103	2,1
Privada	2.081	88,0	4.151.371	72,2
TOTAL	**2.365**	**100,0**	**5.746.762**	**100,0**

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior, Inep/MEC.

Em nosso país, existem basicamente dois grupos de estabelecimentos privados de Ensino Superior. O primeiro deles – mais antigo e em menor número – cobra mensalidades, porém não possui finalidade lucrativa. Nessas instituições de ensino os valores das mensalidades são reinvestidos para manter o funcionamento das faculdades. Exemplos desse tipo são as universidades de caráter confessional, vinculadas às instituições religiosas. Esse é o caso das universidades católicas, metodistas, presbiterianas. Além disso, há as chamadas fundações de direito privado[12] como a Fundação Getúlio Vargas (presente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro).

O outro grupo que atua no setor privado é justamente aquele formado pelas instituições particulares que possuem objetivos lucrativos. Ou seja, atuam como qualquer outra empresa, só que no caso vendendo educação. O lucro vai para o patrimônio dos proprietários – e seus herdeiros – das faculdades. Esse grupo domina o setor de graduação em termos de vagas.

[12] São fundações que mesmo atuando na iniciativa privada, cobrando por seus serviços, têm como objetivo último uma função pública, no qual não há um dono, um proprietário particular. Por exemplo, há hospitais como as Santas Casas espalhadas pelo Brasil que atuam nesse modelo. Outros casos são as fundações que fazem o vestibular das universidades estaduais paulistas: a Fuvest, que faz o vestibular da USP, por exemplo, é uma instituição nesses moldes.

Foi a partir dos anos 1970, e com maior vulto a partir da década de 1990, que se verificou a emergência de médios e grandes grupos de faculdades e universidades privadas com finalidade lucrativa. De olho em um mercado que movimenta bilhões por ano e por um ramo em que não faltam "consumidores" (em sua maioria, jovens que se dirigem para as salas de aula em busca de qualificação para o mercado de trabalho), esses estabelecimentos, gerenciados por grupos nacionais e estrangeiros, estão de olho no número elevado de estudantes que se encontram na educação básica ou que já a concluíram e se deparam com a escassez de oferta de educação pública no Ensino Superior.

Esse cenário, no qual a oferta de Ensino Superior tem se convertido em um mercado rentável, no qual grandes empresas vendem serviços educativos para aqueles que podem pagar por eles, distancia-se da perspectiva da educação como um direito, convertendo a oferta educacional em uma mercadoria, o Ensino Superior em um negócio e os estudantes em clientes. Como consequência, representa grandes riscos para quem está disposto a construir uma trajetória e experiência universitária de qualidade.

Mobilizados pela ampliação dos lucros de seus proprietários, muitas instituições têm adotado estratégias de negócio e de gestão que buscam reduzir os custos dos cursos oferecidos, reverberando negativamente na qualidade dos serviços que oferecem: redução do tempo de formação, enxugamento do currículo, oferta de educação à distância em detrimento de atividades presenciais, baixa exigência de formação de seus docentes, limitada remuneração de seus profissionais, superlotação de salas de aula, restrições de uso de laboratórios e recursos tecnológicos etc. Outra estratégia de alguns estabelecimentos de ensino privado consiste na oferta de cursos com abundante demanda (que muita gente quer fazer) e que, em tese, exigem baixos investimentos em infraestrutura material e pessoal.

Com esses procedimentos, além de ampliar seus lucros, muitos estabelecimentos privados têm conseguido oferecer cursos com mensalidades mais acessíveis aos jovens trabalhadores e oriundos das camadas populares. Mas, em muitos casos, essas instituições funcionam como uma "fábrica de títulos": os estudantes passam por ela, conquistam seu diploma, mas estão longe de acessar uma experiência acadêmica densa, capaz de se converter em um processo significativo de formação humana e profissional.

Na prática
Fique de olho na qualidade!

O Ministério da Educação (MEC) realiza uma série de procedimentos com o intuito de avaliar a qualidade dos estabelecimentos de nível superior existentes no Brasil. É por meio desses procedimentos que o órgão concede, mantém ou suspende a autorização para que instituições de ensino possam oferecer certos cursos ou mantenham suas atividades educativas.

No site do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep) é possível consultar o Índice Geral da Instituição (IGC), um indicador de qualidade que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado) dos estabelecimentos de educação superior de todo o país. Para compor o índice o MEC considera dimensões como: infraestrutura dos estabelecimentos, programa pedagógico, perfil acadêmico do

corpo docente, conceito dos recém-formados obtidos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) etc. O resultado final está em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5).

A consulta ao IGC pode ser um ponto de partida para a pesquisa e comparação de alguns estabelecimentos de ensino. Os estudantes podem ser incentivados a pesquisar notícias, visitar universidades/centros universitários/faculdades, conhecer a infraestrutura e condições materiais de bibliotecas e laboratórios, acompanhar aulas e conversar com profissionais e estudantes.

Ter o diploma do Ensino Superior – no mundo e no Brasil – é um desejo para muitos jovens e, em muitos casos, está relacionado a um projeto de manutenção ou de melhorias das condições de vida que estão, por sua vez, fortemente relacionadas à inserção no mundo do trabalho: conquistar melhores salários e, assim, usufruir de certos hábitos de lazer e cultura, comprar e consumir bens e serviços etc.

Ao construir essa perspectiva, moças e rapazes não estão equivocados, pois essa hipótese é confirmada por muitos estudos. A partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) de 2009, a estudiosa Márcia Marques Carvalho (2011) observou, por exemplo, que o rendimento médio por hora dos concluintes dos cursos de graduação (R$ 54,36) era 2,6 vezes maior que o rendimento médio dos trabalhadores com Ensino Médio completo (R$ 21,07), independentemente da carreira.

Mas é preciso refletir: qualquer diploma basta? Se ter um diploma de nível superior coloca os indivíduos em uma situação vantajosa no mercado de trabalho, é preciso considerar que, no mundo de hoje, qualquer diploma não garante uma trajetória de estabilidade e ascensão social e econômica, ainda que, vale frisar, tê-lo coloque o trabalhador em vantagem quando comparado àqueles que não fizeram o Ensino Superior ou apenas concluíram a educação básica.

Até a década de 1970, passar pela universidade – e eram pouquíssimos os que conseguiam isso – significava ter acesso a postos de trabalho com melhor remuneração e, em grande medida, desfrutar de condições econômicas e sociais muito mais favoráveis do que a maioria da população, que sequer concluía a primeira etapa do que hoje chamamos de educação básica. Mas, desde então, mudanças profundas na economia e na sociedade brasileira balançaram essa relação direta entre possuir escolaridade e obter bons postos de trabalho, estabilidade econômica e uma "vida boa". A flexibilização e precarização dos contratos de trabalho, a redução de empregos no setor público, a exigência de empresas por pessoas cada vez mais diplomadas tiveram e têm até hoje efeitos perversos na vida de todos os trabalhadores brasileiros, inclusive daqueles com nível superior.

Outro aspecto que contribuiu para "balançar" a relação entre diploma e melhores condições sociais é que o mercado de trabalho passou a ficar "saturado" para algumas profissões. Ou seja, passamos a ter muita gente formada para determinadas áreas. Como consequência, muitos diplomados não conseguem atuar no curso que fizeram ou estão sujeitos a processos de seleção acirrados, marcados por um volume grande de candidatos.

Saiba +

Ser bacharel em Direito e não ser advogado

Todo aluno que termina o curso de Direito no Brasil, concluindo a graduação, recebe um diploma de bacharel em Direito ou bacharel em ciências jurídicas. Somente com esse diploma ele não pode, por lei, trabalhar como advogado, nem prestar concurso para a magistratura – juiz – nem para o Ministério Público – promotor. Para poder trabalhar nessas profissões, além de ter a graduação em Direito, é preciso ter sido aprovado em um exame realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), órgão que regula a atividade advocatícia no país.

O Exame de Ordem foi criado em 1963 e tornou-se obrigatório a partir de 1994. É composto por duas fases, ambas de caráter eliminatório: na primeira fase é realizada uma prova objetiva, com questões de múltipla escolha, que cobrem as disciplinas do currículo do curso de Direito. Não é permitida a utilização de qualquer material de consulta. Nessa etapa, são aprovados todos os candidatos que atingirem 50% de acertos de questões válidas. Na segunda fase, é feita uma prova prático-profissional, com valor de 10 pontos, compreendendo duas partes. Uma redação de uma peça profissional privativa de advogado (petição ou parecer), valendo cinco pontos, e cinco questões práticas, sob a forma de situações-problema, valendo um ponto cada.

Dadas essas exigências e a qualidade precária da maioria dos cursos de Direito no país, a cada ano, o índice de aprovados é muito baixo, ficando, em média, em torno de menos de 30% dos candidatos inscritos. A OAB, ao final de cada concurso, costuma divulgar quais são as instituições de onde se origina a maioria dos aprovados e dão a elas um "selo de qualidade" chamado OAB Recomenda. Desde as primeiras edições até hoje, são os cursos de Direito das instituições públicas estaduais e federais e das instituições privadas sem finalidade lucrativa que estão no topo da lista da instituição.

Esse exame tem causado muita polêmica. De um lado, há quem o defenda, argumentando que se trata de um procedimento indispensável para garantir a qualidade dos profissionais que atuam na área do Direito. Para outros, a avaliação é um mecanismo perverso, que tende a culpabilizar apenas o lado mais frágil de um sistema precário de estabelecimentos de Ensino Superior que oferecem educação de qualidade duvidosa ao estudante. O fato é que o exame da Ordem, como é conhecido, é hoje no Brasil passagem obrigatória para os bacharéis em Direito que queiram se tornar advogados, juízes ou promotores.

Queremos chamar atenção para o fato de que decidir onde estudar e que curso realizar é tão importante quanto ter acesso ao Ensino Superior, principalmente no contexto atual, no qual muitos interesses e lógicas, nem sempre comprometidos com uma formação de qualidade e com a produção de novos conhecimentos, se cruzam no campo educacional e, principalmente, com as nossas trajetórias educativas. Não há dúvidas de que existem no país estabelecimentos privados idôneos de Ensino Superior, comprometidos com o ensino de qualidade, com o desenvolvimento de profissionais/cidadãos que são importantes para a sociedade brasileira, mas é preciso estar atento e pesquisar muito para fugir do oportunismo de quem quer lucrar com os sonhos alheios.

Aproveitar oportunidades, sem abrir mão de uma boa experiência

O jovem da escola pública e de baixa renda enfrenta grande obstáculo para conseguir cursar o Ensino Superior privado no Brasil devido à falta de recursos financeiros para pagar as mensalidades das universidades particulares, já que, mesmo trabalhando, não conseguiria pagar pelo curso escolhido e, ao mesmo tempo, dar conta das obrigações de sustento próprio e/ou familiar.

Nesse sentido, o ProUni – Programa Universidade para Todos –, um programa do governo federal que concede bolsas em instituições privadas, cumpre um papel social importante para alunos de baixa renda ao propiciar o acesso deles ao Ensino Superior e, em decorrência, ampliar as suas chances de conseguirem obter maior renda e terem uma ocupação mais qualificada no mercado de trabalho. Entretanto, as instituições e cursos oferecidos no Prouni são de qualidade bastante heterogênea.

É preciso ficar atento à escolha do estabelecimento. Junto a isso, cobrar do Estado, no caso específico, do Ministério da Educação, um maior rigor na fiscalização dessas instituições que ganham isenções de impostos em troca das vagas. Ou seja, não se trata de um presente dado por essas instituições, e, sim, de um direito do jovem de baixa renda que está em questão.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, W. M. *Ampliação do acesso ao Ensino Superior privado lucrativo brasileiro*: um Estudo Sociológico com Bolsistas do ProUni na Cidade de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Márcia Marques de. A Educação Superior no Brasil: o retorno privado e as restrições ao ingresso. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 82-111, 2011.

COSTA, Fabiana de Souza. *O ProUni e seus egressos:* uma articulação entre educação, trabalho e juventude. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, PUC-SP, São Paulo, 2012.

Texto de Apoio 6 | Os jovens e o mundo do trabalho

O mundo do trabalho tem intensa presença na vida juvenil. Desde muito cedo, moças e rapazes deparam-se com perguntas sobre suas escolhas profissionais ou com a necessidade de trabalhar.

Em 2013, uma pesquisa de opinião realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)[13] perguntou a jovens sobre o que gostariam que acontecesse em suas vidas para que se sentissem realizados. O emprego/trabalho representou 48% das respostas de moças e rapazes brasileiros de diferentes regiões do país. O mesmo estudo solicitou que eles indicassem os problemas que mais os preocupavam pessoalmente e, mais uma vez, o trabalho apareceu com destaque: 34% declararam que as questões relacionadas ao emprego ou à profissão eram aquelas que mais os preocupavam. A temática ficou atrás apenas da violência, que foi indicada por 43% dos entrevistados.

Esses resultados não surpreendem. Afinal, no mundo contemporâneo, para milhões de jovens (e também de adultos), ter ou não ter trabalho, especialmente sob a forma de emprego assalariado, é um fator determinante para suas condições de vida e possibilidades de futuro. Daí que ter ou não um trabalho, bem como a qualidade desses postos se constituam tanto numa resposta aos anseios de realização pessoal dos jovens quanto em temas que mobilizam suas preocupações.

Além disso, o cotidiano dos jovens brasileiros, inclusive dos estudantes, não deixa dúvidas sobre a forte presença da juventude no mundo do trabalho. Embora os indicadores nacionais indiquem uma crescente diminuição do número de moças e rapazes com idade entre 15 e 17 anos que conciliam estudo e trabalho em suas vidas, o trabalho, em suas diferentes formas, ainda persiste como realidade para parcela considerável dos estudantes de Ensino Médio do país: em 2011, 6,3 milhões de jovens dessa faixa etária apenas estudavam; 2,4 milhões conciliavam estudo e trabalho ou a busca por trabalho; e 550 mil realizavam atividades domésticas (Sposito e Souza, 2013).

É evidente que os jovens oriundos de famílias da classe trabalhadora ingressam mais cedo no mercado de trabalho, bem como se ocupam mais do trabalho doméstico (especialmente as mulheres jovens). Essas experiências podem se iniciar inclusive antes mesmo da idade legal para o exercício de atividades profissionais ou sem concluir a escolaridade básica. Os motivos desse ingresso mais precoce estão fortemente relacionados às suas condições socioeconômicas e à necessidade de desde cedo “ajudar” no orçamento e prover a subsistência de suas famílias. No entanto, a busca e o interesse de moças e rapazes pelo trabalho também estão associados àquilo que ele possibilita: oportunidades de aprendizado e de conhecer novas pessoas, maior autonomia econômica, acesso ao lazer e à cultura, consumo de novas tecnologias (especialmente celulares e computadores), mobilidade e circulação pela cidade etc.

[13] A SNJ é um órgão do governo federal responsável por formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas voltadas para a juventude. Mais informações: www.juventude.gov.br.

$\frac{\sqrt{2}}{2} = ?$

good night
gute nacht
boa noite
buona-notte
Na_2SO_4

Trabalhos precários e desemprego juvenil

A discussão sobre a relação dos jovens com o mundo do trabalho, muitas vezes, acaba ficando circunscrita às questões relacionadas à inserção deles e, mais especificamente, ao tema do primeiro emprego. No entanto, essa está longe de ser a única faceta dos dilemas da juventude brasileira quando o assunto é trabalho. Uma série de pesquisas tem, por exemplo, chamado atenção para a qualidade dos trabalhos disponíveis para os jovens em nosso país, ou melhor, para a falta de qualidade desses postos.

Nos grandes centros urbanos, por exemplo, o telemarketing tem se convertido num espaço privilegiado de acesso de jovens às suas primeiras ocupações remuneradas. Em 2012, segundo estimativa do Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, Marketing Direto e Conexos (Sintelmark), o setor empregava 1,4 milhão de trabalhadores no Brasil e, grosso modo, era formado por mulheres jovens, no seu primeiro emprego e com Ensino Médio completo, cursado em escolas públicas. Uma das características do setor, segundo o próprio Sindicato, consiste na alta rotatividade de seus trabalhadores, que gira em torno dos 7% ao mês, ou seja, quem ingressa no telemarketing permanece nele, na maioria dos casos, por pouco tempo. Mas como explicar esse entra e sai?

Estudo realizado junto a jovens trabalhadores do setor apontam alguns motivos: a) baixa remuneração; b) pressão por produtividade e cumprimento de metas, ações que acabavam convertendo as centrais de atendimento em espaços de cobrança exacerbada e exposição dos jovens a situações de assédio moral; c) falta de perspectivas de mobilidade profissional. Doenças psicossomáticas e outras relacionadas ao esforço repetitivo - decorrentes do uso excessivo de computadores e do cumprimento de horas extras, para completar a renda ou cumprir metas – também foram indicados como responsáveis pela alta rotatividade de mão de obra do setor (Corrochano e Nascimento, 2007).

Além de enfrentarem condições de trabalho precárias, os jovens sofrem mais com o desemprego. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, enquanto a taxa total de desemprego (referente aos trabalhadores de 16 a 64 anos de idade) era de 8,4%, entre os jovens de 15 a 24 anos essa cifra alcançava 17,8%. Em outras palavras, os índices de desemprego juvenil eram no ano de referência mais do que duas vezes superiores aos dos adultos, o que significa que a população mais jovem encontrava maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho (Guimarães, 2012).

Um olhar mais cuidadoso para os dados estatísticos indica que esse dilema não se coloca do mesmo modo para moças e rapazes e para jovens negros e brancos. Em 2009, a taxa de desemprego juvenil das mulheres jovens (23,1%) era bastante superior à dos homens jovens (13,9%) e os níveis de desocupação dos jovens negros (18,8%) também eram mais elevados do que os dos brancos (16,6%). As desigualdades de gênero e raça ficam ainda mais evidentes quando nos deparamos

[14] A Constituição Federal de 1988 proibia qualquer trabalho aos menores de 14 anos, salvo a condição de aprendiz. Esse limite de idade foi modificado pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, elevando a idade mínima para 16 anos e permitindo aprendizes com idade entre 14 e 16 anos.

com os indicadores das jovens mulheres negras: a taxa de desocupação delas (25,3%) era 12,2 pontos percentuais superior à dos jovens brancos e do sexo masculino (13,1%).

Como entender essas desigualdades? Em um estudo realizado com jovens da cidade de São Paulo, Maria Carla Corrochano (2012) constatou que jovens mulheres são, em alguns casos, inquiridas, em situações de entrevista de emprego, sobre suas vidas afetivas e sexuais, não devendo demonstrar indícios de que possam ou desejem engravidar. Além disso, houve relatos em que a demanda de empregadores por "boa aparência" convertia-se em sinônimo de jovens brancos. Dois depoimentos de jovens participantes do estudo são evidências claras desse tipo de discriminação:

> *(...) quando você vai fazer entrevista, a primeira coisa que eles perguntam é se você é casada, se pretende ter filhos, se pretende, daqui a quanto tempo. Aí ele [empregador] falava: 'você é casada, você tem filho?', 'não', 'vai ter filho daqui a quanto tempo?'. Você tem que falar que não pretende ter filho agora, para conseguir passar para a próxima seleção.*
> *(Adriana, 20 anos, preta, Ensino Médio completo)*

> *A gente ia à agência, eu passei por duas agências, a primeira que eu fui foi a Paulista Promoções, a mulher era muito chata, ela era preconceituosa. Tinha senha, você ligava na sexta-feira para ela te dar a senha, para você trabalhar no sábado e no domingo, então tinha uma senha que era normal e uma especial. A especial eram meninas altas, meninas de cabelos longos, de olho claro e de pele clara e ganhavam mais, R$ 5,00 a mais do que as normais. Primeiro ela escolhia elas e por último, só se faltasse muito mesmo, ela escolhia a gente. Teve até uma vez que ela falou para a menina: "vem você do cabelo ensebadinho". A menina era morena, estava com creme no cabelo, a menina foi, mas se fosse comigo...*
> *(Adriana, 20 anos, preta, Ensino Médio completo)*

Saiba +

Legislação proíbe atos de discriminação

Art. 373A. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado:
I – publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública ou notoriamente, assim o exigir;
II – recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravides, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível;
III – considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;
IV – exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.

Problema de formação?

Um argumento muito recorrente no debate sobre o desemprego juvenil é o de que tal problema é decorrente da falta de formação de moças e rapazes. Os jovens teriam maior dificuldade de encontrar postos de trabalho como consequência do déficit de credenciais, qualificação e experiência que os tornaria pouco adequados para ocupar os postos de trabalho existentes. Essa ideia tem ganhado grande visibilidade nos meios de comunicação, como consequência, sobretudo, da percepção de alguns empresários e economistas de que o mercado de trabalho brasileiro vivenciaria ou teria um problema congênito de "apagão da mão de obra qualificada", o que seria um grande obstáculo para o aumento da produtividade das empresas e para o desenvolvimento econômico do país.

É evidente que, no mundo capitalista, em que o mercado de trabalho é marcado pela intensa disputa de trabalhadores por um emprego, especialmente daqueles de melhor qualidade e status, a formação pode fazer a diferença. No entanto, é preciso tomar cuidado ao estabelecer uma relação estreita entre qualificação profissional e as chances de obter um posto de trabalho, como se formação fosse um antídoto para o desemprego juvenil. O sobrepeso dado à formação pode fazer com que os jovens sintam-se constantemente responsáveis não somente pelo que fazem, mas também por aquilo que não fazem, responsabilizando-os exclusivamente por situações que dizem respeito a fenômenos complexos, cuja resolução não se dá a partir da ação individual.

Por exemplo, um significativo conjunto de estudos dos anos 1990 e início dos anos 2000 revelou, por meio de diagnósticos bastante precisos, que essa população foi atingida de maneira mais intensa pela crise econômica e pela desestruturação do mercado de trabalho. O mesmo período, con-

tudo, foi marcado por um aumento expressivo da escolaridade da população juvenil, especialmente de moças e rapazes oriundos de famílias pobres e da classe trabalhadora, que se beneficiaram das políticas com vistas à universalização do Ensino Fundamental e massificação do Ensino Médio. Essa realidade vivida pela geração de jovens brasileiros da década de 1990 é um indício de que os fatores não estão diretamente associados.

Além disso, como vimos no tópico anterior, há fortes indicativos de que os processos de seleção de trabalhadores não estão exclusivamente pautados por critérios objetivos como a formação e a experiência dos possíveis candidatos aos postos de trabalho existentes. Os indicadores nacionais mostram que moças e rapazes negros e, especialmente as jovens negras e mães encontram maior dificuldade de inserção, revelando práticas discriminatórias. Além disso, a situação menos vantajosa de certos grupos acena para os efeitos que a cultura (que faz com que as mulheres assumam exclusivamente o trabalho doméstico e os cuidados dos filhos) e a ausência de certas políticas sociais (por exemplo, creches públicas) podem ter nas possibilidades de inserção desse segmento no mundo do trabalho.

Também é preciso pensar na própria dinâmica econômica e política que estrutura o mundo de trabalho e, por consequência, as oportunidades laborais disponíveis num dado momento histórico e/ou contexto social. O modelo de desenvolvimento de um país, a existência de conflitos ou guerras civis, os impactos de uma crise econômica mundial, as disputas comerciais, as mudanças tecnológicas são apenas algumas dimensões que estruturam e afetam fortemente o mundo do trabalho nos diferentes países, inclusive no Brasil, relativizando a ideia de que o problema é a formação dos trabalhadores, sejam eles jovens ou adultos.

Lançado em 2013, um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a situação de trabalho da juventude de diferentes países do mundo é bastante ilustrativo dessa situação. O documento destaca que nos países desenvolvidos, mais fortemente afetados pela crise mundial financeira que começou em 2008, o desemprego juvenil tem se convertido num drama social, fazendo com que muitos jovens simplesmente desistam de procurar uma atividade remunerada ou obrigando moças e rapazes a serem menos seletivos no tipo de trabalho que eles vão desenvolver. Segundo o relatório, muitas vezes, esses jovens têm competências para assumir um trabalho melhor, mas devem submeter a trabalhos considerados inferiores e sem estabilidade, pois nas economias avançadas os empregos estáveis são cada vez mais escassos para os jovens, mesmo que a formação e a educação sejam maiores.

Políticas públicas de juventude e trabalho

No Brasil, desde meados da década de 1990, o reconhecimento da maior fragilidade dos jovens no mundo do trabalho tem mobilizado organizações da sociedade civil e gestores governamentais a construírem estratégias capazes de ampliar as chances de inserção profissional e permanência dos jovens nesse universo. As medidas são de várias ordens, mas concentram-se, sobretudo, na elevação

da escolaridade e da qualificação profissional da juventude (Corrochano, 2011). Há, contudo, alguns caminhos que buscam promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Lei da Aprendizagem – Este é o caso da Lei n. 10.097/2000. Ela determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional. O contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, com duração máxima de dois anos, anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Mas quem pode ser um aprendiz? Podem se tornar jovens aprendizes moças e rapazes com idade entre 14 e 24 anos[15], inscritos em um programa de aprendizagem oferecido por uma instituição que ofereça qualificação profissional e seja reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Caso o jovem não tenha concluído o Ensino Médio, deverá conciliar a frequência à escola com as atividades de qualificação profissional oferecidas pela entidade e a jornada de trabalho.

O jovem participante recebe um salário mínimo e todos os direitos trabalhistas e previdenciários lhe são garantidos. O aprendiz contratado tem direito a 13º salário e a todos os benefícios concedidos aos demais empregados. Além disso, suas férias devem coincidir com o período de férias escolares. É importante ressaltar que a jornada de trabalho e qualificação profissional dos jovens não pode ultrapassar seis horas diárias, para quem ainda não concluiu o Ensino Fundamental, e até oito horas diárias para aqueles que já concluíram a primeira etapa da educação básica.

Estágio de Ensino Médio – O estágio consiste num outro caminho de inserção de jovens no mundo do trabalho, inclusive quando estes se encontram na educação básica. É o que determina a Lei n. 11.788, que passou a vigorar em 2008. Segundo a legislação, podem estagiar estudantes a partir dos 16 anos, que estejam matriculados e frequentando regularmente cursos de Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Superior ou Ensino Fundamental profissionalizante, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O estágio é previsto em nossa legislação como uma atividade de caráter educativo, que deve contribuir, sobretudo, para o processo de formação dos estudantes (de diferentes níveis e modalidades de ensino) a partir de atividades práticas realizadas num determinado espaço e contexto de trabalho. Justamente por seu caráter complementar à educação formal, a celebração de um contrato de estágio está condicionada ao acompanhamento efetivo de um "professor orientador" do estabelecimento de ensino ao qual o jovem está vinculado, bem como de um supervisor vinculado à instituição responsável pela concessão do estágio[16]. Ao professor orientador compete acompanhar e avaliar as atividades de estágio.

[15] O limite etário não se aplica para jovens com deficiência.

Ponto de discussão!
Conciliação estudo, trabalho e qualificação profissional

A jornada de jovens aprendizes foi tema da pesquisa de mestrado realizada pela psicóloga Andréa Aparecida da Luz, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Entre os anos de 2008 e 2010, ela acompanhou 40 moças e rapazes, com idade entre 14 e 20 anos de idade, que participavam de um curso de preparação para o mercado de trabalho em uma organização não governamental (ONG) localizada na zona sul de São Paulo. A instituição também era responsável por encaminhar esses adolescentes, seja como aprendizes seja como estagiários, para empresas parceiras.

Entre os jovens investigados – que trabalhavam durante o dia, estudavam no período noturno e frequentavam os programas de aprendizagem ou de estágio ofertados pela ONG –, a pesquisadora constatou uma extrema dificuldade em conseguir equacionar o tempo entre as diferentes atividades realizadas e, ao mesmo tempo, manter uma vida saudável. A jornada semanal dos participantes chegava a até 65 horas semanais, desigualmente distribuídas: 40 horas entre o trabalho e o acompanhamento da ONG e até 25 horas semanais de estudo. Isso sem considerar os intervalos de deslocamento das moças e rapazes entre casa-trabalho-ONG-escola.

Como consequência, os adolescentes, segundo ela, acabam "abrindo mão" de atividades de lazer e do convívio com parentes e amigos. A pesquisadora constatou ainda que alguns jovens queixaram-se de queda no desempenho escolar, perda ou ganho excessivo de peso e distúrbios do sono e na capacidade de concentração como efeitos da jornada excessiva de atividades. Eles também relataram ter consumido mais café, refrigerante e doces para ficarem mais tempo acordados ou menos sonolentos e problemas relacionados a dores musculares, problemas gastrointestinais e estresse.

Para a pesquisadora, o estudo demonstrou que é preciso fazer mudanças na legislação, visto que a inserção dos jovens no mercado de trabalho na condição de aprendizes não deveria prejudicá-los em dimensões importantes para a sua inserção social e cidadania: educação, cultura, vida familiar etc.

[16] A legislação também prevê a existência de serviços de agentes de integração de estágio públicos e privados, com vistas a auxiliar a relação entre escola-empresa mediante: identificação de oportunidades de estágio; ajustamento das condições de sua realização; acompanhamento administrativo; cadastramento de estudantes e escolas. É importante destacar que a legislação veta a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços desses agentes.

Referências bibliográficas:

CORROCHANO, Maria Carla. *O trabalho e sua ausência*: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2012.

_____. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). *Juventude em pauta:* políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011, p. 45-72.

_____; NASCIMENTO, Érica. Jovens, sindicato e trabalho no setor do telemarketing. São Paulo: Ação Educativa, 2007. (Relatório Técnico da Pesquisa Juventude e Integração Sul-americana).

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. *Perfil do trabalho decente no Brasil:* um olhar sobre as unidades da federação durante a segunda metade da década de 2000. Brasília: OIT Brasil, 2012.

LUZ, Andréa Aparecida da. *Percepção de jovens aprendizes e estagiários sobre condições de trabalho, escola e saúde após o ingresso no trabalho.* 2010. (Dissertação) – Mestrado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2010.

MTE. *Manual da aprendizagem*: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. Disponível em: <http://www.aprendizlegal.org.br/custom/documents/Manual%20Aprendizagem_MTE.PDF>. Acesso em: 11 fev. 2014.

OIT. *Tendencias mundiales del empleo juvenil 2013*: una generación en peligro. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: <http://www.ilo.org/>. Acesso em: 11 fev. 2014.

SPOSITO, Marilia Pontes; SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para análise sobre o Ensino Médio no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora. *Sociologia do Ensino Médio:* crítica ao economicismo na política educacional. – São Paulo: Cortez, 2013.

Mat

Materiais de Apoio

África
POVOS e CULTURAS
POVOS
NELSON MANDELA
Martin Luther King Jr.
Fotografias

Material de Apoio 1 | Questionário de valores[1]

1) O mercado de trabalho é o elemento fundamental a ser levado em conta na escolha profissional.

Concordo Discordo

2) Algumas profissões são mais adequadas para homens e outras mais adequadas para mulheres.

Concordo Discordo

3) Qualquer pessoa é livre para escolher a profissão que deseja.

Concordo Discordo

4) O fato de um aluno gostar mais de Física, Química e Matemática indica que ele deve escolher uma profissão da área de Exatas. Da mesma forma, gostar mais de Biologia ou História, Geografia e Português indica que deve escolher, respectivamente, uma profissão da área de Biológicas ou Humanas.

Concordo Discordo

5) Todos têm igual oportunidade de passar no vestibular, depende apenas do esforço de cada um.

Concordo Discordo

6) Todas as profissões têm a mesma importância.

Concordo Discordo

7) O ser humano nasce com certas tendências que apontam para determinadas profissões.

Concordo Discordo

8) A escolha profissional é uma das mais, senão a mais importante escolha que o ser humano realiza em toda a sua vida.

Concordo Discordo

[1] Fonte: NACE Orientação Vocacional

Material de Apoio 2 | Uma nova forma de classificação das profissões[2]

GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4
Profissões ligadas aos recursos naturais Aproveitam eou conservam os recursos naturais, isto é, lidam com a flora e a fauna, potencial hídrico etc.	**Profissões artísticas e de entretenimento** Criam e/ou executam obras de arte ou divertimentos.	**Profissões assistenciais** Buscam o bem-estar social, físico, psicológico das pessoas. Estão ligadas à proteção, à assistência, aos cuidados pessoais ou aos cuidados domésticos.	**Profissões científicas** Buscam novos conhecimentos ou a explicação dos fatos. São os pesquisadores, ou cientistas, que procuram entender o que ainda não foi explicado.

[2] Fonte: NACE - Orientação Vocacional, a partir de proposta elaborada por Maria Amélia Goldberg.

GRUPO 5	GRUPO 6	GRUPO 7	GRUPO 8
Profissões de contato comercial Vendem objetos ou ideias, "convencendo" o cliente ou consumidor.	**Profissões culturais** Conservam e/ou transmitem os conhecimentos que a civilização acumulou em qualquer área.	**Profissões de organização** Planejam, dirigem e controlam o funcionamento das empresas públicas ou particulares. Garantem um funcionamento tão eficiente quanto possível.	**Profissões tecnológicas** Aplicam técnicas e conhecimentos para a produção e/ou manutenção de objetos, máquinas ou processos.

Material de Apoio 3 | Baralho de profissões

O baralho de profissões encontra-se disponível no site: <www.tonorumo.org.br>.

Material de Apoio 4 | Baralho de trajetórias profissionais

1

FICHA DE DESCRIÇÃO

João Pedro tem 53 anos e é designer gráfico. Há 22 anos ele presta consultoria para empresas e órgãos governamentais; seu trabalho consiste em criar para essas empresas programas de identidade visual, marcas, logotipos e projetos gráficos de livros, revistas e folhetos em geral. João também cria projetos de embalagens, sites e projetos de sinalização ambiental.

1

EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

Terminou o Ensino Médio, antigo colegial, quando tinha 17 anos. Depois de dois anos de tentativas frustradas, conseguiu ingressar no Ensino Superior, no curso de Arquitetura, numa importante universidade pública. Foi lá que realizou os primeiros projetos gráficos para a edição de revistas. Já formado, realizou dois cursos de especialização voltados para produção de projetos de identidade visual e uma série de cursos de curta duração e de atualização.

2

FICHA DE DESCRIÇÃO

Maria Fernanda tem 31 anos e é coordenadora de moda de uma loja de departamento. Nesta função ela é responsável por realizar pesquisas de tendência, antecipando o que vai ser moda nas próximas coleções. Ela acompanha desfiles, faz pesquisas de comportamento, realiza levantamentos de cores, aviamentos, acessórios, tecidos e estampas que não podem faltar nas vitrines. Seu trabalho orienta a produção de empresas que fornecem todo tipo de materiais para a produção de roupas e acessórios.

2

EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

Terminou o Ensino Médio aos 17 anos. Dois anos depois ingressou num curso técnico em Vestuário, em uma escola privada. Frequentou um curso livre de Desenho de Moda, mas não chegou a concluí-lo. Com 21 anos ingressou em uma faculdade particular e em três anos formou-se no curso de Tecnólogo em Vestuário. Já graduada, foi fazer cursos de inglês para acompanhar as tendências internacionais do mundo da moda. Atualmente, realiza uma pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Varejo.

3

FICHA DE DESCRIÇÃO

Cauê tem 26 anos e é designer gráfico. Trabalha para uma organização não governamental (ONG), onde é responsável por toda a parte gráfica de fôlderes, banners, adesivos, convites, livros e revistas publicados pela instituição. Há dois anos, em parceria com um amigo, abriu uma agência de publicidade com a finalidade de desenvolver projetos gráficos e de web design para outras instituições governamentais ou não governamentais.

3

EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

Em 2004, aos 17 anos, matriculou-se num curso técnico de Processamento de Dados. Não tinha muita ideia do que era o curso, mas foi lá que teve os primeiro contato com projetos e trabalhos de design voltados para a internet. Após concluir o curso técnico, aos 19 anos, ingressou em um curso de nível superior, onde se formou como tecnólogo em Design Gráfico. Em 2010, concluiu seu segundo curso de nível superior, tornando-se bacharel em Publicidade e Propaganda.

4 FICHA DE DESCRIÇÃO

Denise tem 33 anos e uma vida profissional bastante agitada. Durante o dia ela atua como analista de suporte de uma pequena editora de livros, onde é responsável pela manutenção de computadores, pelo apoio aos usuários e pela gestão da rede e conexões de internet. Há três anos, todas as noites, ela trabalha como professora de Língua Portuguesa para estudantes do Ensino Médio numa escola pública. Nos finais de semana ela planeja suas aulas, busca manter a leitura em dia e se atualizar sobre informática.

4 EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

Aos 17 anos foi atrás de um curso técnico em Processamento de Dados. No mesmo período, fez um curso de qualificação profissional de manutenção de computadores e passou a treinar seus conhecimentos concertando equipamentos de amigos. Aos 19 anos ingressou num cursinho pré-vestibular, onde descobriu seu enorme interesse pela literatura. Aos 25 anos ingressou no curso de licenciatura em Letras, concluído quatro anos depois. Agora participa de um curso de especialização de professores de Língua Portuguesa.

5 FICHA DE DESCRIÇÃO

Roberto Carlos tem 54 anos e, atualmente, gerencia a implantação de programas ambientais que buscam minimizar os impactos de grandes obras à natureza– como a construção de usinas hidrelétricas, de estradas e de portos. Seu trabalho consiste, entre outras coisas, em implementar sistemas capazes de monitorar a qualidade da água de uma represa, por em prática planos de salvamento de animais e plantas silvestres e até mesmo do remanejamento de grupos humanos.

5 EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

Em 1982, aos 22 anos, concluiu o curso de Geologia em uma universidade. Recém-formado, foi trabalhar numa empresa pública, compondo uma equipe de pesquisadores que conduziam um estudo sobre bacias de petróleo no litoral brasileiro. Aos 28 anos ingressou em um curso de pós-graduação em Sismologia. Apesar de realizar todas as disciplinas exigidas pelo curso, não apresentou sua dissertação de mestrado e abandonou a pós. Já com 32 anos ingressou novamente numa pós-graduação, onde se tornou mestre em Geologia Ambiental.

6 FICHA DE DESCRIÇÃO

Léa tem 33 anos e é jornalista. Começou sua trajetória anunciando, no meio da rua, promoções de lojas de roupas numa área de comércio popular. Trabalhou em uma agência de publicidade e, durante cinco anos, foi repórter de rádio. Atualmente, trabalha para uma organização não governamental (ONG), onde é responsável pela coordenação e gestão de projetos de comunicação: produz os conteúdos do site, coordena campanhas, gerencia as páginas de redes sociais, atende a demanda de jornalistas etc.

6 EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

Em 2004, concluiu a faculdade de Jornalismo. Nessa época já dominava o inglês e o espanhol, línguas que aprendeu frequentando cursos de idiomas. Em 2008, participou de um curso de qualificação profissional, oferecido pela empresa em que trabalhava e que tinha como tema a atuação do jornalista numa época marcada pela popularização da internet. O tema mobilizou seu interesse e, a partir daí, passou a participar de encontros e seminários sobre o assunto. Em 2012, concluiu o curso de pós-graduação em Gestão de Mídias Sociais.

FICHA DE DESCRIÇÃO

7

André tem 33 anos e é químico. Ele trabalha em uma fábrica, onde desenvolve produtos e equipamentos para a indústria e para a área da construção civil. A maior parte do seu trabalho é realizada em um laboratório, realizando pesquisas sobre matérias-primas e novos produtos que possam melhorar o desempenho e a durabilidade de lixas, equipamentos de pintura e discos de corte produzidos pela empresa em que trabalha.

EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

7

Estudou em escola pública até a conclusão do Ensino Médio. Tentou, por dois anos, ingressar em uma universidade pública no curso de Farmácia. Por fim, decidiu cursar Química numa universidade particular, pois já estava trabalhando na área. Entrou na graduação aos 19 anos. Durante a graduação fez um curso de inglês, que durou cinco anos. Dois anos após a conclusão da graduação, iniciou uma pós-graduação na área de Engenharia de Produção, que durou dois anos.

FICHA DE DESCRIÇÃO

8

Ignácio tem 54 anos e, há cinco anos, é coordenador pedagógico de uma escola pública da cidade de São Paulo. Em diálogo com professores, ele busca identificar as demandas educativas dos estudantes e, a partir disso, construir propostas educativas e projetos que respondam a essas necessidades. Também apoia o trabalho da direção da escola, lidando com as demandas de gestão e organização do espaço escolar.

EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

8

Com 24 anos ingressou no curso de graduação em Sociologia. Já formado, lecionou em aulas de História para o Ensino Fundamental e de Sociologia para o Ensino Médio. Quando completou 45 anos, resolveu retomar os estudos, ingressando no curso de graduação em Pedagogia. Atualmente, frequenta um curso de pós-graduação lato sensu, que tem como tema a relação entre educação e direitos humanos.

FICHA DE DESCRIÇÃO

9

Mário tem 26 anos e há três atua como comissário de bordo. Sua rotina é marcada por muitas viagens, nas quais está incumbido de prestar assistência aos passageiros a bordo do avião e orientá-los sobre os procedimentos de segurança. Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Maceió (AL) e Salvador (BA) são os destinos mais frequentemente realizados por ele.

EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

9

Depois de concluir o Ensino Médio aos 18 anos, matriculou-se em um curso de qualificação profissional de comissário de bordo, reconhecido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Após a conclusão do curso, se submeteu e foi aprovado nas provas que compõem o exame da ANAC. Antes de ingressar na empresa em que trabalha atualmente, participou de outros cursos de qualificação para atuar no setor. Há três anos, frequenta aulas de inglês e espanhol.

10

FICHA DE DESCRIÇÃO

Marcos, 36 anos, é juiz e atua como professor em cursos de pós-graduação na área do Direito. Sua rotina consiste em ler processos e presidir audiências, nas quais busca colher provas e resolver conflitos – geralmente envolvendo trabalhadores, seus patrões ou tomadores de serviços.

10

EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

Aos 22 anos terminou o curso de graduação, obtendo o título de bacharel em Direito. No mesmo ano, realizou a prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), onde obteve licença para advogar. Atuou como advogado por 10 anos, sendo que nos últimos cinco, conciliou o trabalho com estudos preparatórios para o concurso público de magistrado: realizou uma pós-graduação (*lato sensu*) em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho e vários cursos preparatórios para o exame. Foi aprovado, em 2009, depois de 12 tentativas.

11

FICHA DE DESCRIÇÃO

Jaqueline tem 27 anos e há cinco anos atua como professora de Francês. Ela trabalha em uma escola particular, onde leciona este idioma para dez turmas que possuem diferentes níveis de familiaridade com o idioma. Seus alunos são, na maioria, jovens e adultos que são apaixonados pela cultura francesa ou que precisam aprender o idioma em decorrência de exigências do mundo do trabalho. Ela gosta muito de dar aulas e, num futuro próximo, quer lecionar em uma universidade, como professora de literatura de países francófonos.

11

EXPERIENCIA E FORMAÇÃO

Aos 15 anos ingressou em um curso técnico integrado ao Ensino Médio de mecânica. Realizou um estágio, mas nunca conseguiu um emprego na área. Aos 17 anos ingressou no Ensino Superior no curso de Ciências Sociais e, um ano depois de concluir a graduação, conseguiu uma bolsa de estudos para fazer um curso de pós-graduação latu sensu na cidade de Quebec, no Canadá. Foi lá que teve o primeiro contato coma língua francesa. De volta ao Brasil, frequentou cursos livres e atualmente faz um mestrado (pós-graduação *stricto sensu*).

Material de Apoio 5 | Caminhos de formação profissional

Caminhos de formação profissional

Estudantes de todas as idades preocupados com o futuro profissional buscam, em diferentes caminhos de formação, oportunidades para ampliar seus conhecimentos e melhorar suas chances no mercado de trabalho. No entanto, em nosso país, os caminhos de formação e qualificação profissional não são lineares e é preciso muito cuidado na hora de escolher um curso, para não cair nas mãos de instituições oportunistas, interessadas apenas no dinheiro do aluno. Investir em capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização é importante, mas buscar mais informações antes de fazer o investimento é fundamental.

Ao escolher uma instituição de ensino, o estudante deve procurar saber se ela é confiável. Quanto mais respeitada for a instituição junto à sociedade, mais respeitado será o certificado ou diploma emitido. Por isso, busque informações sobre a instituição que está oferecendo o curso, qual a formação dos professores que ministrarão as aulas e a avaliação dos estudantes que já passaram pelas atividades e cursos oferecidos por ela.

Outro cuidado a tomar é conhecer o conteúdo programático do curso, isto é, a lista de conhecimentos com os quais o aluno entrará em contato ao longo das aulas. Não se deixe levar por nomes pomposos e verifique de fato o que é oferecido. Por exemplo, uma empresa especializada em educação profissional oferece um curso de “Operador de Sistemas”, porém, os conteúdos que compõem o programa são: Windows, Word, Excel, Internet e Outlook, PowerPoint, Access, Linux e Open Office. Ou seja, diferentemente do que sugere o nome, trata-se de um curso de informática para iniciantes.

Além disso, é necessário avaliar se o curso é adequado à idade e à formação prévia da pessoa. Em outro exemplo, uma instituição dedicada a programas de treinamento oferece cursos nas áreas de Gestão Empresarial, Informática e Turismo e Hotelaria para qualquer estudante acima de 12 anos. É pouco provável que uma formação em Gestão Empresarial ou Turismo e Hotelaria seja adequada a pessoas tão jovens.

Também é bom saber a diferença entre cursos livres, de qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio, de nível superior etc. Segue abaixo um breve glossário sobre esses diferentes tipos de formação:

Cursos livres: São todos aqueles que não fazem parte do sistema oficial de ensino e incluem, por exemplo, cursos de idiomas, informática, cursinhos preparatórios para o vestibular, cursos de artes e esportes, bem como todos os cursos de qualificação profissional que não sejam de nível médio ou superior. Eles não estão sujeitos à regulamentação do Ministério da Educação ou de qualquer outro órgão público e não dependem de escolaridade prévia. Esses cursos não estão autorizados a emitir diplomas, mas podem oferecer certificados.

Ensino técnico: Refere-se normalmente a uma educação profissional realizada em escolas de nível médio ou em outras instituições que conferem diplomas profissionais. É voltado para estudantes de Ensino Médio ou pessoas que já possuam este nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia das secretarias estaduais de educação ou secretarias estaduais de ciência e tecnologia, dependendo da unidade da Federação.

O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza na internet um Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O material pode ser acessado no endereço eletrônico: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct>. (Acesso em: 13 set. 2013). Os cursos técnicos são ofertados no Brasil nas seguintes modalidades:

- *Integrado*: ao terminar o Ensino Fundamental, o estudante faz uma única matrícula no estabelecimento de ensino especializado. No final da formação, o aluno recebe certificado de conclusão do Ensino Médio e diploma do curso técnico.

- *Concomitante*: o estudante faz duas matrículas em escolas diferentes, em uma escola de Ensino Médio e em outra que oferece o curso técnico. Ao final, o estudante recebe dois certificados de conclusão, mas de estabelecimentos distintos.

- *Subsequente*: o estudante faz o curso técnico depois de terminar o Ensino Médio, ou seja, depois de concluir a educação básica.

Ensino superior: O Ensino Superior é o nível mais elevado do sistema educacional brasileiro, referindo-se normalmente a uma educação realizada em universidades, faculdades, institutos, escolas superiores ou outras instituições que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais. No país, é composta de três modalidades: 1) cursos sequenciais; 2) graduação – que compreende os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico; e 3) pós-graduação, nos quais os estudantes podem optar pela realização de cursos de especialização, mestrado profissional, mestrado acadêmico ou doutorado.

Cursos sequenciais: são cursos de nível superior de curta duração (média de dois anos) que oferecem o ensino de habilidades específicas em determinadas áreas. Por exemplo, na área de computação, pode-se ter um curso sequencial em redes de computadores. Ou, em vez de fazer uma graduação de quatro anos em Administração de Empresas, o aluno pode entrar em um curso sequencial de Recursos Humanos.

Cursos de graduação: requerem formação mais longa, acadêmica ou profissionalmente do que os cursos sequenciais, estando voltados para a formação de diplomados em diferentes áreas do conhecimento. Abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, estão subdivididos da seguinte maneira:

- *Cursos tecnológicos*: são cursos centrados numa formação de caráter prático e que buscam atender a demandas do mercado de trabalho. Embora o nome remeta a profissões estritamente tecnológicas, os cursos tecnológicos abrangem um universo bastante significativo de áreas de atuação.

- *Cursos de licenciatura*: são cursos voltados para a formação de professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. De modo geral, os currículos desses cursos englobam questões que dizem respeito tanto aos conhecimentos específicos quanto à educação e à relação ensino e aprendizagem.

- *Cursos de bacharelado*: os bacharelados proporcionam a formação exigida para que se possa exercer uma profissão regulamentada por lei ou não. Na maior parte dos cursos é expedido o título de bacharel, como em Administração e Direito.

- *Pós-graduação*: o acesso à pós-graduação exige a conclusão da graduação e são oferecidos a partir de duas modalidades:

- Os *cursos de pós-graduação lato-sensu*: fazem parte dessa modalidade de formação pós-educação superior os cursos de especialização e também os cursos designados como Master Business (MBA). Com duração mínima de 360 horas, eles concedem aos participantes certificados de participação (e não diploma).

- Os *cursos de pós-graduação stricto sensu*: são oferecidos por instituições de nível superior a partir de seus programas de mestrado e de doutorado. O tempo de formação varia de acordo com cada área de conhecimento e instituição, mas em geral, têm duração de dois anos (mestrado) até quatro anos (doutorado). Ao final da formação, o participante adquire o diploma de mestre ou de doutor numa determinada área de conhecimento.

Material de apoio 6 | Três roteiros para elaborar um currículo

Roteiro A | Orientações para elaboração de um currículo

O currículo é o cartão de visitas do profissional que está procurando uma oportunidade no mercado de trabalho. Por isso, torná-lo atraente em meio à grande concorrência é fundamental, e existem técnicas que podem ajudar a compor um bom documento de apresentação de suas credenciais e competências profissionais.

Duas regras são básicas neste processo de elaboração: atenção total ao português e não mentir nas informações no currículo. Além disso, é importante passar informações de forma clara, objetiva, sem exagerar. O curriculum vitae tem que ser absolutamente objetivo e sucinto. Não deve ultrapassar duas páginas, duas páginas e meia, e as informações devem ser baseadas em fatos, números e realizações. lguns itens importantes que devem estar contidos neste documento:

Dados pessoais:

Experiências profissionais (em ordem cronológica e descendente):

Formação acadêmica:

Conhecimentos em informática:

Idiomas:

Objetivos (cargo ou área de atuação de interesse):

outros cursos e experiências avaliados como importantes:

A partir dessas orientações, em grupo, construa um currículo fictício de uma pessoa que tem aproximadamente 30 anos e uma experiência profissional de 10 anos de trabalho. Mãos à obra e boa sorte!

Roteiro B | Orientações para elaboração de um currículo

O currículo é o cartão de visitas do profissional que está procurando uma oportunidade no mercado de trabalho. Por isso, torná-lo atraente em meio à grande concorrência tornou-se fundamental, e existem técnicas que podem ajudar a compor um bom documento de apresentação de suas credenciais e competências profissionais.

Duas regras são básicas neste processo de elaboração: atenção total ao português e não mentir nas informações no currículo. Além disso, é importante passar informações de forma clara, objetiva, sem exagerar. O *curriculum vitae* tem que ser absolutamente objetivo e sucinto. Não deve ultrapassar duas páginas, duas páginas e meia e as informações devem ser baseadas em fatos, números e realizações.

A seguir, alguns itens importantes que devem estar contidos neste documento:

1) Dados pessoais: nome completo, idade, endereço, dois telefones (fixo e celular) e e-mail. Números de documentos não devem ser colocados. Blogs e portfólios on-line devem ser incluídos apenas se bem elaborados e com clara motivação profissional.

2) Experiência: além dos períodos nos quais trabalhou e o nome das empresas, pontue algumas das atividades realizadas.

3) Formação acadêmica: apenas coloque os nomes das instituições e as datas de conclusão dos cursos de nível técnico e superior. Comece pelo título maior!

4) Conhecimentos em informática: informe as ferramentas tecnológicas das quais têm domínio e o nível de conhecimento de cada uma.

5) Idiomas: coloque apenas a língua e nível de conhecimento (fluência, ou não, na escrita, leitura e escrita). Instituição de ensino é irrelevante. A exceção são cursos no exterior.

6) Objetivo: deve ser o mais claro possível e conter exatamente qual cargo a pessoa deseja ocupar na empresa. É recomendável colocar apenas uma área de atuação.

7) Cursos: esqueça cursos de desenvolvimento pessoal, como culturais e hobbies; priorize apenas aqueles relacionados à área almejada.

A partir dessas orientações, em grupo, construa um currículo fictício de uma pessoa que tem aproximadamente 30 anos e uma experiência profissional de 10 anos de trabalho. Boa sorte!

Roteiro C | Orientações para elaboração de um currículo

O currículo é o cartão de visitas do profissional que está procurando uma oportunidade no mercado de trabalho. Por isso, torná-lo atraente em meio à grande concorrência tornou-se fundamental, e existem técnicas que podem ajudar a compor um bom documento de apresentação de suas credenciais e competências profissionais. Duas regras são básicas neste processo de elaboração: atenção total ao português e não mentir nas informações no currículo. Além disso, é importante passar informações de forma clara, objetiva, sem exagerar. O *curriculum vitae* tem que ser absolutamente objetivo e sucinto. Não deve ultrapassar duas páginas, duas páginas e meia e as informações devem ser baseadas em fatos, números e realizações. A seguir, alguns itens importantes que devem estar contidos neste documento:

1) Dados pessoais: nome completo, idade, endereço, dois telefones (fixo e celular) e e-mail. Números de documentos não devem ser colocados. Blogs e portfólios on-line devem ser incluídos apenas se bem elaborados e com clara motivação profissional.

2) Experiência: além dos períodos nos quais trabalhou e o nome das empresas, pontue algumas das atividades realizadas.

3) Formação acadêmica: apenas coloque os nomes das instituições e as datas de conclusão dos cursos de nível técnico e superior. Comece pelo título maior!

4) Conhecimentos em informática: informe as ferramentas tecnológicas das quais têm domínio e o nível de conhecimento de cada uma.

5) Idiomas: coloque apenas a língua e nível de conhecimento (fluência, ou não, na escrita, leitura e escrita). Instituição de ensino é irrelevante. A exceção são cursos no exterior.

6) Objetivo: deve ser o mais claro possível e conter exatamente qual cargo a pessoa deseja ocupar na empresa. É recomendável colocar apenas uma área de atuação.

6) Cursos: esqueça cursos de desenvolvimento pessoal, como culturais e hobbies; priorize apenas aqueles relacionados à área almejada.

A partir dessas orientações, em grupo, construa um currículo fictício de uma pessoa que tem aproximadamente 30 anos e uma experiência de 10 anos de trabalho. Essa pessoa irá participar do processo seletivo de uma empresa que atua no ramo de **confecção de roupas femininas** e que, no momento, procura uma **estilista** para compor sua equipe. Além de formação técnica e experiência, a referida empresa indicou ser desejável fluência nas **línguas inglesa** e **espanhola**. Também serão apreciados **portfólios de trabalhos** durante a entrevista. Por isso, é recomendável a construção de um painel com imagens e fotografias de trabalhos anteriores. Boa sorte!

Material de Apoio 7 | Agenda de trabalho decente para a juventude

Jovens e direito ao trabalho

Lançada em junho de 2011, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil apresenta um conjunto de propostas voltadas para a promoção do trabalho decente para os jovens de 15 a 29 anos. O documento resulta de discussões que reuniram um conjunto heterogêneo de pessoas para refletir sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho: gestores públicos, lideranças sindicais, Ongs, associações e organizações juvenis, movimentos sociais etc.

De um lado, o documento reafirma a necessidade de que sejam criados mecanismos que coíbam o trabalho infantil e que sejam aplicadas medidas que assegurem o respeito à idade mínima considerada legal para ingresso no trabalho no Brasil, que é de 16 anos, com exceção das situações de aprendizagem protegidas pela Lei 10.097/2000, nas quais o trabalho é permitido a partir dos 14 anos. De outro, busca avançar na discussão sobre as condições mais adequadas para que moças e rapazes possam ingressar e permanecer no mundo do trabalho em condições dignas, tendo acesso a seus direitos e à proteção social.

A ideia é que o documento sirva de base para a formulação de um Plano Nacional, capaz de dar diretrizes para políticas públicas e para programas que melhorem a inserção e as condições de trabalho de moças e rapazes brasileiros. A seguir são apresentados os quatro eixos do Plano e algumas das linhas de ação propostas:

1. Mais e melhor educação

Elevação do acesso e qualidade em todos os níveis de ensino para os jovens, com igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça. São algumas linhas de ação propostas:

- A ampliação do acesso e promover a melhoria da qualidade da educação, com a permanência e progressão dos adolescentes e jovens no Ensino Fundamental, médio e superior.
- A promoção de maior aproximação entre o mundo do trabalho e a educação: oferecer atividades como orientação profissional, divulgar informações sobre programas e políticas de trabalho e inserção profissional para jovens, incorporar o tema do trabalho decente no currículo de escolas de ensino médio, técnico, tecnológico e superior.
- O fortalecimento do sistema público de educação profissional e tecnológica com qualidade.
- A ampliação do acesso dos jovens às tecnologias de informação e comunicação.
- A garantia de condições de ingresso e/ou permanência das jovens grávidas ou mães no sistema educacional.

2.Conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar

Ampliar as oportunidades e possibilidades de conciliação entre os espaços do trabalho, dos estudos

e da vida familiar e em sociedade para os jovens trabalhadores/as e estudantes, de forma que o trabalho não se sobreponha ou mesmo prejudique as trajetórias educacionais e de integração e participação social da juventude. São algumas linhas de ação propostas:

- A compatibilização das jornadas de trabalho com a permanência dos jovens na escola adotando, por exemplo, jornadas de trabalho que permitam o acesso e a permanência dos/as jovens trabalhadores e estudantes na educação básica, profissional e superior, ou que garantam seu retorno às atividades escolares.
- A ampliação das oportunidades para jovens de ambos os sexos compatibilizarem trabalho, estudos e vida familiar. Por exemplo, garantindo a instalação de creches públicas em condições adequadas e de qualidade no interior ou em locais próximos a instituições escolares visando ao cuidado de filhos de jovens mães e pais trabalhadores e/ou estudantes.

3. Inserção digna e ativa no mundo do trabalho com igualdade de oportunidades e tratamento

Mais e melhores empregos e outras oportunidades de trabalho para os jovens com igualdade de tratamento e de oportunidades. São algumas linhas de ação propostas:

- A criação de programas públicos, projetos de desenvolvimento local e empresarial que favoreçam a inserção juvenil no mercado formal de trabalho e a geração de novos postos de emprego para jovens.
- A melhoria das condições de trabalho dos jovens ocupados. Por exemplo, adotando medidas que fiscalizem e avaliem as condições de trabalho em termos de sua remuneração, salubridade, segurança, condições materiais, alimentação e transporte, considerando a sua adequação à faixa etária e sexo.
- A garantia aos jovens rurais e de comunidades tradicionais (por exemplo, quilombolas e indígenas) do acesso à terra e às políticas de desenvolvimento rural sustentável.
- A estruturação de ações promotoras de igualdade de oportunidades e de combate à discriminação, especialmente dos segmentos em condições de pobreza ou vulnerabilidade social, dos jovens negros e das jovens mulheres.

4. Diálogo social: juventude, trabalho e educação

Ampliar e fortalecer o debate sobre as alternativas e condicionantes para a melhor inserção juvenil no mercado de trabalho; estimular as condições de participação juvenil urbana e rural nos instrumentos de defesa de direitos do trabalho, na organização sindical e nas negociações coletivas. São algumas linhas de ação propostas:

- A ampliação do diálogo social sobre a condição juvenil no mundo do trabalho, por meio:

- Do estimulo à produção de conhecimento e informação sobre a situação dos jovens no mundo do trabalho, considerando as dimensões de gênero, raça e etnia.
- Do incentivo a organização e participação de jovens trabalhadores em atividades sindicais.
- Do envolvimento de diferentes atores sociais (governos, sindicatos, representações empresariais,

organizações da sociedade civil) para a melhoria das condições de trabalho e salário dos jovens e para a melhoria do acesso e da qualidade da educação dos segmentos juvenis.

- Da promoção e amplificação do debate sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho, com a perspectiva de reconhecer o direito ao trabalho às jovens gerações.

Material de Apoio 8 | As quatro teses sobre o desemprego

Tese 1 | A população brasileira possui baixa escolaridade e baixa qualificação, por isso um enorme contingente da população não consegue arranjar emprego. Quem estudar, se capacitar e fizer curso superior não ficará sem trabalho.

Concordo **Discordo**

Tese 2 | O problema do desemprego está associado ao excesso de encargos sociais que aumentam a folha de pagamento. Os empresários já não querem e não podem mais pagar tanto para manter funcionários com registro em carteira, o que acaba gerando o desemprego.

Concordo **Discordo**

Tese 3 | As pessoas que tiverem iniciativa, espírito de liderança e forem empreendedoras darão certo na vida, pois não ficam acomodadas esperando por um emprego. A responsabilidade por conseguir trabalho é das próprias pessoas.

Concordo **Discordo**

Tese 4 | O desemprego é causado pelo modelo de desenvolvimento capitalista, que busca o lucro em primeiro lugar. A tecnologia é utilizada para aumentar a produtividade e reduzir os custos da produção, o que resulta na diminuição do número de trabalhadores necessários para realizar o trabalho, causando desemprego. Se os governantes não elaborarem propostas para alterar este modelo de desenvolvimento, não será possível diminuir de forma significativa o desemprego.

Concordo **Discordo**

Material de Apoio 9 | Declaração à sociedade

DECLARAÇÃO À SOCIEDADE

Eu, ...
declaro à sociedade em geral e em especial a pais, amigos e professores, que seguirei a profissão de ..... pelos seguintes motivos: .....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Considero que estou pronto(a) para escolher esta profissão porque
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Esta profissão é importante para a sociedade porque

e sei que tenho competência para o seu exercício porque

Para que possa exercer adequadamente esta profissão, tenho a seguinte solicitação a fazer:

Dicas e fontes de informação

EXCURSÃO
PLANETÁRIO
MAPA

Filmes e vídeos

Ficção

As neves de Kilimanjaro – (2012, dir. Robert Guédiguian, dur. 90 min) – Michel e Marie-Claire são casados há 30 anos e vivem em paz, rodeados pelos familiares e amigos. Até que, um dia, o casal é abordado com violência e assaltado. Todo o dinheiro que eles vinham juntando para conhecer o monte Kilimanjaro, um sonho dos dois, é levado. Quando os autores do crime são descobertos, Michel e Marie-Claire agem de forma inesperada, reconstituindo projetos e perspectivas sobre a vida, a solidariedade e a felicidade.

Billy Elliot – (2000, dir. Stephen Daldry, dur. 111 min) – Billy é um garoto de uma pequena cidade da Inglaterra, onde o principal meio de sustento são as minas de carvão. Ele é obrigado pelo pai a treinar boxe, mas fica fascinado com a magia do balé, com o qual tem contato através de aulas de dança clássica realizadas na mesma academia que frequenta. Incentivado pela professora de balé, que vê em Billy um talento, o garoto resolve então pendurar as luvas de boxe e se dedicar à dança, contrariando a família e a comunidade.

Eu Não Faço a Menor Ideia do Que Eu Tô Fazendo Com a Minha Vida – (2013, dir. Matheus Souza, dur. 90 min) – Clara não faz a menor ideia do que está fazendo com sua vida e, por ser de uma família de médicos respeitados, decide cursar Medicina por comodismo puro. Desde o primeiro dia de estudos, sabe que não deseja seguir aquela carreira. Começa, então, a matar aula. Em uma série de idas solitárias ao boliche, conhece Guilherme, que a incentiva a fazer experiências práticas para descobrir, do jeito dela, do que realmente gosta e qual é o seu talento.

Frances Ha – (2012, dir. Noah Baumbach, dur. 86 min) – Frances se aproxima dos 30 anos assolada pela falta de perspectivas. Ela é assistente em uma companhia de dança, mas não é boa o suficiente para se tornar bailarina. Mesmo diante das dificuldades, Frances tenta manter o alto astral diante os problemas que a vida adulta traz.

Linha de Passe – (2008, dir. Walter Salles e Daniela Thomas, dur. 108 min) – Reginaldo é um garoto que procura seu pai obsessivamente. Dario é um jovem que sonha em se tornar jogador de futebol. Dinho dedica-se à religião e ao trabalho de frentista de um posto de gasolina. Dênis enfrenta dificuldades em se manter como motoboy. Os quatro são irmãos e, em São Paulo, vivem com a mãe, Cleuza, que trabalha como empregada doméstica e está mais uma vez grávida.

O artista – (2011, dir. Michel Hazanavicius, dur. 100 min) – Na Hollywood dos anos 20, George Valentin é uma das maiores estrelas do cinema mudo, participando de dezenas de aventuras ao lado de seu cão. Inveja de muitos homens, ele lentamente começa a se defrontar com o ostracismo após a invenção e chegada do cinema falado, que tem um desastroso efeito na vida do astro. Enquanto sua amiga Peppy Miller ganha notoriedade com essas mudanças, Valentin é cada vez mais relegado ao esquecimento.

O Corte – (2004, dir. Costa-Gavras, dur. 122 min) – Bruno Davert é um executivo francês, que, após quinze anos de leais serviços prestados a uma fábrica de papel, é despedido com centenas de colegas e operários devido a cortes de despesas da empresa. Três anos depois, ele continua desempregado, o que o leva ao desespero. Decidido a recuperar sua posição no mercado de trabalho, o executivo arquiteta um plano mirabolante para lidar com seus prováveis concorrentes e conseguir um novo trabalho.

O palhaço – (2011, dir. Selton Mello, dur. 88 min) – Benjamim trabalha no Circo Esperança junto com seu pai Valdemar. Juntos, eles formam a dupla de palhaços Pangaré & Puro Sangue e fazem a alegria da plateia. Mas a vida anda sem graça para Benjamin, que tem dúvidas sobre seu futuro como palhaço no circo. Seu pai e amigos lamentam o que está acontecendo com o companheiro, mas entendem que ele precisa encontrar seu caminho por conta própria.

Os 12 trabalhos – (2007, dir. Ricardo Elias, dur. 90 min) – Heracles é um jovem da periferia. Egresso de uma unidade de internação para jovens infratores, ele recebe ajuda do primo para se colocar no mercado de trabalho. A oportunidade é uma vaga de motoboy, mas para conquistá-la o rapaz terá de realizar 12 tarefas (provas) ao longo de um dia. Heracles irá se deparar com diversos personagens e situações típicas de uma grande cidade.

Ou tudo ou nada – (1997, dir. Peter Cataneo, dur. 90 min) – Sheffield era conhecida como a "cidade do aço", devido ao grande número de empresas do setor instaladas no local. No entanto, em decadência, as indústrias cada vez mais realizam demissões, o que gera um grande número de desempregados. Um deles é Gaz, que está prestes a perder a custódia do filho por não ter dinheiro para sustentá-lo. Seus amigos não estão em situação muito melhor. Após perceber um grande número de mulheres dispostas a pagar para assistir um show de strippers, Gaz tem a ideia de que eles e os amigos estrelem um show do tipo.

Tempos modernos – (1936, dir. Charles Chaplin, dur. 87 min) – Um operário de uma linha de montagem, que testou uma "máquina revolucionária" para evitar a hora do almoço, é levado à loucura pela "monotonia frenética" do seu trabalho. Após um longo período em um sanatório ele fica curado de sua crise nervosa, mas desempregado. Ele deixa o hospital para começar sua nova vida, mas equivocadamente é preso como um agitador comunista, que liderava uma marcha de operários em protesto.

Documentários

À margem do lixo – (2011, dir. Evaldo Mocarzel, dur. 84 min) – O documentário acompanha a rotina dos catadores de papel e materiais recicláveis na cidade de São Paulo. Transitando pela cidade, o filme mostra a articulação política da categoria, especialmente em torno do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), e a importância deles na preservação do meio ambiente.

Fala tu – (2004, dir. Guilherme Coelho, dur. 74 min) – Macarrão, 33 anos, apontador do jogo do bicho, duas filhas, morador do morro do Zinco e torcedor do Fluminense. Toghum, 32 anos, vendedor de produtos esotéricos, budista e morador de Cavalcante. Combatente, 21 anos, moradora de Vigário Geral,

frequentadora da Igreja do Santo Daime e operadora de telemarketing. Durante 9 meses, entre 2002 e 2003, uma equipe filmou o dia-a-dia destes três cariocas da Zona Norte, que batalham e sonham em fazer da sua música, o rap, o seu ganha-pão. O resultado é uma crônica composta pelo cotidiano, letras e dramas deste três personagens.

Peões – (2004, dir. Eduardo Coutinho, dur. 85 min) – A história pessoal de trabalhadores da indústria metalúrgica do ABC paulista que tomaram parte no movimento grevista de 1979 e 1980, mas permaneceram em relativo anonimato. Eles falam de suas origens, de sua participação no movimento e dos caminhos que suas vidas trilharam desde então. Exibem souvenires das greves, recordam os sofrimentos e recompensas do trabalho nas fábricas, comentam o efeito da militância política no âmbito familiar, dão sua visão pessoal de Lula e dos rumos do país.

Pro dia nascer feliz – (2006, dir. João Jardim, dur. 88 min) – As situações que o adolescente brasileiro enfrenta na escola, envolvendo preconceito, precariedade, violência e esperança são temas do documentário. O diretor acompanha a vida de adolescentes de três estados brasileiros. De classes sociais distintas e com trajetórias bastante desiguais eles falam de suas vidas na escola, de seus projetos e de suas inquietações.

Trabalhe muito, aposte pouco – (2011, dir. Carmen Losmann, dur. 90 min) – Este documentário examina a nova configuração do mercado do trabalho, preocupado em obter o máximo de rentabilidade e de eficiência de seus trabalhadores. O filme investiga as relações entre a motivação, a individualidade, a noção de desempenho e o papel das novas tecnologias nos empregos contemporâneos.

Na internet

Brasil em preto e branco – (2008, dir. Adam Stepan, dur. 44 min) – A produção segue a trajetória de cinco jovens que tentam entrar na concorrida Universidade de Brasília (UNB) e mostra o debate na sociedade brasileira em torno das polêmicas sobre as cotas que garantem vagas para negros. Fora da universidade, o documentário registra a história do grupo Educafro, fundado por Frei David, e visita o Congresso Nacional, onde a política está em discussão. Disponível em cinco trechos curtos no Youtube.
Link: <http://www.youtube.com/watch?v=2P6kUq9BR0Y>

Café com leite: água e azeite? – (2007, dir. Guiomar Ramos, dur. 30 min) – O documentário apresenta uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil por meio de depoimentos de professores, estudantes, intelectuais, artistas etc. A partir destes diferentes pontos de vista, são analisadas os impactos deste mito na conformação da sociedade brasileira e nas percepções da população sobre a existência do racismo e da discriminação racial. Subdividido em cinco trechos curtos, o vídeo está disponível para download no Youtube.
Link: <http://www.youtube.com/watch?v=375sS13XAT0>

Nota de Corte – (2011, dir. Bruno Bralfperr, dur. 18 min) – O documentário acompanha um jovem da periferia de São Paulo no dia em que vai prestar o vestibular e, a partir desta história, apresenta traz à tona questões relacionadas às desigualdades culturais, econômicas e educacionais que condicionam o acesso de moças e rapazes ao ensino superior. O vídeo está disponível para download no Youtube.
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=5bjienBw8BU>

Raça humana – (2010, dir. Dulce Queiroz, dur. 41 min) – Para abordar o tema das cotas raciais nas universidades brasileiras, o documentário ouve alunos – cotistas e não cotistas –, professores, movimentos organizados e partidos políticos sobre o tema. A produção foi vencedora da categoria Documentário, na 32ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em 2010. O vídeo está integralmente disponível no Youtube.
Link: <http://www.youtube.com/watch?v=y_dbLLBPXLo&feature=related>

Sonho da universidade – (2012, dir. Caco Barcellos, dur. 28 min) – Acesso ao ensino superior, qualidade nas universidades públicas e nas faculdades privadas, a conciliação entre trabalho e continuidade dos estudos, a desigualdade no acesso ao ensino superior. Estas são questões tratadas pela reportagem especial do Programa Profissão Repórter, da emissora Rede Globo. O vídeo está disponível no site G1.
Link:<http://g1.globo.com/profissao-reporter/videos/t/programas/v/sonho-da-universidade-parte-1/2012670/>

Livros, artigos e textos

Orientação profissional para as classes pobres. BOCK, Silvio Duarte. São Paulo: Cortez, 2010. O autor busca estabelecer fundamentos teóricos e práticos para a conformação de caminhos capazes de construir uma prática de orientação profissional com sujeitos oriundos das camadas pobres. A hipótese do autor é de que é possível construir iniciativas capazes de apoiar a reflexão de homens e mulheres pobres sobre suas possibilidades de escolha e sobre o mundo do trabalho.

Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica. BOCK, Silvio Duarte. São Paulo: Cortez, 2006. O livro resulta de pesquisa de mestrado do autor, que realiza uma análise crítica dos pressupostos e princípios que historicamente balizam o debate e as iniciativas de orientação profissional em curso no Brasil. Num segundo momento, o autor apresenta princípios, referências e resultados de uma prática de orientação profissional ancorada numa perspectiva sócio-histórica de indivíduo e sociedade.

Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas. CORROCHANO, Maria Carla et all. São Paulo: Ação Educativa, 2008. A partir de dados da PNAD, a publicação apresenta informações sobre a situação dos jovens no mundo do trabalho. Tendo como referência a população de 14 até 29 anos e fazendo recortes de sexo e raça/cor, são analisadas questões como conciliação entre estudo e trabalho, salário, tipo de vínculo empregatício etc.
Link:<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2301/1/Jovens_trabalho_Brasil.pdf>

Juventude e políticas sociais no Brasil. CASTRO, Jorge Abrahão et. all. (Orgs.) – Brasília: IPEA, 2009. Reuni textos que abordam vários aspectos da vida de moças e rapazes brasileiros, fazendo uma análise sobre como as políticas sociais em curso no país afetam (ou não) a vida destes sujeitos. A inserção dos jovens no mercado de trabalho é uma das temáticas da publicação, a partir de artigo de Roberto Gonzalez, técnico do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).
Link: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf>

USP para todos? Estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública. ALMEIDA, Wilson Mesquita de. – São Paulo: Editora Musa, FAPESP, 2009. Apresenta resultado de pesquisa realizada com estudantes da USP e suas estratégias para acessar e permanecer como estudante de uma das mais conceituadas universidades brasileiras. Com idades que variam entre 21 e 42 anos, todos eles são pertencentes aos segmentos populacionais com desvantagens socioeconômicas e oriundos de escolas públicas.

O que é trabalho. ALBORNOZ, Suzana. São Paulo: Brasiliense, 2004. O livro tem como objetivo principal desmistificar todas as crenças populares a respeito da palavra "trabalho". Muitas vezes as pessoas exercem um trabalho, mas não têm noção do que ele realmente seja, e é isso que o livro trabalha ao longo dos capítulos.

Sites, blogs e afins

Tô No Rumo – (<www.tonorumo.org.br>) – O site é uma iniciativa da Ação Educativa para disseminar informações e debates sobre educação, trabalho e juventude. O espaço visa publicar conteúdos acessíveis para jovens - principalmente estudantes e ex-estudantes de escolas públicas de ensino médio – e também a dar espaço para que esses partilhem seus pontos de vista e experiências.

Em Diálogo – (<http://www.emdialogo.uff.br>) – Foi criado para estimular o diálogo, articular parcerias e socializar conhecimentos e experiências que contribuam para a melhoria do ensino médio público. O portal é formado por comunidades temáticas, onde seus gestores publicam textos, fotos, vídeos ou áudios que tratam de questões ou relatam experiências nesta etapa do ensino. Participam do espaço estudantes, professores, pesquisadores, e demais interessados em contribuir para a construção de um Ensino Médio inclusivo e de qualidade.

ENEM – (http://www.enem.inep.gov.br) – O Exame Nacional de Ensino Médio tem se constituído num dos principais mecanismos de seleção para vagas às universidades públicas brasileiras, principalmente às instituições federais de ensino superior. Junto com a avaliação socioeconômica, os resultados obtidos por moças e rapazes no exame também são considerados critérios para participação no Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudo a jovens pobres que queiram estudar em instituições privadas de ensino superior. O site foi criado pelo governo federal com o intuito de esclarecer todas as dúvidas sobre a inscrição do Enem.

Guia de Auxílio à Escolha Profissional para Adolescentes e Jovens – (<http://www.ftas.org.br/midia/publicacao_338.pdf>) – A Fundação Tide Setubal, uma instituição não governamental que atua no campo da defesa dos direitos humanos na Zona Leste da cidade de São Paulo elaborou um pequeno guia voltado para moças e rapazes com o intuito de ajudá-los na tarefa de escolher a futura profissão, oferecendo dicas e informações de que eles necessitam. O material está disponível na rede para download.

Guia do Estudante – (<http://guiadoestudante.abril.com.br>) – Apresenta conteúdos relacionados a cursos e profissões de nível superior, bem como informações sobre universidades, institutos e faculdades de todo o Brasil. O site oferece serviços de orientação profissional e mantém informações e notícias atualizadas sobre calendários de processos seletivos, resultados e gabaritos de provas entre outros.

G1 Vestibular e Educação – (<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao>) – Apresenta notícias sobre os processos seletivos e sobre o cotidiano de universidades de todo Brasil. O endereço conta com um guia de carreira e também com um espaço especialmente dedicado a dicas do professor Sérgio Nogueira para facilitar a escrita e a compreensão das regras gramaticais da Língua Portuguesa.

Lei de Cotas para o Ensino Superior – (<http://portal.mec.gov.br/cotas/index.html>) – Criado pelo Ministério da Educação, o site tem por objetivo apresentar informações e esclarecer dúvidas sobre a aplicação da Lei 12.711/2012, que institui e regulamenta a adoção de cotas em todas as universidades e institutos federais.

Pronatec – (<http://pronatec.mec.gov.br/index.php>) - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Informações sobre como participar da iniciativa, perfis e critérios de seleção, períodos e prazos de inscrição, entre outras informações estão contidas no *site.*

ProUni – (<http://siteprouni.mec.gov.br>) – Iniciativa do governo federal, o Programa Universidade Para Todos concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições educacionais privadas a estudantes oriundos de famílias de baixa renda. No *site* estão disponíveis todas as informações sobre o programa: como funciona, perfil dos beneficiários, os critérios de seleção, vínculos com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), prazos e datas etc.

SISU – (<http://sisu.mec.gov.br>) – O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior (especialmente as federais) oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Há explicações detalhadas de como funciona e de como se inscrever no sistema.

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – (<http://redefederal.mec.gov.br>) – Institutos, universidades tecnológicas, centros educacionais e escolas técnicas federais oferecem cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. São mais de 350 instituições no país, que podem ser localizadas a partir de mapa e lista disponíveis neste portal.